



VISEU INTEGRA

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social
Município de Viseu
Novembro 2021

I | ENQUADRAMENTO



O fenómeno das migrações tem provocado fortes impactos em todo o mundo, devido aos consequentes desequilíbrios demográficos e à alteração dos perfis migratórios, com implicações a nível económico, social, cultural, político e religioso.

A frágil situação demográfica portuguesa, decorrente da baixa taxa de natalidade e consequente envelhecimento populacional, bem como do aumento da emigração da população jovem qualificada, é um dos indicadores da necessidade urgente de se adotarem medidas que objetivem o equilíbrio demográfico, contribuindo para a integração da população migrante na comunidade de acolhimento, de forma a fixá-la com carácter permanente.

No concelho de Viseu encontramos pessoas oriundas de várias partes do mundo, enriquecendo o território com maior diversidade cultural, novos profissionais e novas línguas. O Município de Viseu entende que a migração tem efeitos positivos no concelho, com o aumento da em idade ativa e com um contributo positivo na percentagem de nascimentos.

Em 2019 foi aprovado, em Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, o Plano Nacional do Pacto Global para as Migrações, assente em cinco eixos fundamentais e que contempla um conjunto de medidas com vista à gestão adequada e coordenada dos fluxos migratórios e da consolidação de políticas de integração.

Em 2021 foi aprovado, em Resolução do Conselho de Ministros n.º 101//2021, o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD), que objetiva a promoção da igualdade e o combate ao racismo e à discriminação racial, e que se estrutura em 4 princípios:

- a) Desconstrução de estereótipos;
- b) Coordenação, governança integrada e territorialização;
- c) Intervenção integrada no combate às desigualdades;
- d) Interseccionalidade.

O PNCRD 2021 -2025 tem como premissa a articulação com outras estratégias, planos e programas nacionais existentes dirigidos a determinados grupos e vulnerabilidades.

Tendo por base os Planos Nacionais e outras orientações de entidades com responsabilidade na matéria, o Município de Viseu propôs-se a elaborar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), sob a designação de Projeto Viseu INtegra.

| ÂMBITO DO PMIM VISEU

O concelho de Viseu tem observado um crescimento no número de migrantes, acompanhando a tendência nacional.

Verifica-se um aumento gradual e progressivo da população estrangeira residente na última década. Em 2020, o número de residentes estrangeiros fixou-se em 2023 indivíduos, dos quais 3014 têm estatuto legal de residente, representando 3% da população total do território concelhio. No ano transato, esta representação era de 2,7%, o que confirma uma tendência positiva de crescimento.

Do total de estrangeiros residentes, 2235 são nacionais de países terceiros (NPT), sendo a maioria de nacionalidade brasileira, seguindo-se os naturais de Angola e China.

A migração crescente no território apresenta novos desafios, especificamente no que concerne à situação socioeconómica das famílias, à barreira linguística e à sua participação na comunidade local.

O projeto Viseu INtegra resulta da necessidade de melhorar e aumentar as medidas de acolhimento e integração de migrantes nacionais de países terceiros, de forma concertada, participada e estruturada, visando a coesão social e o desenvolvimento económico.

Com efeito, este projeto representa uma resposta que promove a inclusão, com base nos princípios da interculturalidade e intervenção comunitária,

privilegiando a capacitação pessoal, sociocultural e profissional, assente numa lógica de trabalho em rede.

Pretende-se construir um plano estratégico e integrador que permita mobilizar, capacitar e envolver a população migrante e a comunidade de acolhimento para a concretização de um processo de integração e fixação eficaz e ajustado.

Ao mesmo tempo, pretende-se produzir um instrumento transversal de orientação e concertação entre diversos atores locais – públicos e privados – com atuação na área da integração de migrantes, melhorando o modelo de governança multinível, promovendo a cooperação a nível concelhio e a convergência a nível nacional, de modo a alavancar o desenvolvimento territorial.

| OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PROJETO VISEU INTEGRA

O projeto Viseu INtegra almeja implementar um Plano Municipal para a Integração de Migrantes assente na participação ativa de toda a comunidade, capaz de acolher os migrantes NPT numa perspetiva de diferenciação como enriquecimento cultural, social e económico e, simultaneamente, integrar e dar continuidade a projetos já implementados no nosso território.

Assim, são objetivos gerais do Viseu INtegra:

- Consolidar o conhecimento das dinâmicas globais socioeconómicas do concelho de Viseu, através do recenseamento dos problemas e necessidades específicas com que se confronta a população migrante;
- Identificar os recursos disponíveis, nomeadamente os atores que desenvolvem a sua atividade neste domínio, as intervenções e as estratégias preconizadas e implementadas no âmbito da promoção da integração e da inclusão dos migrantes;
- Reforçar o envolvimento dos atores relevantes desde a administração local, às organizações locais, às próprias associações de migrantes e aos migrantes, através da conjugação de métodos diversificados e inovadores, melhorando a participação de todos os intervenientes;

- Aprofundar o conhecimento do Município de Viseu sobre as estratégias que vêm sendo implementadas, contribuindo para eventuais;
- Assegurar o envolvimento dos atores locais, públicos e privados, na definição, execução monitorização e avaliação do plano local para a migração, procurando assegurar medidas que promovam a integração multinível dos atuais e novos NPT;
- Desenvolver medidas de capacitação das estruturas e dos seus profissionais, promovendo a melhoria contínua dos procedimentos e das respostas implementadas, a formação de profissionais e a validação e disseminação de novos recursos/instrumentos de apoio e boas práticas.

O projeto Viseu INtegra compreende, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Garantir o acolhimento e a integração da população migrante residente no território, melhorando as respostas dos serviços públicos a nível local;
- Promover o reagrupamento familiar como forma de consolidação da integração de pessoas migrantes na sociedade portuguesa;
- Estimular a cooperação a nível municipal entre autoridades públicas, empresas, sociedade civil e associações de migrantes, promovendo a articulação do projeto piloto com os instrumentos de planeamento locais, aprovados pelos conselhos locais de ação social da rede social;
- Fortalecer a capacidade de adaptação à diversidade, por parte da sociedade de acolhimento;
- Promover a interculturalidade através de iniciativas de conhecimento e interação positiva entre munícipes, bem como de formação e promoção de competências interculturais, reconhecendo e valorizando as diversidades sociais, culturais, linguísticas e religiosas como meio de desenvolvimento e coesão social local;
- Criar sinergias e assegurar uma coordenação eficiente que potencie a partilha dos meios e recursos existentes no território;
- Testar e tirar conclusões sobre soluções da governança local integradas, participadas e inovadoras no âmbito das migrações em cada parte do território, com vista à criação de uma rede aberta para a investigação e inovação aplicadas nas políticas locais e nacionais.

| ESTRUTURA DO PMIM VISEU

O plano está estruturado segundo catorze áreas de intervenção, que serviram de base à construção dos diagnóstico e à definição das dimensões estratégica e operacional: (1) Serviços de acolhimento e integração, (2) Urbanismo e habitação, (3) Mercado de trabalho e empreendedorismo, (4) Educação e língua, (5) Capacitação e formação, (6) Cultura, (7) Saúde, (8) Solidariedade e resposta social, (9) Cidadania e participação cívica, (10) Media e sensibilização da opinião pública, (11) Racismo e discriminação, (12) Relações internacionais, (13) religião e (14) Igualdade de género.

O plano integra um diagnóstico local sobre a realidade vivida pelos cidadãos migrantes NPT no concelho. Sustentadas pelo diagnóstico foram delineadas as dimensões estratégica e operacional, que serão orientadas e conduzidas por um sistema de monitorização e avaliação, concebido para acompanhar a fase de implementação do projeto.

As estratégias e medidas delineadas são direcionadas à população migrante NPT e à comunidade de acolhimento.

II | METODOLOGIA



A conceção do PMIM Viseu assenta na partilha de informação e troca de experiências, com vista à dinâmica de parcerias ativas e uma forte participação dos decisores políticos responsáveis.

A metodologia de trabalho utilizada na construção do PMIM Viseu obedece a uma abordagem *bottom-up* e baseia-se num diagnóstico participado, abarcando o envolvimento de diversos atores, designadamente pessoas migrantes, parceiros locais e comunidade de acolhimento.

Pese embora, em fase diagnóstica se privilegiem as metodologias participativas (*focus group*, fóruns de reflexão, brainstorming), a crise pandémica limitou a interação de proximidade.

Assim, e de forma a prosseguir os objetivos definidos, recorreu-se a uma diversidade de fontes documentais, especificamente artigos científicos e bibliografia diferenciada e ajustada à especificidade das temáticas abordadas.

Para além da consulta de documentação internacional e central, refinou-se a pesquisa em documentação regional e de base local para uma visão estratégica e adequada à realidade do concelho de Viseu.

No que concerne à recolha e análise estatística foram consultados centros de documentação digital, nomeadamente INE, SEFSTAT, EUROSTAT, PORDATA.

| PLATAFORMA DE ACOMPANHAMENTO

Em janeiro de 2021 realizou-se uma reunião com algumas entidades com responsabilidade em matéria de integração de migrantes e na qual estiveram representadas a Cáritas Diocesana de Viseu, a delegação de Viseu da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN), o CLAIM de Viseu e a Associação Casa do Brasil. Nesta sessão foram debatidos alguns dos problemas mais prementes da comunidade migrante e foram sugeridas diversas outras entidades para integrarem a Plataforma de Acompanhamento.

Sendo uma plataforma de parceiros permanentes e não ocasionais, denota-se uma responsabilidade, envolvimento e empenho intrínseco na abordagem à temática da migração.

O objetivo é rentabilizar os seus conhecimentos, as suas experiências e promover momentos de reflexão e análise.

São atribuições da Plataforma de Acompanhamento:

- Participar na conceção e implementação do Plano;
- Aprovar, monitorizar e avaliar o Plano;
- Fazer propostas de alteração ao Plano;
- Discutir temas relacionados com as migrações no território, especificamente no que respeita à integração desta comunidade;
- Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais;
- Promover a articulação entre parceiros locais, públicos e privados;
- Potenciar iniciativas facilitadoras da eficaz execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, a nível local, junto da opinião pública e dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas, que de forma direta ou indireta desenvolvem competências em prol das migrações.

Posteriormente foram enviados convites às entidades indicadas, com um breve resumo do projeto Viseu INtegra, para que manifestassem o seu interesse em integrar a plataforma. Após confirmação do interesse em acompanhar e participar no projeto, procedeu-se à formalização da parceria através de acordos de colaboração.

A Plataforma de Acompanhamento revela-se um dos fatores mais relevantes para o processo participativo se concretizar efetivamente. Fazem parte desta estrutura as seguintes entidades:



- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- Centro Distrital da Segurança Social de Viseu
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- ACES Dão-Lafões
- Polícia de Segurança Pública (PSP)
- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM (IPV)
- Cáritas Diocesana de Viseu
- Junta de Freguesia de Viseu
- Rede Europeia Anti Pobreza – delegação de Viseu (EAPN)
- Associação Casa do Brasil
- Escola Superior de Saúde de Viseu
- Obras Sociais
- Associação Adamastor

| INQUÉRITO À COMUNIDADE MIGRANTE

A concretização subjacente ao presente Plano implica a recolha de dados específicos, quer ao nível da população migrante, quer ao nível da sociedade de acolhimento.

Para o efeito, aplicou-se um questionário junto da comunidade migrante residente no concelho de Viseu, que permitiu a recolha de informação útil sobre os principais problemas e necessidades que acompanham esta população no decorrer do seu processo de integração e fixação.

Os questionários foram distribuídos por correio eletrónico, acompanhados por um breve enquadramento e orientações de preenchimento. Salvaguardou-se a confidencialidade dos dados e a privacidade dos/as inquiridos/as.

Para o universo em análise definiu-se uma amostragem probabilística selecionada com base no acesso a correio eletrónico e solicitou-se a distribuição do inquérito a associações de migrantes e serviço/instituições com intervenção junto desta comunidade.

De um universo estimado de 300 migrantes inquiridos, obtivemos resposta a 125 questionários, correspondente a uma taxa de retorno de 41,7%.

Os dados foram analisados numa perspetiva univariada e bivariada. Ressalva-se que os dados referentes a questões abertas foram organizados por categorias e examinados segundo o método de análise de conteúdo.

| IMAGEM VISUAL

Desde o início sentiu-se a necessidade de criar uma imagem identitária do projeto Viseu INtegra, com o intuito de facilitar a divulgação e apropriação a nível local.



Pretende-se informar e sensibilizar a opinião pública para a realidade migrante vivida no concelho e para os benefícios que os cidadãos migrantes trazem ao território, nomeadamente a riqueza da diversidade cultural, o aumento do número de habitantes e o desenvolvimento económico local.

III | DIAGNÓSTICO LOCAL



Confina a norte com o concelho de Castro Daire, a nordeste com Vila Nova de Paiva, a leste com os concelhos de Sátão e Penalva do Castelo, a sudeste com Mangualde e Nelas, a sul com Carregal do Sal, a sudoeste com Tondela, a oeste com Vouzela e a noroeste com o concelho de São Pedro do Sul (ilustração 2).

ILUSTRAÇÃO 2: Mapa do distrito de Viseu



Fonte: Enciclopédia das Cidades Portuguesas (www.visitarportugal.pt)

ILUSTRAÇÃO 3: Mapa do concelho de Viseu



Fonte: Município de Viseu (www.cmviseu.pt)

O concelho de Viseu é composto por 25 unidades territoriais, fruto da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, implementada nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 janeiro, que agrupou algumas das 34 freguesias existentes até então (ilustração 3).

Viseu dispõe de uma ampla gama de infraestruturas, organizações e empresas às quais acresce todo um património edificado de riqueza histórica e cultural e de privilegiada posição geográfica no coração de Portugal.

Ao nível das acessibilidades, pese embora se verifique a ausência de uma ligação completa em autoestrada à capital do país e a necessidade de requalificação do IP3, o concelho de Viseu é servido por uma moderna rede viária com ligação a todos os concelhos do distrito, às principais cidades portuguesas e às fronteiras espanholas.

Atualmente, Viseu não tem uma serventia ferroviária aguardando-se diretivas do governo para a constituição da linha da Beira Alta, uma linha ferroviária que passa pelo Porto, Viseu e Vila Franca das Naves.

O concelho de Viseu tem um novo sistema de mobilidade urbana - MUV - traduzido num sistema de transportes integrado mais eficiente, ecológico e confortável, que oferece uma vasta rede radial e que não exclui as povoações mais distantes e menos apoiadas por transportes. Dispõe de 24 linhas de autocarros urbanos e duas linhas de autocarros elétricos.

O concelho é servido por transporte aéreo. O aeródromo Municipal de Viseu, também designado aeródromo Gonçalves Lobato, recebe um serviço público regular com linha aérea regional, com ligação a algumas das principais cidades do país. Esta infraestrutura ganha importância pela dimensão regional de Viseu em termos demográficos, económicos e, ainda, pela proximidade ao Porto, Aveiro e Guarda. É um fator potencial de crescimento do turismo na cidade e na região e de atratividade de investimento.

Atividade Económica

Viseu esteve sempre entre os concelhos do país que desafiam o fatalismo da interioridade, pela sua tradição de concelho empreendedor.

A densidade das empresas não financeiras, ou seja, que apresentam como principal função a produção de bens ou serviços não financeiros, reflete a saúde da economia do concelho. Esta é caracterizada por uma densa rede de atividades económicas fortemente radicadas na iniciativa empresarial de base individual.

QUADRO 1 - Empresas não financeiras, por forma jurídica

Territórios	Empresas não financeiras, por forma jurídica					
	Total		Individual		Sociedades	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	1.113.559	1.318.330	751.708	879.371	361.851	438.959
Viseu Dão Lafões	24.378	28.605	16.845	19.947	7.533	8.658
Viseu	10.072	11.775	6.700	7.891	3.372	3.884

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

QUADRO 2 - Indicadores de dinamismo comercial no concelho de Viseu

	2011	2019
Densidade de empresas (N.º/Km²)	19,9	23,2
Empresas em nome individual (%)	66,5	67
Volume de negócios das empresas (€)	1.862.676	2.012.353

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

De acordo com os dados do INE estavam sediadas e em atividade no concelho de Viseu, no final de 2019, um total de 11775 empresas das quais 67% revestiam a forma de nome individual, registando-se um aumento de 1703 empresas desde 2011.

QUADRO 3 – Empresas não financeiras, por atividade económica

Empresas não financeiras, por atividade económica		
Atividade	2011	2019
Agricultura, produção animal, caça, floresta	187	976
Indústrias extrativas	9	5
Indústrias transformadoras	491	496
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	62
Captação, tratamento e distribuição de água	8	7
Construção	1026	979
Comércio por grosso e retalho	2278	2008
Transporte e armazenagens	139	161
Alojamento, restauração e similares	758	819
Atividades de informação e comunicação	88	138
Atividades imobiliárias	187	304
Atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares	1250	1321
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1067	1380
Educação	885	882
Atividades de saúde humana e apoio social	1046	1389
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	211	305
Outras atividades de serviços	438	543
Total	10072	11775

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

Tradicionalmente divide-se a economia de cada território em três setores:

O primário, que compreende atividades relacionadas com a agricultura, floresta, caça, pesca e/ou as indústrias extrativas; o secundário, que inclui atividades relacionadas com a indústria transformadora e a construção; o terciário (ou dos serviços), que inclui atividades relacionadas com o comércio, turismo, transportes, educação, saúde e apoio social, artes, entre outras.

O concelho de Viseu, nos seus espaços mais urbanos, caracteriza-se maioritariamente pelas suas atividades político-administrativas, comerciais e de serviços, sendo que o terceiro setor representa 78,6% do tecido empresarial. O setor primário tem uma representação de 8,3% e o setor secundário traduz-se

em 13,1% com uma atividade centrada em empresas de média dimensão. No setor dos serviços ressalva-se o considerável aumento de atividades/empresas ligadas a área da saúde humana e apoio social.

QUADRO 4 - Importações e exportações

Importações e Exportações (€)				
	Importações		Exportações	
	2011	2020	2011	2020
Portugal	59.551.441.805	68.145.567.972	42.828.033.392	53.757.392.564
Centro	7.217.742.404	8.810.750.934	8.261.126.670	10.337.450.707
Viseu	116.566.473	119.290.455	58.382.211	83.005.483

Fonte: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Pese embora as exportações tenham aumentado face a 2011, pode observar-se um volume significativamente inferior às importações. Deste modo, no concelho de Viseu, a balança comercial regista um saldo negativo (ou défice comercial), porquanto o volume de importações excede o volume de exportações.

Caracterização Demográfica

A densidade populacional, em 2020, era de 193,5 hab./km², valor que registou uma diminuição face a 2011, mas que se mantém claramente superior ao das regiões onde o concelho se insere (região Centro e Dão-Lafões).

QUADRO 5 - Densidade populacional

Densidade populacional			
N.º médio de indivíduos por Km ²			
	2011	2019	2020
Portugal	114,3	111,6	111,7
Centro	82,1	78,6	79,1
Viseu Dão Lafões	82,2	77,7	78,0
Viseu	195,4	191,8	193,5

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



MUNICÍPIO DE
VISEU



A análise dos saldos populacionais efetivo, natural e migratório permite verificar que o crescimento natural mantém um saldo negativo desde 2019, registando -339 indivíduos em 2020, ao inverso do crescimento migratório que passou de um saldo positivo em 2019 (477) para 1193 indivíduos, em 2020, assinalando um aumento considerável.

QUADRO 6 - Saldos populacionais anuais: efetivo, natural e migratório

Saldos populacionais anuais: efetivo, natural e migratório									
	Saldo efetivo (total)			Saldo natural			Saldo migratório		
	2011	2019	2020	2011	2019	2020	2011	2019	2020
Portugal	-30323	19292	2343	-5992	-25214	-38932	-24331	44506	41274
Centro	-15473	716	12046	-8017	-12195	-14508	-7456	12911	26555
Viseu Dão Lafões	-1770	-592	1060	-911	-1580	-1839	-859	988	2899
Viseu	-220	258	854	65	-219	-339	-285	477	1193

Fonte: INE - Indicadores Demográficos

Estes indicadores-chave da dinâmica demográfica permitem aferir uma variação populacional positiva em 2020 (854 indivíduos), por oposição ao saldo negativo registado em 2011 e mantendo a tendência positiva refletida em 2019.

Importa salientar que o crescimento populacional do concelho pode ter sido incrementado pelos movimentos migratórios observados no período em análise.

O concelho de Viseu registava, em 2011, um total de população residente de 99093 indivíduos. Em 2019, a população residente estimada é de 97249 habitantes, valor que representa um decréscimo populacional face a 2011, mas em ligeira curva de crescimento positivo desde 2018 (96991 habitantes), situação coincidente com a tendência de brando aumento da população residente verificada na zona Centro e inversa à tendência de perda de habitantes na região Dão-Lafões.

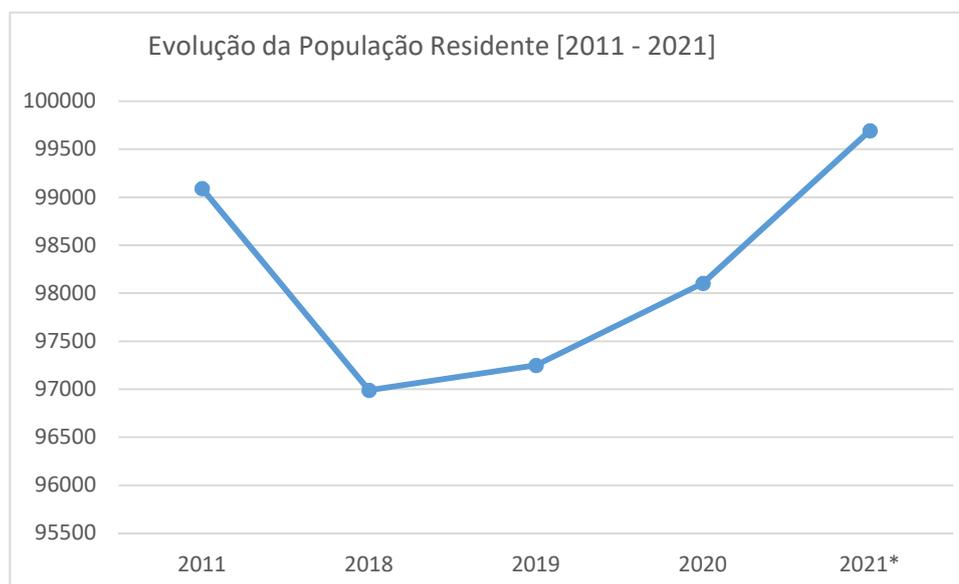
QUADRO 7 – População residente

População residente					
	2011	2018	2019	2020	2021*
Portugal	10.542.398	10.276.617	10.295.909	10.298.252	10.347.892
Centro	2.316.169	2.216.569	2.217.285	2.229.331	2.227.912
Viseu Dão Lafões	266.207	252.220	251.628	252.688	252.984
Viseu	99.093	96.991	97.249	98.103	99.693

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente | Recenseamento Geral da População

* Resultados Preliminares Censos 2021

GRÁFICO 1 – Evolução da população residente no concelho de Viseu



Fonte: INE - Estimativas Gerais da População Residente

Recenseamento Geral da População, 2021

O número de jovens, com idade até aos 14 anos, diminuiu desde 2019 e é inferior ao total registado em 2011. No ano de 2020 contabilizam-se 12983 jovens, o que corresponde a 13,2% do total da população residente no concelho.

A população potencialmente ativa, com idade entre os 15 e os 24 anos, aumentou ligeiramente de 2019 para 2020, mantendo-se contudo inferior face a 2011.

Na faixa etária da população ativa, entre os 25 e os 64 anos, verifica-se um aumento pouco acentuado desde 2019, embora com uma redução significativa face a 2011, tendo este grupo um peso de 54% sobre o total da população residente no concelho, em 2020.

Pode observar-se, ainda, um aumento gradual e continuado da população com 65 e mais anos, representando 21,7% do total da população residente.

QUADRO 8 - População residente, por grupo etário e género, no concelho de Viseu

População residente, por grupo etário e género												
	2011			2019			2020			2021*		
	HM	H	M									
Total	99093	46663	52430	97249	45553	51696	98103	45903	52200	99693	46803	52890
0 - 14 anos	15179	7696	7483	13030	6576	6454	12983	6563	6420			
15 - 24 anos	10993	5513	5480	10725	5451	5274	10874	5471	5403			
25 - 64 anos	54835	25952	28883	52679	24802	27877	52977	24952	28025			
65 e mais anos	18086	7502	10584	20815	8724	12091	21269	8917	12352			

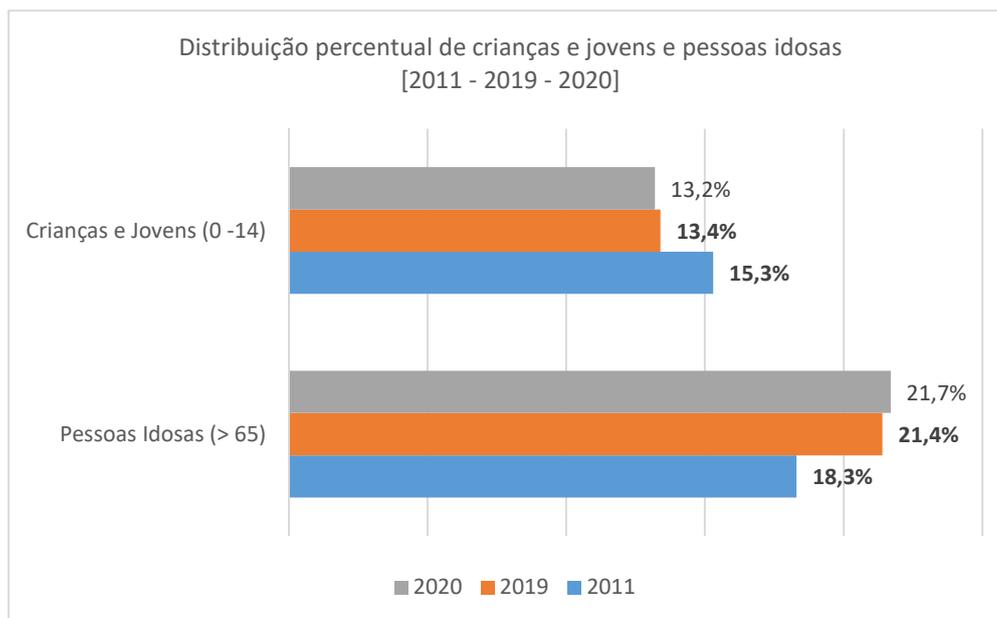
Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

* Resultados Preliminares Censos 2021

No quadro 8 pode observar-se, para o período em análise, um número superior de residentes do género feminino em todos os grupos etários, com exceção das faixas mais jovens (dos 0 aos 24 anos).

Verifica-se, ainda, a existência de um aumento percentual da população idosa, por comparação ao grupo etário das crianças e jovens, com uma diferença de oito pontos percentuais. Em 2011, esta diferença era de apenas 3 pontos percentuais.

GRÁFICO 2 – Distribuição percentual de crianças/jovens e pessoas idosas no concelho de Viseu



Fonte: INE - Estimativas da População Residente

O aumento do número de idosos, a diminuição do número de jovens e o escasso aumento da população em idade ativa são indicadores que refletem uma tendência para o duplo envelhecimento demográfico.

O índice de envelhecimento estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem, expressa em percentagem, sendo que um valor superior a 100 significa que existem mais idosos do que jovens. Pela leitura dos dados recolhidos, esta é a realidade do concelho de Viseu.

QUADRO 9 – Índice de envelhecimento

Índice de envelhecimento			
	2011	2019	2020
Portugal	127,6	163,2	167,0
Centro	160,7	203,6	206,8
Viseu Dão Lafões	163,2	217,4	221,6
Viseu	119,2	159,7	163,8

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

O índice de envelhecimento tem registado uma tendência de crescimento desde 2011, fixando-se em 2020 nos 163,8 (para cada 100 jovens existem 163 idosos), com um crescimento de quatro pontos percentuais em relação a 2019.

O aumento da proporção das gerações mais velhas sobre as gerações mais jovens é a atual realidade portuguesa e da grande maioria dos municípios, mas também uma perspetiva de herança futura.

De acordo com as projeções da população efetuadas pelo Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Viseu assistirá a um agravamento do seu índice de envelhecimento com um aumento considerável na próxima década, podendo chegar aos 220 idosos por cada 100 jovens em 2031.

QUADRO 10 - Índice de envelhecimento: projeção 2019-2031

Índice de envelhecimento (projeção)			
	2019	2021	2031
Viseu	159,7	169,1	220,4

Fonte: INE - Projeções da População

O índice de dependência de idosos estabelece a relação entre a população idosa (65 e mais anos) e a população em idade ativa (com 15 a 64 anos).

O índice de dependência dos jovens estabelece a relação entre a população jovem (menores de 15 anos) e a população em idade ativa.

O índice de longevidade representa a relação entre a população mais idosa (75 e mais anos) e a população idosa (65 e mais anos). Quanto mais elevado for o índice, mais envelhecida é a população idosa.

QUADRO 11 - Índices demográficos no concelho de Viseu: dependência de idosos, dependência de jovens e de longevidade

Índices demográficos			
	2011	2019	2020
Dependência Idosos	27,5	32,8	33,3
Dependência Jovens	23,1	20,6	20,3
Longevidade	47,1	48,1	47,9

Fonte: Estimativas Anuais da População Residente

No concelho de Viseu é possível observar que o índice de dependência de idosos tem registado uma tendência de crescimento situando-se, em 2020, nos 33,3. O valor apresentado, sendo inferior a 100, indica que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

Por sua vez o índice de dependência dos jovens demonstra uma propensão de diminuição no período em análise. Em 2020 registava-se um valor de 20,3 o que significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa. O declínio que se verifica no índice de dependência de jovens implicará, num futuro próximo, o declínio da própria população em idade ativa.

O indicador da longevidade sofreu um ligeiro decréscimo no ano transato passando de 48,1 em 2019 para 47,9 em 2020. Por outras palavras, por cada 100 idosos com 65 ou mais anos, aproximadamente metade tem 75 ou mais anos. O aumento da longevidade pode traduzir que a concentração da população nos intervalos de 65 ou mais anos deverá ser acompanhada por um aumento do número esperado de anos de vida em idades avançadas.

A análise da variação das taxas brutas de natalidade e mortalidade, bem como o índice sintético de fecundidade, são igualmente úteis para a caracterização do território.

Tendo em conta os dados evidenciados no quadro 12, pode verificar se uma gradual diminuição da taxa bruta de natalidade, por oposição ao crescimento da taxa bruta de mortalidade, na última década, o que confirma a tendência para a dinâmica do envelhecimento populacional no território.

QUADRO 12 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade no concelho de Viseu

Taxas Brutas de natalidade e mortalidade			
	2011	2019	2020
Natalidade	9,4	8,0	7,9
Mortalidade	8,7	10,3	11,4

Fonte: INE - Indicadores demográficos/Estatísticas de Nados Vivos e Óbitos

QUADRO 13 - Índice sintético de fecundidade no concelho de Viseu

Índice Sintético de Fecundidade			
	2011	2019	2020
Portugal	1,35	1,42	1,40
Centro	1,23	1,27	1,25
Viseu Dão-Lafões	1,24	1,18	1,16
Viseu	1,28	1,28	1,28

Fonte: INE - Estimativas da População Residente/Estatísticas de Nados Vivos

O índice sintético de fecundidade indica o número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos de idade). Para que a substituição de gerações seja assegurada é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos.

O valor indicado para Viseu, em 2020, evidencia o declínio do indicador, tendência que se tem mantido constante na última década e que se revela crítica para a sustentabilidade da população, inviabilizando uma recuperação das gerações no futuro.

| MIGRANTES EM VISEU: RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO

Segundo o Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA) 2020, os efeitos da conjuntura económica favorável verificada nos últimos anos, particularmente o crescimento do emprego, terão potenciado o crescimento da população estrangeira residente no período compreendido entre 2015 e 2020 (+273.364). No ano transato verificou-se, pelo quinto ano consecutivo, um acréscimo da

população estrangeira residente, com um aumento de 12,2% face a 2019, totalizando 662.095 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, valor mais elevado registado pelo SEF, desde o seu surgimento em 1976.

Segundo Observatório das Migrações, observa-se que o mecanismo de recolocação induziu ao Relatório Estatístico do Asilo (2021), o acolhimento de 1.550 pessoas nos 18 distritos de Portugal, embora com importâncias relativas diferentes, das quais 25 no distrito de Viseu.

O quadro seguinte compara o mapa de residentes estrangeiros no distrito de Viseu com o território nacional, nas quatro nacionalidades com maior predominância no distrito.

QUADRO 14 - Mapa de residentes estrangeiros no distrito de Viseu

	Nacional	Distrito de Viseu - geral	Distrito de Viseu (nacionalidades mais provenientes)			
			Brasil	Ucrânia	China	Reino Unido
Total	662095	6503	2944	435	339	307
Masculino	336123	3214	1305	210	171	169
Feminino	325972	3289	1639	225	168	138
TR	661607	6494	2439	435	338	307
VLD	488	9	5	-	1	-

Fonte: SEF (junho de 2021)

Legenda: TR (Títulos de Residência); VLD (Vistos de Longa Duração)

O quadro anterior mostra que dos 6503 migrantes residentes em Viseu, 6494 (99.86%) possuem título de residência. À semelhança do que se verifica em território nacional, a nacionalidade brasileira mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente, representando, segundo o RIFA, 27,8% do total nacional (valor mais elevado desde 2012), e 2944 habitantes no distrito de Viseu. Seguem-se as nacionalidades Ucraniana (339), Chinesa (339) e do Reino Unido (307). A tabela seguinte, corrobora estes dados, evidenciando que os NPT com estatuto legal de residente no concelho

O quadro 15 mostra a tendência dos últimos cinco anos e o contributo dos saldos natural e migratório para a variação da população anual, no concelho de Viseu.

Quadro 15 - Saldos natural e migratório no concelho de Viseu

Contributo dos saldos natural e migratório para a variação da população anual, no concelho de Viseu (%)					
	2016	2017	2018	2019	2020
Saldo Natural	54,3	61,3	48,1	31,5	22,1
Saldo Migratório	45,7	38,7	51,9	68,5	77,9

Fonte: INE - Indicadores Demográficos

É possível aferir um decréscimo do saldo natural, contrariamente ao saldo migratório, que tem aumentado (45,7% em 2016 e 77,9% em 2020), conforme corroborado no quadro anterior que ilustra a progressão do número de migrantes em Viseu entre 2016 e 2020.

Viseu é considerada a melhor cidade para se viver, título este que confere ao concelho uma atratividade para muitos cidadãos estrangeiros de variadas nacionalidades.

Áreas como a mobilidade e o meio ambiente, custo de vida, segurança, cultura, desporto e lazer, favoreceram a fixação de migrantes, que procuram uma qualidade de vida que não encontram nos seus países de origem.

A migração comporta benefícios porquanto contribui para o aumento da taxa de natalidade e conseqüente desaceleração do envelhecimento populacional.

Para além disso, a necessidade de mão-de-obra em determinados setores da economia não é compensada pelo mercado de trabalho interno. Desta forma, a migração pode revelar-se crucial para satisfazer as necessidades do mercado laboral, contribuindo para o crescimento económico.

Todavia, as vantagens da migração só se verificam quando falamos de migração legalizada.

Em análise ao quadro 16 verifica-se que, em 2011, Portugal, o Centro, a região Dão-Lafões e todos os municípios que constituem Viseu Dão-Lafões, apresentavam um saldo migratório negativo. Em 2019, todos os territórios

referenciados apresentavam um saldo migratório positivo, tendência que se manteve em 2020.

Viseu registou, no ano transato, um saldo migratório superior aos dos restantes concelhos.

QUADRO 16 – Saldo Migratório no concelho de Viseu

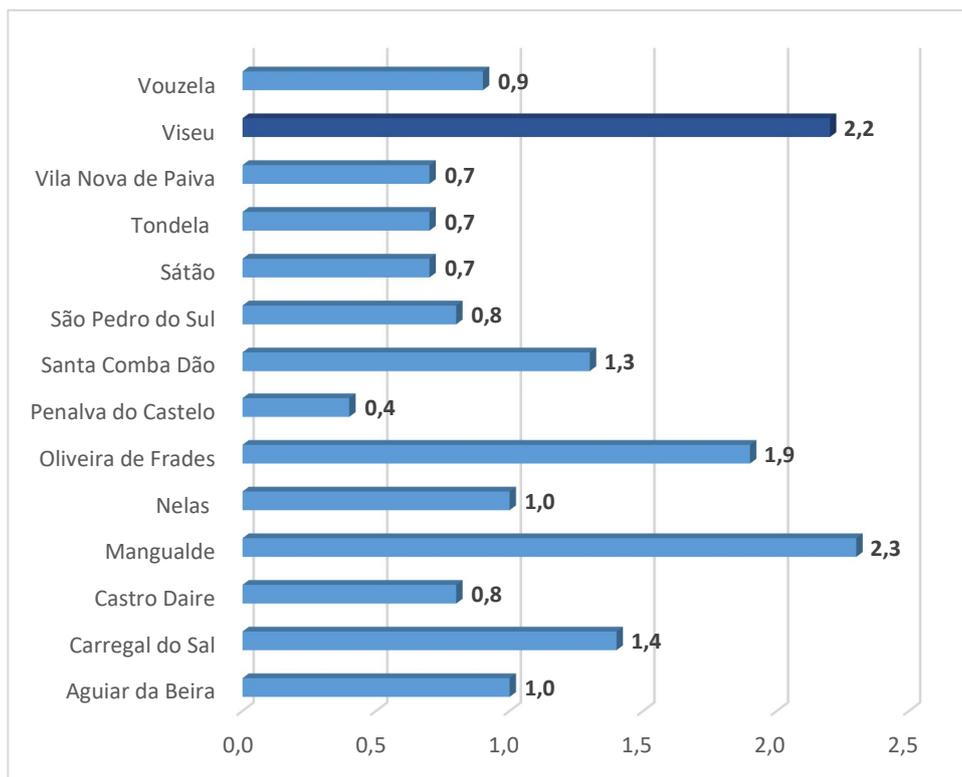
Saldo Migratório, por local de residência (N.º)			
	2011	2019	2020
Portugal	-24331	44506	41274
Centro	-7456	12911	26555
Dão-Lafões	-859	988	2899
Aguiar da Beira	-11	41	87
Carregal do Sal	-4	51	126
Castro Daire	-93	29	158
Mangualde	-63	44	187
Nelas	-56	27	127
Oliveira de Frades	-16	53	106
Penalva do Castelo	-34	20	76
Santa Comba Dão	-82	27	104
São Pedro do Sul	-69	38	157
Sátão	-25	55	150
Tondela	-63	68	262
Vila Nova de Paiva	-10	23	70
Viseu	-285	477	1193
Vouzela	-48	35	96

Fonte: INE - Indicadores Demográficos

Em 2011, a população estrangeira residente no concelho de Viseu já apresentava um peso importante relativamente ao total de residentes (2,2%), superando os restantes concelhos da região Dão-Lafões, com a exceção de Mangualde.

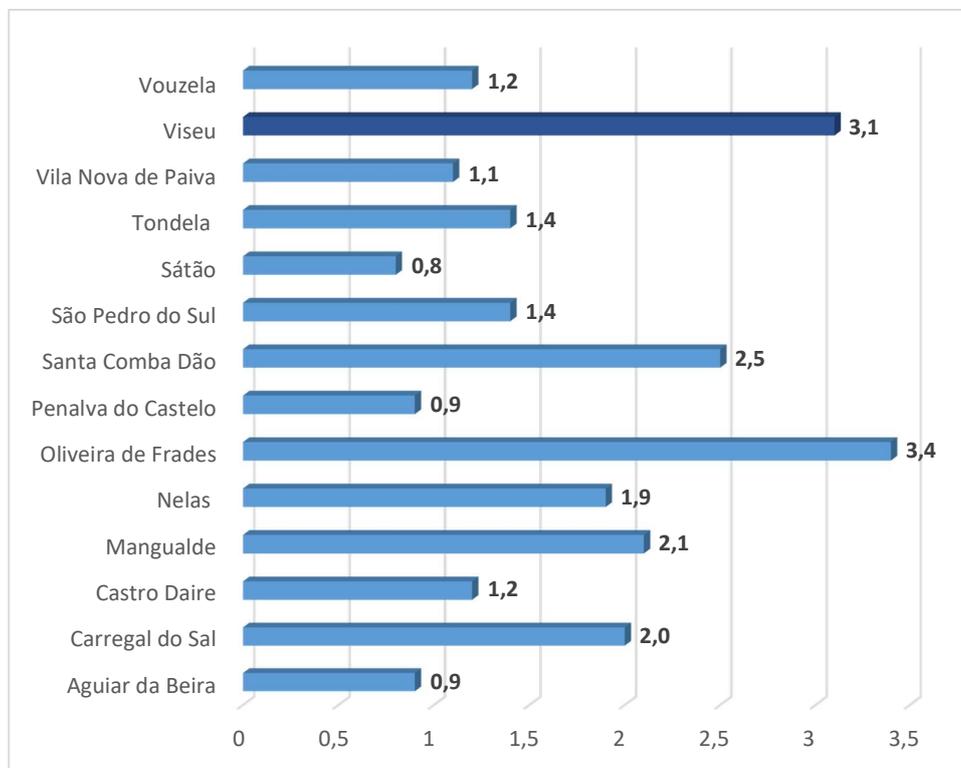
Se observarmos o ano de 2020, Viseu destaca-se pela representação generosa de cidadãos estrangeiros (3,1%), passando a ser o segundo território, dos indicados, com maior percentagem de migrantes.

GRÁFICO 3 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2011 (Viseu Dão Lafões)



Fonte: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

GRÁFICO 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2020 (Viseu Dão Lafões)



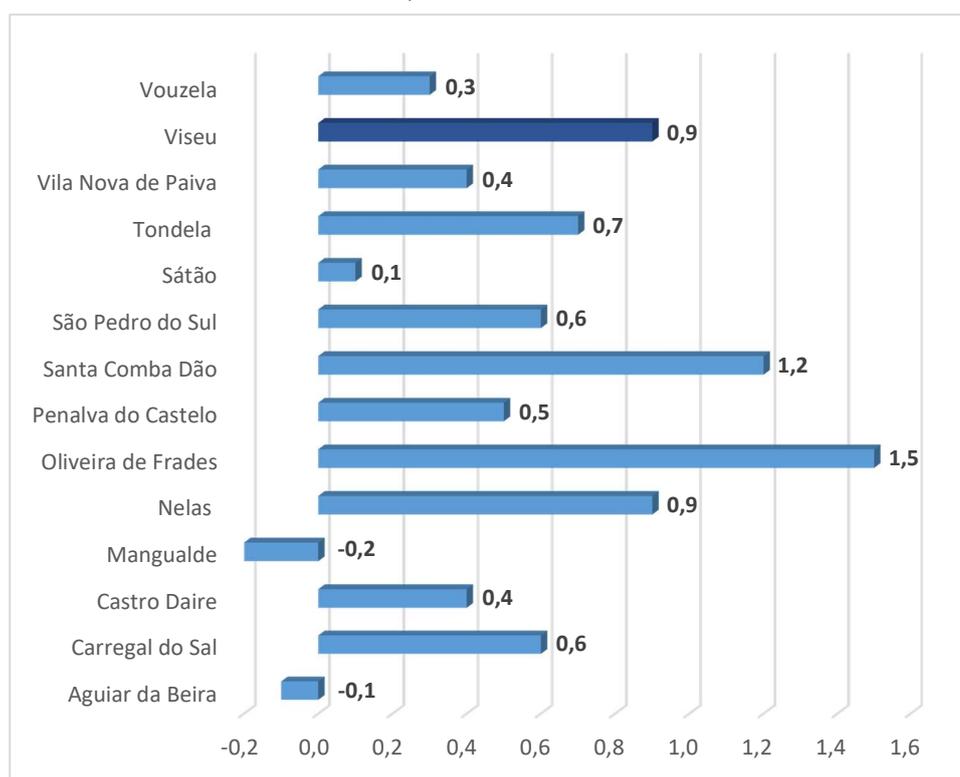
Fonte: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

O gráfico 5 mostra a evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente nos anos de 2011 e 2020.

Entre os territórios apresentados, Viseu foi, a par com Nelas, o terceiro a registar maior crescimento da população estrangeira (0,9%), apenas suplantado pelos municípios de Oliveira de Frades e Santa Comba Dão.

Acompanhou, portanto, a mesma tendência de crescimento dos outros concelhos, com exceção de Mangualde (-0,2%) e Aguiar da Beira (-0,1%) que viram diminuir a sua população estrangeira.

GRÁFICO 5 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2011 e 2020



Fonte: SEFSTAT – Portal de Estatística do SEF

QUADRO 17 – População estrangeira residente no concelho de Viseu [2020]

Quadro Resumo			
	2011	2019	2020
Total	2238	2643	3023
TR (título de residência)	2232	2624	3014
VDL (visto longa duração)	6	19	9

Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística do SEF

O quadro 18 apresenta as nacionalidades dos cidadãos estrangeiros mais representativas no território.

QUADRO 18 – População estrangeira com estatuto legal de residente, por nacionalidade, no concelho de Viseu [2011 - 2019 - 2020]

Nacionalidade	2011	2019	2020
Espanha	57	52	54
França	31	36	45
Reino Unido	23	40	50
Ucrânia	421	254	242
Roménia	57	27	29
Moldávia	24	6	6
Outros países europeus	254	313	343
Angola	75	133	135
Cabo-Verde	221	63	61
Guiné-Bissau	8	13	17
Moçambique	66	48	41
S. Tomé e Príncipe	41	48	55
Outros países africanos	29	40	38
Brasil	703	1333	1646
Outros países americanos	43	63	63
China	107	104	106
India	47	30	43
Nepal	0	6	9
Outros países asiáticos	24	14	29
Austrália	0	1	2
Desconhecido	1	0	0
Total	2232	2624	3014

Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística do SEF



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



UNIÃO EUROPEIA



MUNICÍPIO DE
VISEU



VISEU
INTEGRA

Em 2020, a nacionalidade brasileira era a mais expressiva no concelho (54,6%), seguida pela Ucraniana (8%), pela Angolana (4,5%) e pela chinesa. Com menos representatividade destacam-se os cidadãos oriundos da Austrália (0,1%), Moldávia (0,2%) e Nepal (0,3%).

Comparativamente ao ano de 2011, verifica-se uma diminuição considerável de cidadãos de nacionalidade ucraniana e cabo Verdiana. Por outro lado, estrangeiros provenientes do Brasil e Angola aumentaram consideravelmente. O número de cidadãos chineses mantém-se equiparado nos dois períodos em análise.

QUADRO 19 - Migrantes Nacionais de Países Terceiros com estatuto legal de residente, por nacionalidade, no concelho de Viseu [n.º e %]

Nacionalidade	2020	%
Moldávia	6	0,2
Ucrânia	242	9,5
Outros países europeus	44	1,7
Angola	135	5,3
Cabo-Verde	61	2,4
Guiné-Bissau	17	0,7
Moçambique	41	1,6
S. Tomé e Príncipe	55	2,2
Outros países africanos	40	1,6
Brasil	1651	64,9
Outros países americanos	64	2,5
China	107	4,2
India	43	1,7
Nepal	9	0,4
Outros países asiáticos	27	1,1
Austrália	2	0,1
Total	2544	100

Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística do SEF

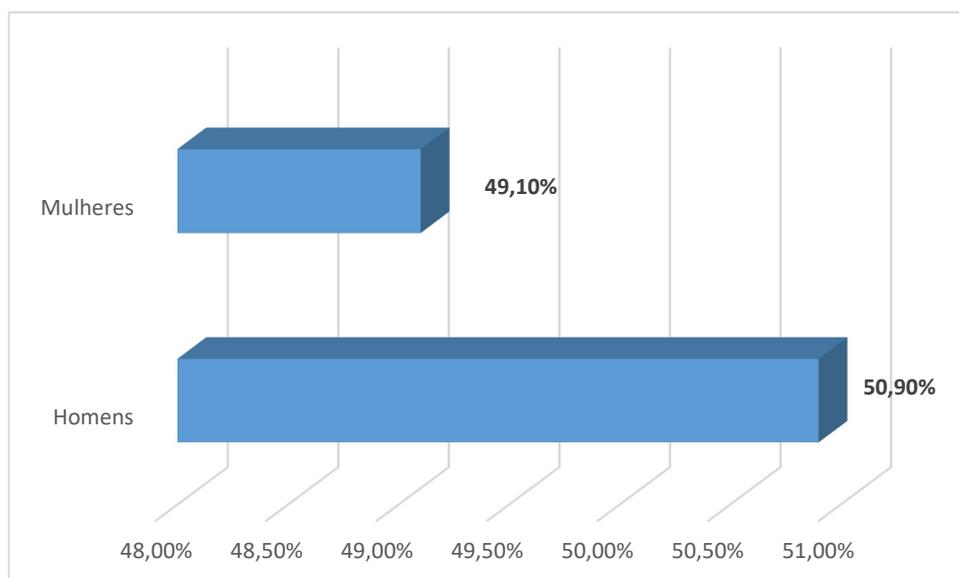
No que concerne aos migrantes nacionais de países terceiros, residem no concelho de Viseu 2544 cidadãos, com estatuto legal de residência.

Deste universo, 64,9% são oriundos do Brasil, uma esmagadora maioria comparativamente com as outras nacionalidades representadas.

Com alguma expressividade surgem os cidadãos ucranianos (9,5%), os angolanos (5,3%) e os chineses (4,2%).

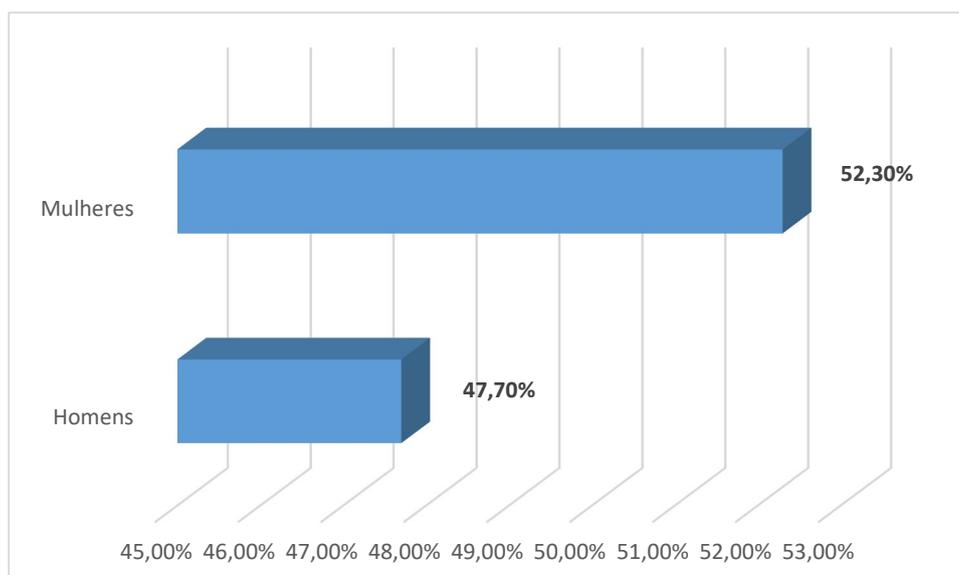
No que respeita ao género, a população migrante residente no nosso território apresenta uma percentagem equilibrada entre homens e mulheres, embora a sua expressividade tenha sofrido uma tendência inversa quanto à representatividade de cada um dos sexos, na última década.

GRÁFICO 6 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Viseu em %, segundo o sexo, no ano de 2011



Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística do SEF

GRÁFICO 7 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Viseu em %, segundo o sexo, no ano de 2020



Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística do SEF

No ano de 2011, a percentagem de homens estrangeiros a residir no concelho era de 50,9% e de mulheres 49,1%.

Todavia, em 2020 verifica-se uma inversão na representatividade de género, porquanto a percentagem de homens diminui e a das mulheres aumentou. Tal facto poderá estar relacionado com o aumento das comunidades brasileira e ucraniana, onde se verifica a presença de núcleos familiares.

| CARACTERIZAÇÃO DOS MIGRANTES INQUIRIDOS

A compreensão da importância da temática em estudo, associada à inexistência de informação estatística atualizada e disponível sobre a matéria, pressupôs o recurso a métodos diretos de recolha de informação (questionário), que permitiu a auscultação da população migrante, com vista à identificação dos principais problemas e necessidades vivenciados por estas comunidades.

O questionário foi construído em oito partes, compreendendo inicialmente uma caracterização pessoal e familiar e, seguidamente, incidindo em áreas como a habitação, acolhimento e integração, mercado de trabalho e qualificação profissional, saúde, cidadania e participação cívica. Disponibilizou-se, ainda, um espaço aberto a contributos, opiniões e/ou sugestões com pertinência para os inquiridos.

Formalizou-se a distribuição do questionário através de associações e outras entidades com intervenção na integração de migrantes.

O acesso a cidadãos migrantes e consequente aplicação do questionário revelou-se um constrangimento, devido à insuficiente rede de coletividades representativas, mas também à não recetividade por parte de algumas comunidades em participarem no diagnóstico.

Neste contexto, foram recebidos 125 questionários preenchidos.

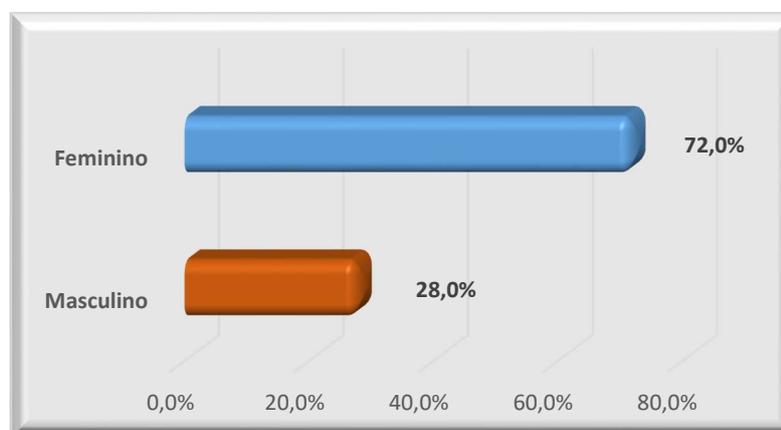
Apesar da fraca participação face às expectativas iniciais, e atendendo à dispersão geográfica, à dificuldade nos contactos com a população estrangeira e, sobretudo, considerando que a maioria das respostas provem da comunidade migrante com maior expressividade no concelho de Viseu, considerou-se que os

migrantes inquiridos são estatisticamente representativos dos indivíduos que fixaram residência no nosso território.

No que respeita à caracterização do universo auscultado, os/as migrantes inquiridos/as são, maioritariamente, do sexo feminino, verificando-se uma distribuição acentuadamente díspar de respostas entre homens (28%) e mulheres (78%).

A crescente integração profissional da mulher, associada a situações de migração familiar e à maior incidência do desemprego feminino, poderão estar na base da maior participação da mulher nos processos migratórios.

GRÁFICO 8 - População migrante inquirida, por género

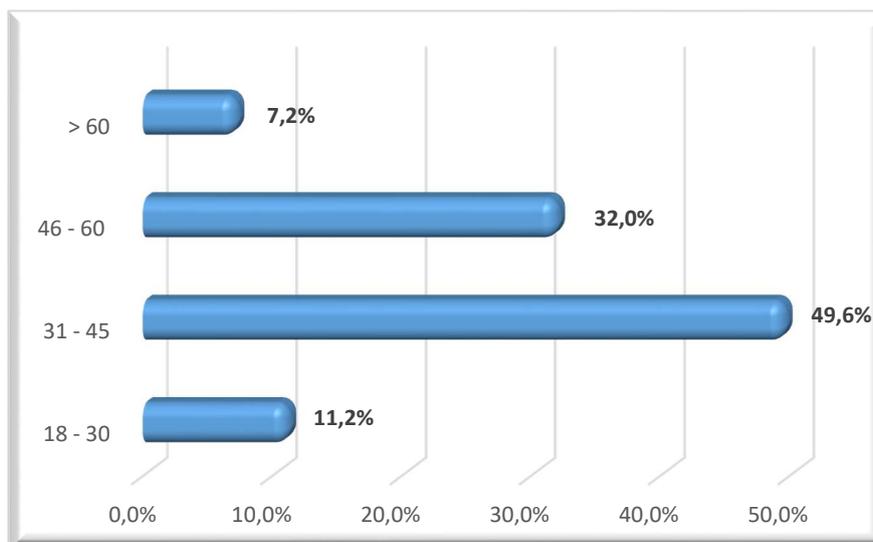


Tendo por base de análise os dados recolhidos, só foi possível obter informação relativa aos migrantes com idades superiores a 17 anos.

Apesar da importância dos migrantes mais jovens, o grupo mais numeroso corresponde aos indivíduos com idades compreendidas entre os 31 e os 45 anos, seguido do grupo etário dos 46 aos 60 anos de idade. Este facto pode estar associado a fenómenos de mobilidade profissional, condicionados por situações de desemprego no país de origem.

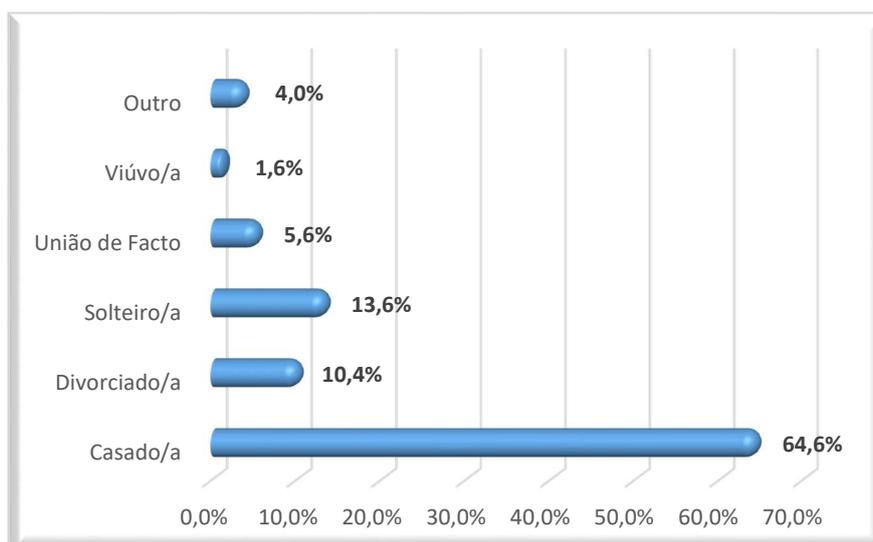
Tratando-se de força de trabalho em idade ativa, os valores obtidos indicam que se regista uma maioria de população ativa jovem.

GRÁFICO 9 - População migrante inquirida, por grupo etário



As respostas recolhidas indicam que o estado civil mais representado é casado/a (64,6%), seguindo-se os/as solteiros/as (13,6%) e os/as divorciados/as (10,4%). Observa-se, ainda, uma percentagem razoável de pessoas a viver em união de facto.

GRÁFICO 10 - População migrante inquirida, por estado civil



A dinâmica migratória verificada no concelho de Viseu é um fenómeno que conta com a participação maioritária de população oriunda do Brasil.

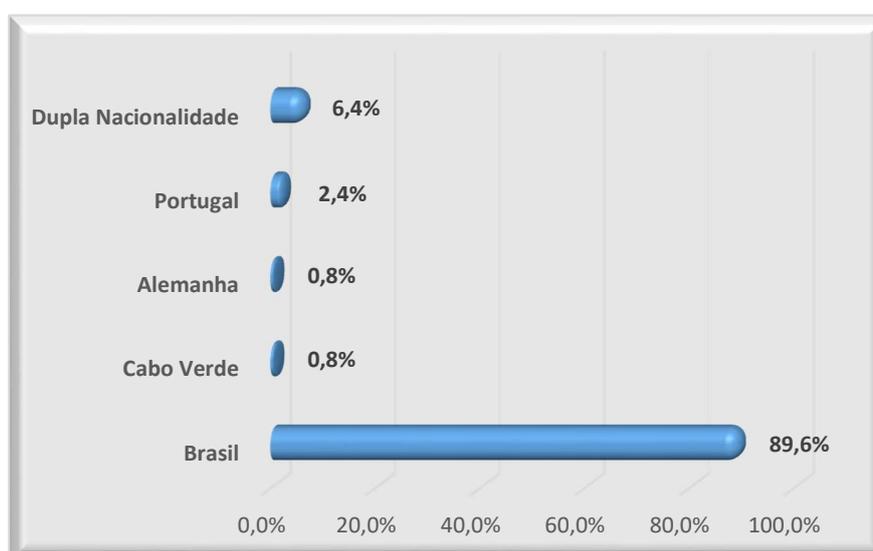
A representatividade desta comunidade, obtida através dos dados recolhidos, vai de encontro à realidade concelhia.

A familiaridade com a língua portuguesa e o sentimento de pertença cultural são fatores que podem, eventualmente, contribuir para a proporção alargada de migrantes brasileiros.

Os/as inquiridos/as que identificaram dupla nacionalidade são, essencialmente, luso-brasileiros e indivíduos de nacionalidade brasileira/italiana.

De salientar a ausência de resposta por parte de algumas comunidades com um peso significativo na população total residente, especificamente ucranianos, chines e angolanos.

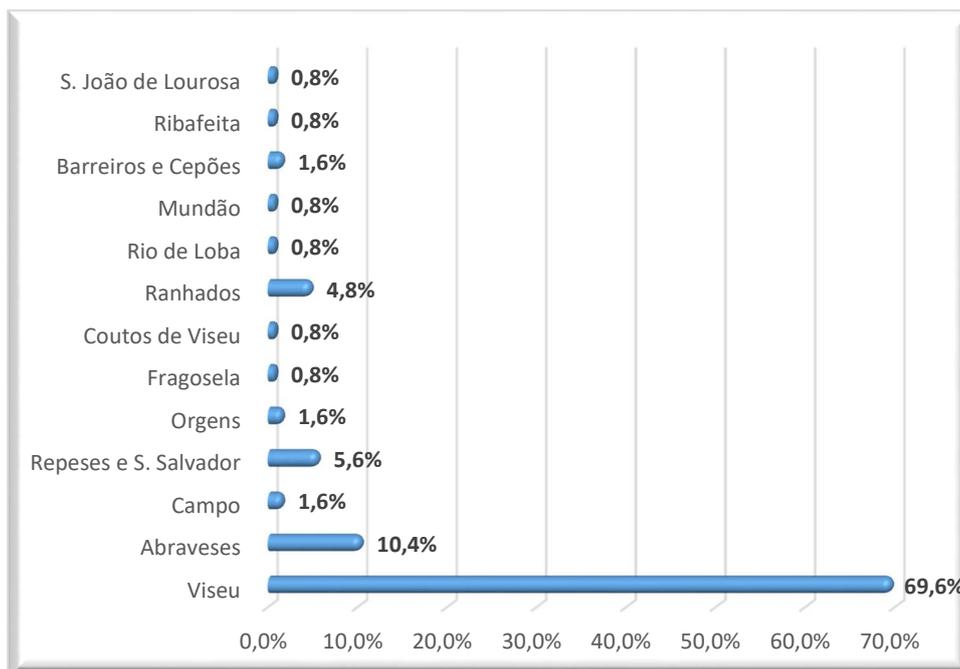
GRÁFICO 11 - População migrante inquirida, por nacionalidade



No que concerne aos locais de residência dos/as migrantes inquiridos/as, aproximadamente 70% reside na freguesia de Viseu, sendo a principal freguesia urbana do concelho pela sua área, população residente, acesso a bens e serviços. Destacam-se, igualmente, como preferência por parte do universo em análise, algumas das freguesias periurbanas, como Abraveses, Ranhados e Repeses e S. Salvador.

Nos dados recolhidos reflete-se a capacidade de atração que os centros urbanos exercem sobre a escolha dos/as migrantes, quando pretendem fixar residência.

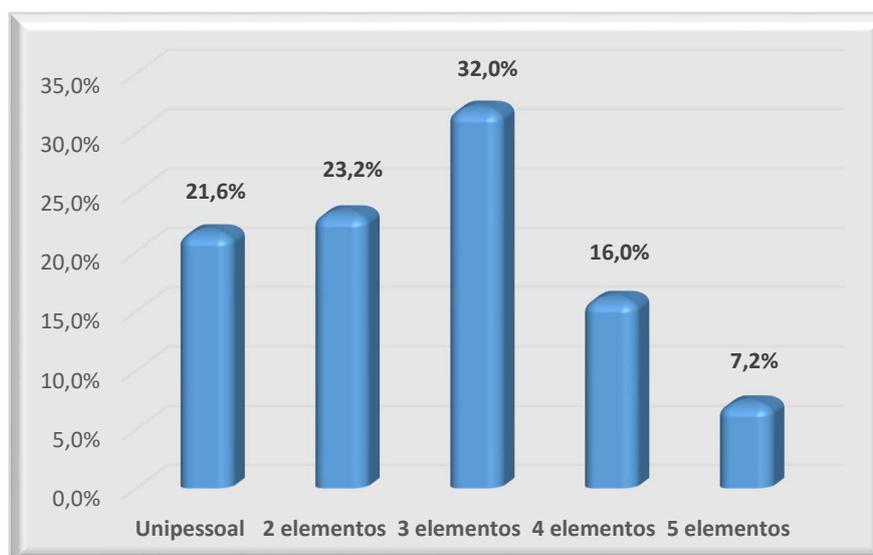
GRÁFICO 12 - População migrante inquirida, por freguesia de residência



No que concerne à composição do agregado familiar, a maioria dos/as inquiridos/as reside com o cônjuge e filho/a, sendo de salientar que 21,6% constituem agregado unipessoal.

A dimensão do agregado familiar mostra que a tendência é a existência de 3 elementos, seguindo-se a frequência de 2 elementos.

GRÁFICO 13 - Constituição do agregado familiar da população migrante inquirida



Afunilando a análise para a presença de menores de idade no agregado familiar, as respostas obtidas indicam que 40% dos/as inquiridos/as não tem filhos menores e que 38,4% dos migrantes auscultados contabiliza apenas um filho com idade inferior a 18 anos no agregado.

| IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MIGRANTE

|| SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

No âmbito do acolhimento e integração de migrantes, analisamos os serviços de apoio aos migrantes, condições de acesso e obstáculos existentes na fase de integração e fixação no concelho de Viseu.

Na fase de acolhimento, a obtenção de uma autorização de residência é essencial e é neste processo que se verificam alguns dos maiores problemas no processo de integração de migrantes.

A autorização de residência permite ao migrante o acesso pleno a direitos fundamentais para uma boa inserção no país de acolhimento. Todavia, o processo de conceção da autorização de residência revela-se, em alguns casos, um caminho tortuoso e com custos avultados.

GRÁFICO 14 - Estatuto de permanência em Portugal dos migrantes inquiridos

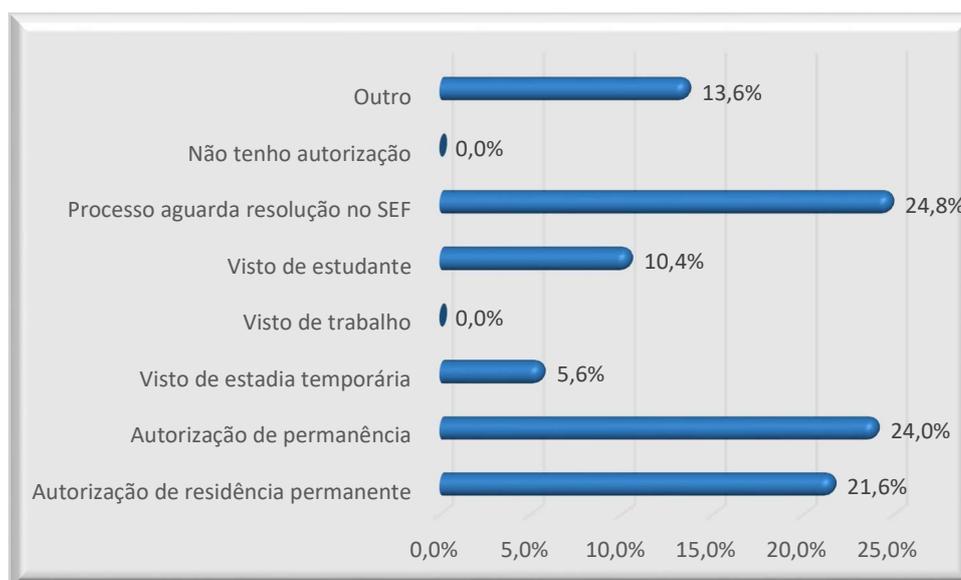
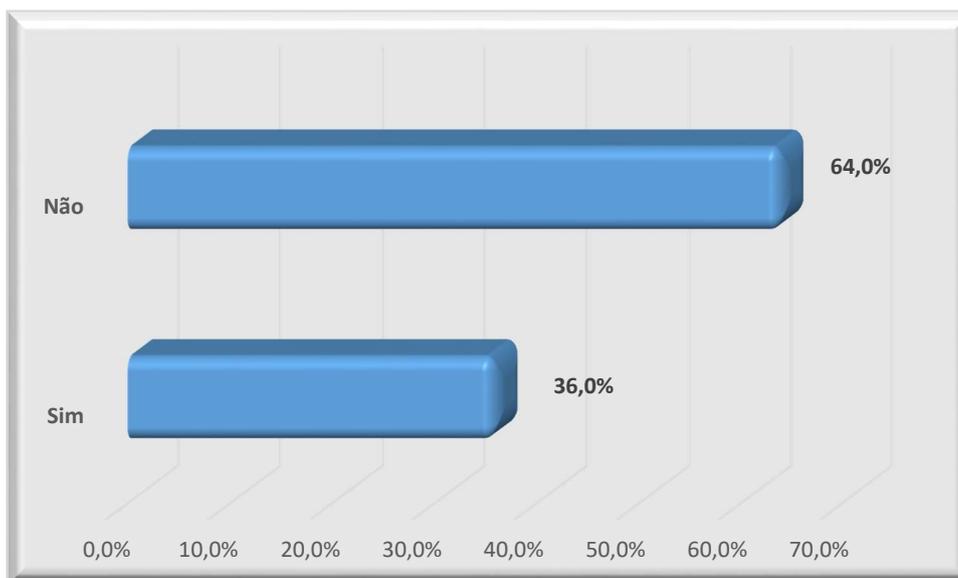
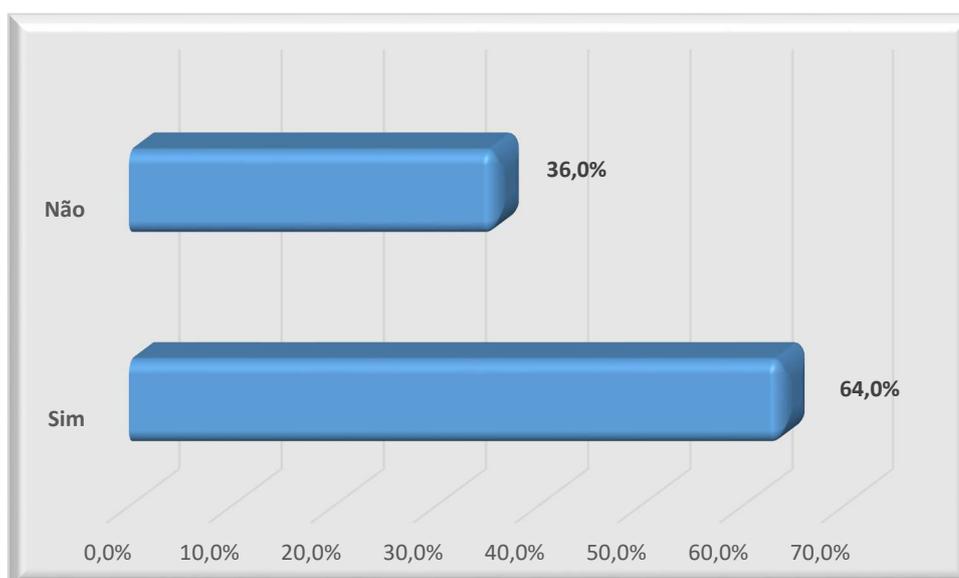


GRÁFICO 15 - Estatuto de permanência em Portugal dos migrantes inquiridos



Dos migrantes inquiridos, 24% tem autorização de permanência em Portugal e 21,6% possui autorização de residência permanente no país. Contudo, verifica-se que 24,8% dos inquiridos deu entrada de processo no SEF e aguarda resolução. As principais razões apontadas pela escolha do País para fixação, e mais concretamente o concelho de Viseu, respeitam sobretudo ao conhecimento da língua e a proximidade cultural, bem como o reagrupamento familiar, por terem ascendência/família portuguesa.

GRÁFICO 16 - Dificuldade dos migrantes inquiridos no processo de legalização



Quando questionados sobre o processo de regularização/legalização, 64% afirmou ter tido dificuldades ao longo do procedimento. Os principais constrangimentos sentidos prendem-se com questões burocráticas e com a morosidade do processo, implicando um longo período de espera.

A maioria dos migrantes inquiridos indicou como principais obstáculos no processo de adaptação (1) dificuldades no processo de regularização, (2) procura de trabalho, (3) acesso a informação, (4) reconhecimento de qualificações e títulos académicos e profissionais, (5) acesso aos serviços públicos, (6) dificuldades na língua portuguesa.

A primeira dificuldade identificada diz respeito à burocracia do processo, na medida em que a atribuição de uma autorização de residência depende da apresentação de documentos comprovativos difíceis de recolher.

As dificuldades neste processo são comuns às diferentes comunidades estrangeiras, embora se verifiquem desigualdades na capacidade de acesso a estruturas de apoio, por motivos de falta de informação e, sobretudo, pela barreira linguística. De facto, um migrante brasileiro tem mais facilidade em compreender ou expressar-se do que um migrante ucraniano.

O processo de solicitação de documentos nos países de origem revela-se bastante complicado para as diferentes comunidades migrantes, implicando custos avultados e dificuldades de acesso a registos centrais, com conseqüente morosidade do processo.

Outro problema identificado diz respeito ao acesso à informação sobre o país, numa fase pré-migração. Os canais de comunicação apresentam informação dispar, não traduzida e incompleta sobre os diferentes aspetos necessários a uma pessoa que pretenda migrar.

A relação entre desemprego e regularização da documentação é, igualmente, uma problemática identificada, porquanto o aumento das situações de desemprego no seio das comunidades migrantes, agravado no ano transato pela crise pandémica, resultam num entrave à regularização da sua permanência em Portugal. Por outro lado, a maioria das entidades empregadoras exige documento comprovativo de permanência legalizada quando se trata de estabelecer um vínculo laboral com o cidadão migrante. Como conseqüência, são

mais prováveis de acontecer situação de exploração, vínculos precários e situações de risco para o migrante.

De facto, este cenário tem conduzido à permanência de um número indeterminado de migrantes em situação irregular, que vêm vedado os seu acesso aos principais direitos sociais.

A forma como a sociedade vê o migrante e o acolhe é fundamental na fase de integração. A população estrangeira revela algumas dificuldades na convivência com a comunidade de acolhimento, o que resulta no refúgio dentro de grupos culturalmente homogêneos, frequência dos mesmos locais, pouca participação em eventos municipais e pouca afluência a instituições e/ou serviços de apoio. Para além disso, o difícil acesso a informação sobre o município dificulta a integração e proximidade de cidadãos migrantes.

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

Os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) são gabinetes cuja missão ultrapassa a disponibilização de informação, apoiando em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local.

São os serviços do Alto Comissariado para as Migrações que prestam apoio e informação geral em diversas áreas, nomeadamente questões de regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.

A Rede CLAIM conta também com Gabinetes de Apoio especializado, que intervêm em diferentes áreas especializadas, por forma a complementar e solidificar o seu processo de integração.

Atualmente existem 137 CLAIM, resultantes de parcerias estabelecidas através de Protocolo de Cooperação com Autarquias, entidades da Sociedade Civil e estabelecimentos de Ensino Superior, distribuídos de norte a sul do país e ilhas. Colaboram também com a Rede CLAIM, entidades da Sociedade Civil que desenvolvem trabalho na área das migrações, considerando uma mais-valia

associarem-se a esta Rede. O atendimento é personalizado e conta com a colaboração de técnicos habilitados para o efeito.

Em matéria de acolhimento, o município de Viseu possui, desde agosto de 2019, um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), cujos serviços estão sediados no Instituto Politécnico de Viseu (IPV).

QUADRO 20 - Atendimentos do CLAIM Viseu, por género

GÉNERO	N.º	%
Homem	195	53,57
Mulher	169	46,43
TOTAL	364	100

Fonte: CLAIM Viseu

Como se pode observar no quadro 18, nos últimos dois anos, entre setembro de 2019 e setembro de 2021, o CLAIM realizou 364 atendimentos a nível distrital, dos quais 307 (84,34%) em regime presencial, 22 (6,04%) por telefone e 35 (9,62%) por correio eletrónico. Do total de atendimentos, 310 (85,16%) correspondem ao concelho de Viseu, seguido de Lamego (n=17, 4,67%), com predominância do género masculino (53,57%).

Quanto à nacionalidade das pessoas atendidas no CLAIM, verifica-se que a nacionalidade brasileira assume maior representatividade (45,05%), seguindo-se a angolana (17,03%) e, em terceira posição, a cabo-verdiana (6,87%), informação congruente, quando equiparada com a realidade mapeada no concelho, segundo os dados do SEF relativos ao número de NPT's com títulos de residência, no concelho, no ano de 2020.

QUADRO 21 – Atendimentos do CLAIM Viseu, por nacionalidade

NACIONALIDADE	N.º	%
Alemanha	7	1,92
Angola	62	17,03
Bielorrússia	1	0,27
Brasil	164	45,05
Cabo Verde	25	6,87
Camarões	2	0,55
Cuba	1	0,27
Guiné-Bissau	38	10,44
Marrocos	4	1,10
Montenegro	4	1,10
Nigéria	5	1,37
Portugal	15	4,12
São Tomé e Príncipe	11	3,02
Serra Leoa	1	0,27
Timor-Leste	7	1,92
Ucrânia	11	3,02
Venezuela	6	1,65
TOTAL	364	100

Fonte: CLAIM Viseu

Quando analisado o número de atendimentos por faixa etária, evidencia-se a faixa entre os 18 e os 25 anos com maior representatividade, totalizando 188 atendimentos (51,65%), seguindo-se a faixa entre os 26 e os 35 (22,80%) e a dos 36 aos 45 anos (55, 15.11%). As faixas com menos de 18 anos e mais de 45 anos totalizam 10,44%.

No que concerne às habilitações literárias das pessoas acompanhadas, predomina o nível secundário (n=238; 68,38%), seguido do grau de licenciatura. Quando analisamos a tipologia dos acompanhamentos realizados pelo CLAIM, verificamos que 13 (3,46%) correspondem a apoio no âmbito da equivalência e reconhecimento de diplomas de ensino superior e que 3,19% estão subordinados a matéria de mobilidade de estudantes do ensino superior.

Analisando os motivos pelos quais a população migrante recorre a atendimento, verificamos que a primeira razão se prende com questões sociais (26,33%). O CLAIM realizou, ainda, 79 atendimentos no âmbito de apoio alimentar e 15 apoios para vestuário. O quadro 20 mostra que o segundo motivo dos acompanhamentos respeita à área da educação (21,01%).

QUADRO 22 - Tipologia/ motivo dos atendimentos

ASSUNTO	N.º	%
Atendimento Social	99	26,33
Educação	79	21,01
Habitação	6	1,60
Nacionalidade	3	0,80
Outros	39	10,37
Permanência em Território Nacional	75	19,95
Proteção Internacional	1	0,27
Qualificação	16	4,26
Racismo e Discriminação	1	0,27
Reagrupamento Familiar	3	0,80
Retorno Voluntário	1	0,27
Saúde	38	10,11
Segurança Social	6	1,60
Trabalho	8	2,13
Violência de género	1	0,27
TOTAL	376	100

Fonte: CLAIM Viseu

As questões relacionadas com a permanência em território nacional assumem-se como a terceira razão nos assuntos em trato (19,95%), seguindo-se razões de saúde (10,11%), onde se inserem pedidos de apoio no acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Seguem-se as questões de qualificação (4,26%) e relação laboral, tal como o apoio na cessação de contratos de trabalhos, elaboração de CV, elaboração de cartas de apresentação e questões sobre direitos e deveres laborais.

Ainda que os dados recolhidos sugiram que as questões relacionadas com a segurança social não tenham expressão maior (1,60%), quando analisados os subassuntos dos pedidos de apoio dirigidos ao CLAIM, registam-se com alguma expressividade os que se relacionam com o abono de família para crianças e jovens e para apoio social.

A inexistência de um CLAIM que atue ao nível do distrito de Viseu implica que inúmeros migrantes oriundos de outros concelhos recorram ao CLAIM Viseu (IPV) para terem acesso ao apoio necessário à resolução dos seus problemas.

A elevada afluência de migrantes justifica a proposta de criação de um CLAIM autárquico que providencie respostas de âmbito local às necessidades de acolhimento e integração evidenciadas pelas comunidades migrantes residentes no concelho de Viseu, articuladas ao nível de políticas e práticas nacionais.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é um serviço de segurança integrado no Ministério da Administração Interna (MAI) que, no quadro da política de segurança interna, tem por missão assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos, gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e proceder à instrução dos processos de pedido de asilo, na salvaguarda da segurança interna e dos direitos e liberdades individuais no contexto global da realidade migratória.

Enquanto órgão de polícia criminal, o SEF atua no processo, nos termos da lei processual penal, sob a direção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente, realizando as ações determinadas e os atos delegados pela referida autoridade.

Compete a este serviço promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com estas atividades e com os movimentos migratórios e, a nível internacional, assegurar, por determinação do Governo, a representação do Estado Português nos grupos de trabalho da União Europeia, bem como em organizações ou eventos internacionais relativos à sua área de atuação.

O SEF atua em diversas áreas, nomeadamente documentos de estrangeiros, fronteiras, investigação criminal, fiscalização, asilo e refugiados, peritagem documental e documentação de nacionais e estrangeiros, relações internacionais e cooperação, rede europeia das migrações e projetos co-financiados.

A Direção Regional do Centro, sediada em Coimbra, conta com 6 Delegações Regionais, entre as quais a Delegação Regional de Viseu, e 4 postos de atendimento regionais, um deles no nosso concelho.

Associação Casa do Brasil

A Associação Casa do Brasil (ACB) é uma associação independente e apartidária, sem fins lucrativos, constituída a 08 de outubro de 2019, por cidadãos brasileiros residentes em Viseu, com o objetivo de promover o acolhimento do imigrante brasileiro e seus familiares, visando proteger seus direitos e interesses, de modo a permitir sua plena integração e inserção na comunidade portuguesa. A missão da ACB passa pela promoção do acolhimento do imigrante brasileiro em Portugal, disponibilizando informações e serviços que contribuam para a melhor qualidade de vida, respetiva valorização, dignidade e a sua integração na comunidade portuguesa.

Visa contribuir para a promoção integral da pessoa humana, despertando a consciência dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, e demais associados, em clima de harmonia e respeito, zelando pela preservação da identidade da comunidade brasileira e do seu património cultural em completa integração à cultura local, implementando ações para a melhoria das condições de vida dos associados e seus descendentes.

Esta entidade dispõe de um serviço de atendimento telefónico e presencial, sendo que, neste momento, recebeu uma média de duas chamadas diárias com pedidos de ajuda, o que resulta numa média de dois atendimentos semanais, mediante agendamento. Um dos âmbitos de resposta deste organismo verifica-se no apoio prestado a pessoas de nacionalidade brasileira que procuram agilizar o seu processo de regularização, uma vez que este passo compromete o acesso a serviços, como a Segurança Social, I.P., para solicitação do respetivo número da segurança social, assim como para obtenção do número de utente de saúde, exemplarmente. Outros apoios disponibilizados pela ACB respeitam ao serviço de orientação jurídica, oficina de modelagem e acompanhamento psicológico.

A Associação Casa do Brasil dispõe de um serviço de atendimento telefónico e presencial, sendo que, neste momento, recebeu uma média de duas chamadas diárias com pedidos de ajuda, o que resulta numa média de dois atendimentos semanais, mediante agendamento.

Um dos âmbitos de resposta deste organismo recai no apoio prestado a pessoas de nacionalidade brasileira que procuram agilizar o seu processo de

regularização, uma vez que este passo compromete o acesso a serviços, como a Segurança Social, I.P., para solicitação do respetivo número da segurança social, assim como para obtenção do número de utente de saúde, a título de exemplo. Outros apoios disponibilizados pela Associação Casa do Brasil respeitam ao serviço de orientação jurídica, oficina de modelagem e acompanhamento psicológico.

Outas respostas

Associação de Estudantes Angolanos

A Associação de Estudantes Angolanos, embora opere de forma informal e não possua estatuto jurídico-legal, o que dificulta o estabelecimento de contactos e a formalização de um vínculo para o plano, atua no âmbito de acolhimento e integração a jovens estudantes de nacionalidade angolana.

Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural

A Escola Superior de Saúde de Viseu faz parte integrante da Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural (RESMI), desde o dia 21 de maio de 2015, Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e Desenvolvimento, em que teve lugar o evento de constituição da RESMI com a assinatura da Carta de Compromisso pelos representantes de entidades do ensino superior português, entre as quais a Escola Superior de Saúde de Viseu.

A RESMI integra-se no Alto Comissariado para as Migrações (ACM) o qual pretende contribuir para a coesão social, a melhoria da qualidade de vida e a convivência cidadã intercultural, em municípios com diversidade cultural significativa, mediante uma gestão positiva e preventiva dessa mesma diversidade, através de uma intervenção mediadora e da participação dos protagonistas locais.

É objetivo da RESMI congregar esforços e interesses para aprofundar as questões do conhecimento e das práticas de mediação intercultural, potenciando sinergias nas áreas da formação, investigação e consultoria dos projetos implementados no terreno pelos parceiros do Alto Comissariado para as Migrações.

Programa de Mentores para Migrantes

A Escola Superior de Saúde de Viseu (ESSV) é parceira do Alto Comissariado para as Migrações no Programa Mentores para Migrantes, desde setembro de 2016. Este Programa é uma iniciativa promovida pelo ACM e desenvolvida, por todo o país, por um conjunto de parceiros locais. Permite o conhecimento mútuo, em que as diferenças se esbatem na resolução das mesmas dificuldades, preocupações e desafios do dia-a-dia.

Este programa visa a promoção de experiências de troca, entreajuda e apoio entre voluntários/as (cidadãos/ãs portugueses/as) e migrantes (emigrantes e imigrantes) e/ou refugiados, de forma a permitir o conhecimento mútuo, em que as diferenças se esbatem na resolução das mesmas dificuldades, preocupações e desafios do dia-a-dia.

Programa Mentores em Ação

O Programa Mentores em Ação é uma estratégia de intervenção institucional do Politécnico de Viseu (IPV), na promoção do acolhimento e inclusão dos/as estudantes recém-chegados/as, interpares, independentemente das suas características individuais, no sentido de prevenir a discriminação, racismo, xenofobia, solidão, abandono e insucesso académico.

O Programa pretende implementar, no ano letivo 2021-2022, um conjunto de iniciativas nas 5 unidades orgânicas do Politécnico de Viseu, que permita o acolhimento, acompanhamento e inclusão de todos/as os/as estudantes recém-chegados/as à academia, através do apoio de estudantes mentores/as.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Insuficientes serviços de apoio ao acolhimento e integração e fraca divulgação dos existentes	<p>Número de migrantes residentes face ao número de serviços</p> <p>As entidades não estão sensibilizadas para a problemática do acolhimento e integração de migrantes</p> <p>Restrições orçamentais</p>	Serviços e projetos de acolhimento, atendimento e integração especializados: CLAIM, Projeto Mentores para Migrantes, Programa Mentores em Ação
A Delegação do SEF não tem capacidade de resposta célere aos atendimentos e pedidos diversos	<p>Fracos recursos para fazer face a todas as solicitações</p>	Lei n.º 23/2007, artigo 78.º, ponto 8: "O SEF pode celebrar protocolos com as Autarquias Locais, bem como com os órgãos e serviços das Regiões Autónomas, com vista a facilitar e simplificar os procedimentos de receção e encaminhamento de pedidos de renovação de autorização de residência e respetivos títulos".
Elevada burocracia no processo de regularização (autorização de residência)	<p>Dificuldades no acesso à documentação exigida pelo SEF, em alguns casos traduzida na falta de recursos financeiros por parte da população migrante</p> <p>Escassez de informação nos canais de comunicação para consulta, na fase pré-migração</p>	<p>CLAIM</p> <p>GAE</p>
Ausência de formação para funcionários de entidades públicas e privadas no apoio a migrantes, que resulta em sentimentos discriminatórios e de atendimento impessoal	<p>As entidades não sentiram necessidade de promover formação no âmbito da migração</p>	<p>GAE</p> <p>GIP</p> <p>O Município de Viseu integra a Rede Portuguesa de Cidades Interculturais, que disponibiliza planos formativos específicos</p>
Existência de serviços com escasso conhecimento sobre a legislação relativa à migração, que resulta em informações e encaminhamentos incorretos e divergentes		

<p>Os serviços públicos não disponibilizam informação institucional noutras línguas, escrita ou oral, o que implica dificuldades acrescidas na perceção das indicações transmitidas</p>	<p>A comunidade de acolhimento, e especificamente os serviços públicos, não estão sensibilizados para os problemas que os migrantes enfrentam no seu quotidiano</p> <p>Formulários complicados</p>	<p>Serviços de tradução</p>
<p>Inexistência, no concelho, de um KIT de Acolhimento com informações úteis à comunidade migrante</p>	<p>Fragilidade na definição de estratégias de acolhimento e integração</p>	
<p>Dificuldade no acesso à informação sobre o município</p>	<p>Inexistência de um local central acessível para obtenção de informação diversa</p>	
<p>Dificuldade na integração das diferentes comunidades e na convivência intercultural</p>	<p>Dificuldades na convivência com a sociedade de acolhimento, que conduz ao isolamento dentro das suas comunidades</p> <p>Refúgio no seio de grupos culturalmente homogêneos, frequência dos mesmos locais, pouca participação em eventos municipais, pouca recorrência a instituições ou serviços de apoio)</p>	<p>Projetos sobre interculturalidade</p> <p>PMIND Viseu</p>

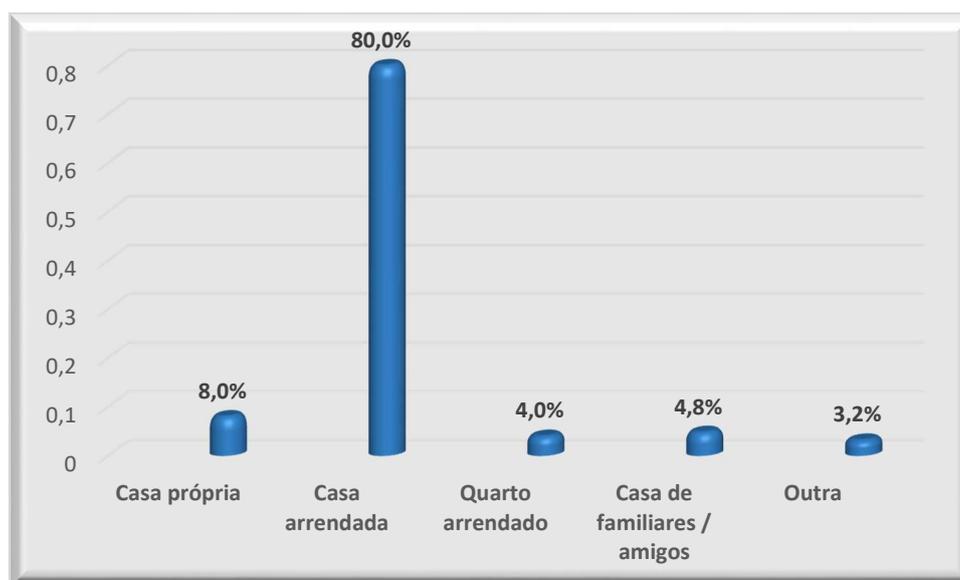
|| HABITAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65º, considera a habitação como um direito que assiste a todos os portugueses, cabendo ao governo criar todas as condições, medidas políticas, programas e meios que permitam que aquele preceito constitucional se torne uma realidade.

O acesso a uma habitação condigna revela-se uma das dificuldades identificadas pela população migrante, na fase de integração. O mercado habitacional em Viseu tem vindo a tornar-se particularmente inacessível, devido aos custos elevados.

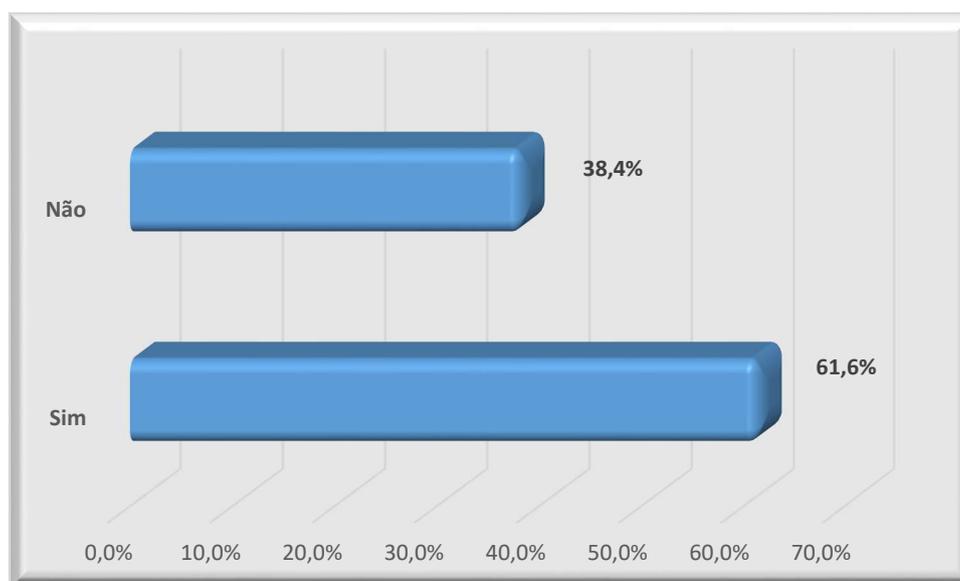
Acresce o facto de que no arrendamento de uma habitação, o senhorio requer quase sempre um fiador como garantia.

GRÁFICO 17 - Situação dos migrantes inquiridos face à habitação



Do universo de migrantes auscultados, 80% vive em casa arrendada, na sua maioria em tipologia apartamento. Os inquiridos identificam algumas fragilidades ao nível da habitação, nomeadamente problemas de isolamento e a falta de privacidade, no caso da habitação partilhada ou sobrelotação de espaço. Dos migrantes que vivem em casa arrendada, 50,8% suporta uma renda mensal que se situa entre os 350 euros e os 500 euros, sendo que 23,8% pagam uma renda superior a 500 euros mensais.

GRÁFICO 18 - Dificuldades financeiras no pagamento da renda, por parte dos migrantes inquiridos



Neste contexto, cerca de 60% dos inquiridos afirma ter dificuldades no pagamento da renda, motivo pelo qual 23,3% ainda vivem em regime de habitação partilhada.

No que concerne à habitação social, os principais problemas estão associados à escassez de fogos disponíveis face às inúmeras solicitações, não só de cidadãos migrantes mas também de cidadãos nacionais.

O município de Viseu, no âmbito das suas competências e obrigações no que respeita à proteção e promoção de qualidade de vida da sua população, criou medidas de apoio à habitação destinadas a um público mais desfavorecido económica e socialmente.

A HABISOLVIS (Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu) é responsável pela atribuição e gestão das habitações sociais, propriedade do município, a agregados familiares carenciados e/ou em situação de vulnerabilidade, objetivando suprir as necessidades desta natureza.

Conforme ilustra o quadro 23, regista-se um agregado familiar composto por 4 pessoas e de nacionalidade paquistanesa, residente em habitação social.

QUADRO 23 - Migrantes refugiados em habitação social

MIGRANTES REFUGIADOS apoiados pela Habisolvis										
Bairro	Nacionalidade (país de origem)	Número de AF beneficiários	Número total de pessoas migrantes refugiadas	Número de pessoas migrantes por faixa etária				Situação/ Doc. Id.	Nº de filhos nascidos em Portugal	Tempo de permanência em habitação social (anos)
				0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos			
Bairro Social de Paradinha	Paquistão	1	4	2	2	2	0	<i>sem info</i>	<i>sem info</i>	2

Fonte: HABISOLVIS - Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu

A tabela seguinte mostra que 46 pessoas de nacionalidade estrangeira residem em habitação social, no município de Viseu, sendo as nacionalidades moçambicana e santomense as predominantes.

QUADRO 24 - Migrantes residentes em habitação social

Migrantes residentes em habitação social – Habisolvis (dados recolhidos a 03/11/2021)								
País de origem/ Nacionalidade	Nº de pessoas migrantes apoiadas	Número de pessoas migrantes em H.S. por faixa etária				Nº de filhos nascidos em Portugal	Tempo médio de permanência em habitação social (anos)	
		0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos			
Angola	7	1	1	3	2	2	4,6	
Brasil	3	0	1	1	1	1	8	
Equador	5	2	2	1	0	<i>s/info</i>	<i>s/info</i>	
Guiné Bissau	5	0	3	2	0	0	4	
Moçambique	12	4	2	6	0	<i>s/info</i>	2,2	
S. Tomé e Príncipe	14	5	2	7	0	2	5,7	
Total	46	12	11	20	5	5	4,9	

Fonte: HABISOLVIS - Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu

As medidas elencadas são suportadas por regulamentos municipais, sendo que a comunidade migrante pode beneficiar destes apoios nas mesmas condições determinadas para os cidadãos locais.

Pese embora, a política social de habitação objetive fundamentalmente o acesso à habitação das famílias carenciadas, que não dispõe de recursos para a obterem pelos seus próprios meios, quando consultado o regulamento da HABISOLVIS afere-se que os critérios de hierarquização adotados para a atribuição da

habitação social não integram nenhum tópico dirigido exclusivamente a pessoas de nacionalidade estrangeira.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Dificuldades no acesso à habitação	Mercado inacessível, devido aos custos elevados	Beira Amiga
	Partilha de habitação por diversas pessoas	
	Os senhorios requerem fiador e/ou caução	
Existência de habitações com condições pouco dignas	Discriminação por parte dos proprietários	
	Fracos recursos financeiros por parte da população migrante	Programas Municipais de apoio à habitação e ao arrendamento
	Sentido de oportunidade de negócio por alguns arrendatários locais	CLAIM
Dificuldade no acesso a habitação social	Falta de fiscalização	
	Habitações sociais em número insuficiente face às solicitações	Estratégia Local de Habitação de Viseu HABISOLVIS SRU

|| MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

O relatório anual cidadãos estrangeiros – situação do mercado de emprego, elaborado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, surge no âmbito do plano estratégico para as migrações 2015-2020, e consubstancia o resultado esperado na medida 25 do eixo de intervenção I – Políticas de Integração de Imigrantes – e cuja ação visa “monitorizar e analisar, de forma integrada, o fluxo de inscrições nos serviços de emprego e a integração em medidas ativas de emprego e no mercado de trabalho”.

O documento refere que 33,5% dos imigrantes desempregados são provenientes de países europeus, 25,3% de países africanos e 31,2% do continente americano. No que concerne aos países de língua oficial portuguesa, 5.017 desempregados provêm do Brasil e 3.911 dos PALOPS. Na terceira posição, surgem os desempregados provenientes de países da união europeia (3.606) e na quarta posição os desempregados imigrantes da europa de leste (2.160).

Segundo o IEFP, em 2018, o número de desempregados estrangeiros diminuiu em Lisboa e Vale do Tejo (- 12,1%) e norte (- 6%), tendo aumentado em todas as outras regiões do continente, nomeadamente a região centro (+ 0,9%).

QUADRO 25 – Desempregados estrangeiros registados no IEFP, por região

DESEMPREGO REGISTADO DE ESTRANGEIROS, POR REGIÃO								
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO								
	2016	%	2017	%	2018	%	Var.% 2017/2016	Var.% 2018/2017
CONTINENTE	21 448	100,0	18 248	100,0	17 338	100,0	-14,9	-5,0
NORTE	3 329	15,5	2 911	16,0	2 736	15,8	-12,6	-6,0
CENTRO	1 803	8,4	1 562	8,6	1 576	9,1	-13,4	+0,9
LISBOA V. TEJO	11 533	53,8	9 220	50,5	8 106	46,8	-20,1	-12,1
ALENTEJO	1 101	5,1	957	5,2	1 006	5,8	-13,1	+5,1
ALGARVE	3 682	17,2	3 598	19,7	3 914	22,6	-2,3	+8,8

Fonte: IEFP. IP. PG-EP

O mesmo documento alude que mais de metade dos desempregados estrangeiros inscritos, no final de 2018, eram mulheres (60,4%) com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, à procura de novo emprego (91,4%).

Considerando o nível de habilitação escolar, 44,4% dos desempregados estrangeiros tinham nível o secundário. Por outro lado, os desempregados

estrangeiros apresentavam uma proporção mais baixa do nível de habilitação superior (6,6%), enquanto os que não tinham qualquer nível de instrução atingiam 13,9%.

O relatório indica, ainda, que um número significativo dos estrangeiros inscritos no final de 2018 procurava emprego há menos de um ano (79,6%) sendo os restantes desempregados de longa duração.

No quadro seguinte, verifica-se que 70% dos estrangeiros estavam concentrados nas regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo, sendo que a região Centro contava com 10,06%.

QUADRO 26 – Estrangeiros inscritos para emprego no IEFP, por Delegação Regional

ESTRANGEIROS INSCRITOS PARA EMPREGO POR DELEGAÇÃO REGIONAL							
MOVIMENTO AO LONGO DOS ANOS 2016 A 2018							
	2016	%	2017	%	2018	%	Var.% 2018/2017
CONTINENTE	47 301	100,0	39 439	100,0%	40 508	100,0%	+2,7
Norte	5 672	12,0	5 429	13,77%	6 079	15,01%	+12,0
Centro	3 995	8,4	3 610	9,15%	4 075	10,06%	+12,9
Lisboa V. Tejo	27 791	58,8	21 554	54,65%	21 273	52,52%	-1,3
Alentejo	2 385	5,0	1 951	4,95%	1 980	4,89%	+1,5
Algarve	7 458	15,8	6 895	17,48%	7 101	17,53%	+3,0

Fonte: IEFP, I.P., DPG-PG-EP

Quanto à apreciação relativa do peso de cada grupo de Países nas inscrições ao longo do ano, estes ordenam-se da seguinte forma: África (32,6%); América (29,9%); União Europeia (16,8%); Europa do Leste (12,5%); outros países (8,0%) e outros países europeus (0,2%).

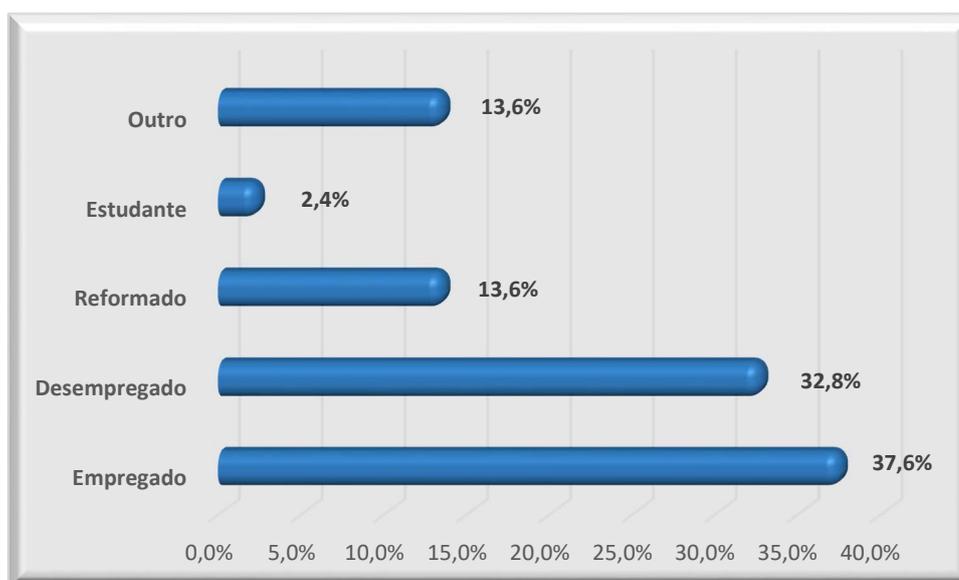
Em 2018, tal como nos anos anteriores, observa-se que as inscrições de estrangeiros são maioritariamente de desempregados à procura de novo emprego (84,0%), distribuindo-se pelas categorias de desempregados à procura de 1º Emprego 9,7%; empregado 5,4%; empregado a tempo parcial 0,9%.

Ainda neste ano, verifica-se que existem profissões que se destacam de modo significativo, nomeadamente trabalhadores de limpeza com 5.826 inscrições (14,4% do total), trabalhadores dos serviços pessoais com 4.217 inscrições (10,4% do total) e vendedores com 4.171 inscrições (10,3% do total). No grupo

“trabalhadores de limpeza” tem maior representatividade a proveniência de África e nos outros dois grupos a proveniência da América.

A insuficiência de dados estatísticos, desagregados ao nível do concelho, sobre a situação da população migrante face ao emprego dificulta a análise micro desta área.

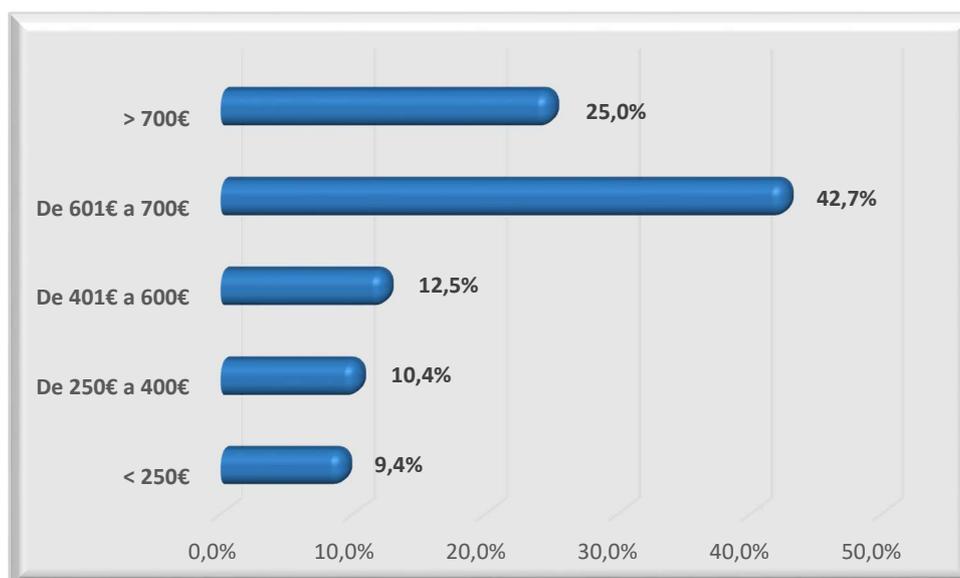
GRÁFICO 19 - Situação face ao emprego dos migrantes inquiridos



Do questionário aplicado é possível verificar que a proporção entre migrantes empregados (37,6%) e desempregado (32,8%) é muito próxima.

Existe, ainda, uma percentagem significativa de migrantes em outras situações face ao emprego (13,6%), nomeadamente a criação do próprio emprego.

GRÁFICO 20 – Remuneração média mensal dos migrantes inquiridos



Analisando a dimensão da recompensação financeira pelo trabalho exercido, verifica-se 42,7% dos migrantes auscultados auferem uma remuneração média mensal que se situa entre os 600 euros e os 700 euros. Depreende-se que este intervalo está associado ao salário mínimo nacional fixado.

Todavia, 19,8% dos inquiridos recebe um salário inferior a 400 euros mensais. Importa ressaltar que 33,8% dos inquiridos tem uma carga laboral superior a 40 horas semanais.

Os efeitos da crise económica que se vive nos pós-pandemia afetam fortemente as condições de trabalho dos migrantes inseridos nos setores mais afetados, nomeadamente os que não possuem uma autorização de residência de longa duração.

A dificuldade de inserção profissional da população migrante comporta obstáculos à renovação da autorização de residência e, conseqüentemente, no processo de integração no país e no concelho de Viseu.

Ao mesmo tempo, a proteção social dos migrantes depende da residência legal, o que implica que um elevado número de migrantes fiquem numa situação de maior vulnerabilidade.

Restam os apoios de outras instituições, com a condicionante de uma atuação limitada. Neste contexto, os migrantes optam pela realização de trabalhos precários, sem contratos e com remunerações baixas.

As comunidades migrantes revelam pouco espírito empreendedor, decorrente das barreiras linguísticas, da dificuldade na certificação de competências, o difícil acesso a créditos e o desconhecimento da realidade nacional e da legislação aplicável.

A maioria dos migrantes empreendedores dedicam-se a pequenos negócios, que exigem um investimento reduzido e em áreas nas quais já têm experiência profissional no país de origem (e.g. cabeleireiros, esteticistas), o que resulta no empreendedorismo em atividades económicas não diferenciadas das que já existem no território.

Gabinete de Inserção Profissional

No Município de Viseu funciona um Gabinete de Inserção Profissional, que se consubstancia numa estrutura de apoio ao emprego, com capacidade de atuação em proximidade aos territórios e às populações e em estreita articulação com a rede de serviços de emprego.

O GIP assume uma importância decisiva no reforço da atuação dos serviços de emprego, prestando aos utentes um serviço com maior qualidade, nomeadamente através da estabilização da rede, do assegurar de condições e recursos para o exercício da atividade, de promover a apropriação por parte dos profissionais dos procedimentos e resultados esperados, bem como de garantir o acesso ao sistema de informação na área do emprego, ferramenta que lhes possibilita uma articulação mais célere com os serviços de emprego e uma melhor gestão na afetação, intervenção e monitorização dos desempregados.

QUADRO 27 - Estrangeiros inscritos no GIP do Município de Viseu [2019 - 2021]

Nacionalidade	N.º de Inscritos
Angolana	2
Brasileira	32
Francesa	2
Russa	3
Venezuelana	1
TOTAL	40

Fonte: Gabinete de Inserção Profissional do Município de Viseu

No período entre 2019 e 2021, o GIP do município de Viseu contabiliza 40 cidadãos estrangeiros inscritos para emprego e/ou formação, sendo maior a representatividade da comunidade brasileira.

Dos estrangeiros registados, todos têm atualmente o processo ativo, o que significa que ainda que já tenham tido colocação no mercado de trabalho ou em ofertas formativas, em 2021 encontram-se novamente desempregados.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Existência de uma relação direta entre regularização da documentação e o desemprego	<p>O processo de integração em Portugal (e.g. renovação da autorização de residência) implica a existência de um contrato de trabalho e vice-versa</p> <p>Aumento do número de migrantes a residir no país em situação irregular</p> <p>Vínculos laborais precários</p>	CLAIM
Não existe um conjunto de procedimentos dirigido às entidades empregadoras, com informação relevante sobre acolhimento e integração de migrantes	<p>Ausência de um trabalho em rede entre as várias entidades, que resulte na definição de estratégias</p>	<p>Rede Social</p> <p>GAE</p>
Elevado número de entidades empregadoras que desconhecem / não aplicam os seus direitos e deveres em matéria laboral, no que respeita à contratação de cidadãos estrangeiros	<p>Desconhecimento por parte dos empregadores da Lei da Imigração e do Trabalho</p> <p>Vínculos laborais precários</p>	<p>Beira Amiga</p> <p>RPCI</p> <p>GIP</p>
Pouca diversificação de respostas, a nível laboral, para a integração de migrantes	<p>Insuficiente número de cidadãos estrangeiros empreendedores</p>	<p>Gabinete de Apoio ao Investidor – CMV</p> <p>GIP</p>

	Os cidadãos migrantes que criam o seu próprio negócio não procuram investir em atividades económicas diferenciadas das que existem no concelho	
Barreira linguística	A dificuldade na comunicação entre a comunidade local e os cidadãos de nacionalidade estrangeira, especificamente asiáticos e da Europa de leste, gera um obstáculo à integração profissional	Programa Português Língua de Acolhimento CLAIM GIP

|| EDUCAÇÃO E LÍNGUA

Aquando da elaboração do presente Plano, não foi possível aceder a informação estatística atualizada sobre os indicadores da educação, desagregada ao nível concelhio. Assim, ainda que reportados ao ano letivo de 2018/2019, os dados estatísticos que se apresentam de seguida permitem compreender a realidade das escolas do concelho de Viseu perante a presença de alunos de diferentes origens e culturas.

QUADRO 28 - Distribuição dos alunos estrangeiros matriculados, por nível de ensino, no ano letivo 2018/2019

Níveis de Ensino	Distrito de Viseu		Município de Viseu	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
EB - 1.º Ciclo	98%	2%	97%	3%
EB - 2.º Ciclo	98%	2%	97%	3%
EB - 3.º Ciclo	98%	2%	97%	3%
ES - Cursos Científico-Humanísticos	99%	1%	98%	2%
ES - Cursos Profissionais	97%	3%	96%	4%

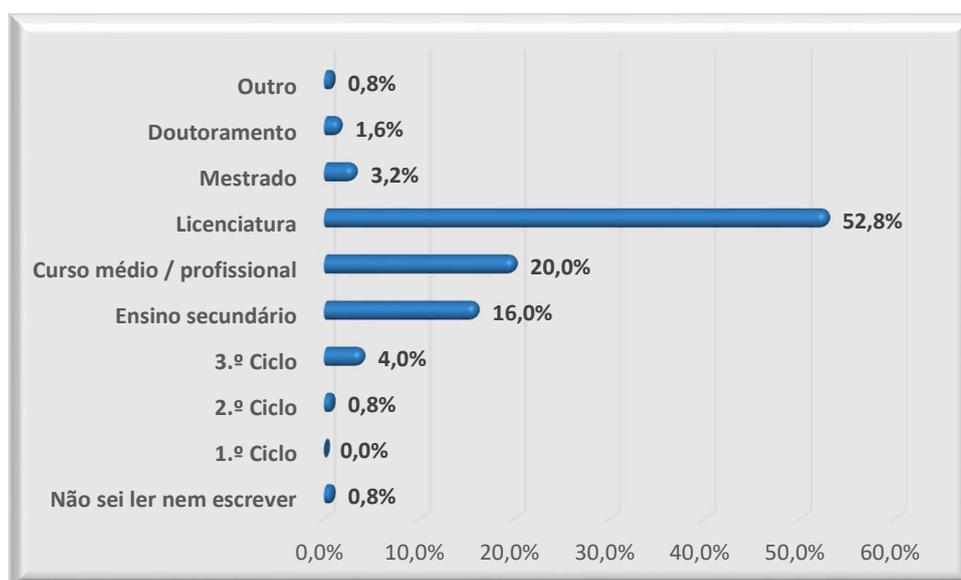
Fonte: DGEEC/MEdu (Dados reportados pelas escolas ao sistema de informação do Ministério da Educação)
www.infoescolas.mec.pt

No concelho de Viseu, com referência ao ano letivo de 2018/2019, estavam matriculados no ensino básico, para os três níveis de ensino, 6% de alunos estrangeiros sobre o total de alunos inscritos.

No ensino secundário, os alunos estrangeiros estavam distribuídos pelos cursos científico-humanísticos e profissionais, com taxas de 1% e 3%, respetivamente.

As percentagens registadas no município de Viseu estão muito próximas dos valores apresentados a nível distrital.

GRÁFICO 21 – Nível de escolaridade dos migrantes inquiridos



Do universo de migrantes auscultados, 52,8% são detentores do grau de licenciatura, seguido dos cursos médios/profissionais e do nível secundário.

Verifica-se uma percentagem, ainda que com pouca expressividade, de migrantes mestres e doutorados. Pese embora as qualificações observadas, existe elevada dificuldade quando se trata de certificar competências a estes cidadãos, tema que se explora com mais detalhe na dimensão da capacitação e formação.

As nossas escolas têm vindo a deparar-se com o aumento do número de alunos estrangeiros e com a crescente multiculturalidade, pelo que desempenham um papel fundamental no acolhimento e integração dos alunos migrantes e na preparação de uma sociedade tolerante e inclusiva.

Todavia existem alguns constrangimentos que importa assinalar.

A aprendizagem da língua é um dos pilares básicos do processo de integração dos migrantes. No entanto, o acesso a cursos de português que de facto proporcionem a aprendizagem da língua é penoso.

No ano letivo 2018/2019, na região de Viseu Dão Lafões, o número de alunos matriculados na disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), no ensino público correspondeu a 42, apenas 1,2% do total de alunos.

GRÁFICO 22 - Frequência dos migrantes inquiridos em cursos de português

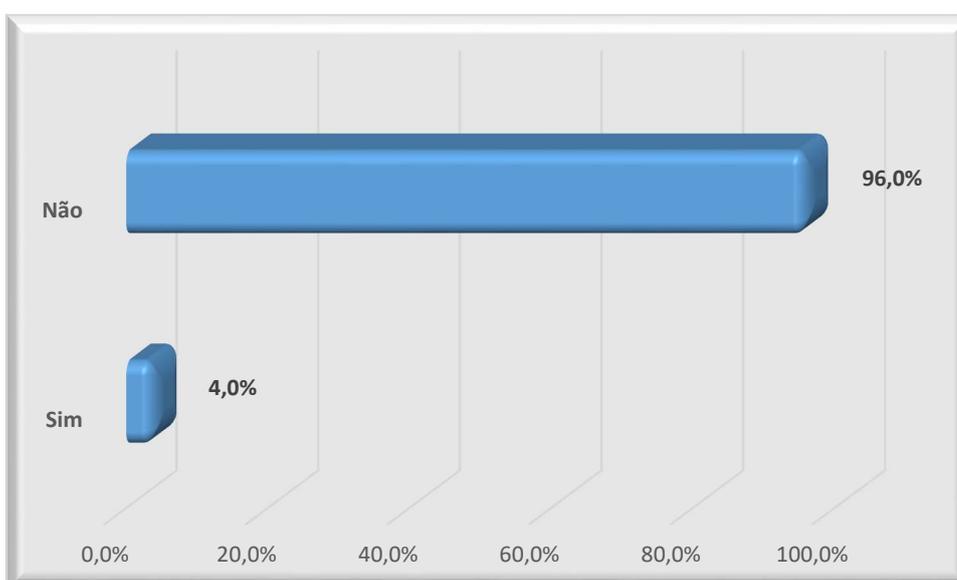
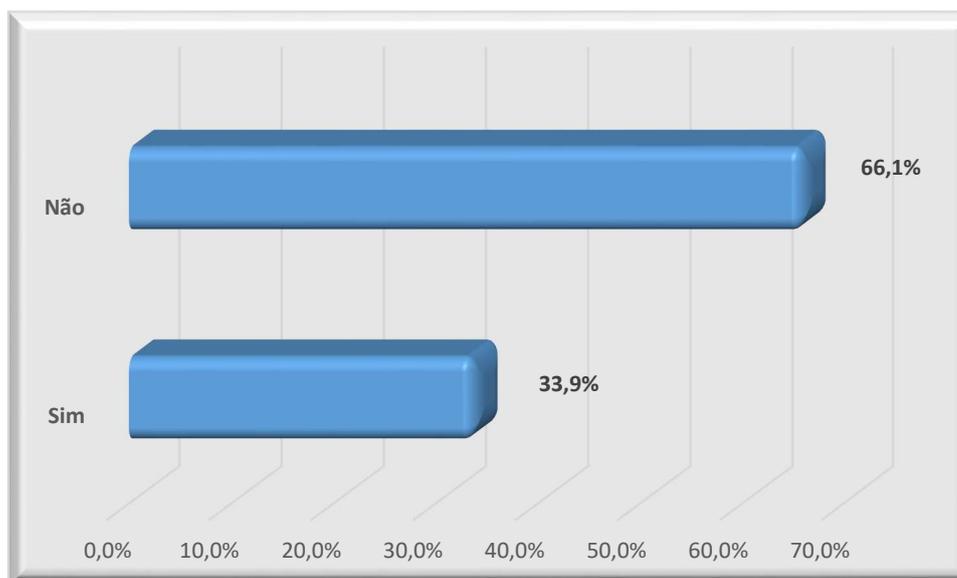


GRÁFICO 23 - Interesse dos migrantes inquiridos em frequentar cursos de português



Dos dados recolhidos através da aplicação do questionário à comunidade migrante é possível aferir que 96% destes cidadãos nunca frequentou cursos de língua portuguesa. Pese embora o elevado número de migrantes sem aprendizagem da língua do país de acolhimento, apenas 33,9% dos inquiridos manifesta interesse em adquirir competências ao nível da língua.

Contudo, pode relacionar-se o desinteresse espelhado com o facto de que a grande maioria de inquiridos é de nacionalidade brasileira e, por isso, não apresenta tanta dificuldade quanto os ucranianos ou chineses.

Outro problema identificado diz respeito às equivalências escolares, na medida em que as diferenças nos conteúdos e na dinâmica interna da escola dificultam a integração dos alunos estrangeiros no currículo escolar português.

Esta situação agrava-se quando os alunos não são portadores de documentação que permita à escola fazer a equivalência escolar.

Ainda nesta matéria, em 2021 foi ainda aprovada a candidatura apresentada pela Cáritas Diocesana de Viseu à 8.ª Geração do Programa Escolhas, o Projeto Caminhos E8G, inserido no Alto Comissariado para as Migrações e tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros.

Este projeto visa promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, a partir do desenvolvimento de competências de cidadania e de estratégias promotoras dando continuidade ao trabalho iniciado em 2019, reforçando a sua atuação na vertente da Educação, um pilar considerado fulcral no processo de promoção da justiça social.

O mesmo pretende abranger cerca de 160 pessoas, focando a sua atuação, principalmente, em crianças em idade escolar residentes no Bairro da Balsa (zona onde se localiza a sede do Projeto) e no Bairro de Paradinha (Praceta Nossa Senhora da Saúde), operando em complementaridade com outras instituições locais.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Abandono e absentismo escolar por parte dos filhos de migrantes	A diferença cultural dificulta a integração em meio escolar	CLAIM Agrupamentos de escolas, com projetos interculturais
	A situação de ilegalidade de alguns agregados familiares demove os cidadãos migrantes a procederem à matrícula dos menores em estabelecimentos de ensino	EAPN Associação Adamastor Cáritas Diocesana de Viseu Programa de ensino à distância (itinerante)
	A barreira linguística sentida pelos alunos migrantes	Os apoios financeiros atribuídos pelo ISS I.P. ao agregado familiar
	Dificuldades económicas das famílias	A ação das forças de segurança, através da equipa da “Escola Segura”
	Desconhecimento do sistema de ensino português e dos apoios que podem usufruir frequentando a escola	
Dificuldades de integração do aluno estrangeiro no currículo escolar português	Diferença nos conteúdos	
	Modelo de ensino e dinâmica interna da escola diferente da escola do país de origem	
	Barreira linguística	
Existem estabelecimentos de ensino que ainda não dispõem de materiais pedagógicos de apoio aos docentes e aos	Ausência de documentação que permita aos estabelecimentos de ensino procederem à equivalência escolar	
	Inexistência de um trabalho em rede entre as escolas para que seja	Rede Social Agrupamentos escolares

alunos para trabalharem as questões da diversidade cultural	possível partilhar estratégias e materiais pedagógicos
A não participação dos encarregados de educação dos alunos migrantes na escola	Desconhecimento do enquadramento legal que permite aos encarregados de educação ausentarem-se do seu local de trabalho e possam deslocar-se às escolas para tomarem conhecimento do percurso escolar dos seus filhos

|| CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Para que exista inclusão, no que diz respeito às comunidades imigrantes, a comunidade de acolhimento tem um papel importante na promoção da igualdade de oportunidades, sendo a aprendizagem da língua portuguesa um dos fatores com maior peso.

Saber utilizar a língua do país de acolhimento propicia a igualdade de oportunidades em diferentes situações.

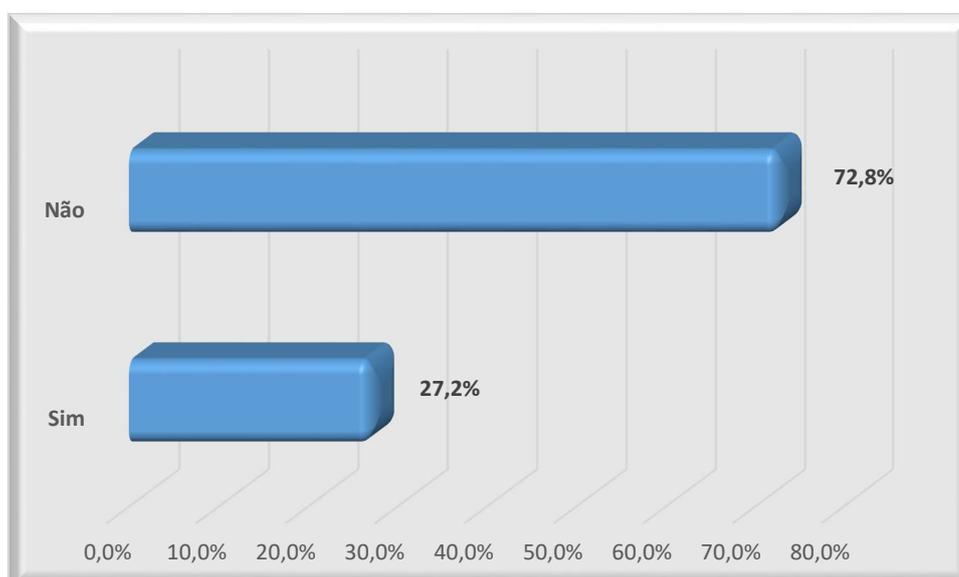
Os cursos de Português Língua de Acolhimento foram criados através da Portaria n.º 183/2020, assim como as regras a que obedecem a sua organização, funcionamento e certificação. Destinam-se a adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, cuja língua materna não é a língua portuguesa e/ou que não detenham competências básicas, intermédias ou avançadas em língua portuguesa, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL).

A aquisição de competências de língua portuguesa propicia a quebra do isolamento e da diferenciação no acesso à escolaridade e emprego, evitando situações de vulnerabilidade e dependência.

No que concerne ao reconhecimento de competências de adultos, os migrantes encontram muitas dificuldades, pela burocracia e morosidade dos processos, o que os leva a exercer profissões desadequadas às suas habilitações. A necessidade de ter um meio de subsistência obriga à desistência de procurar a realização profissional e aceitar as ofertas de trabalho disponíveis.

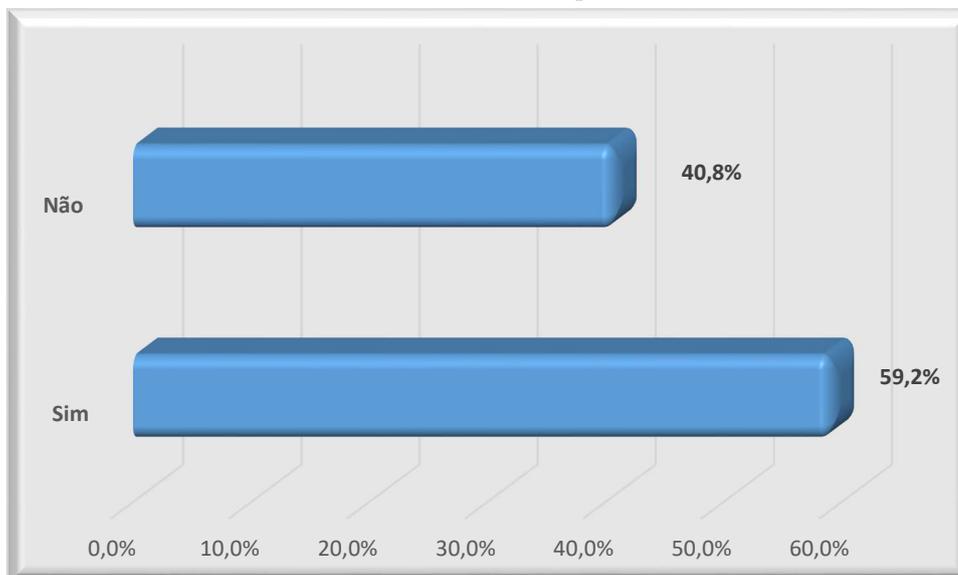
Dos migrantes inquiridos apenas 27% procedeu ao reconhecimento de competências, e dos que deram entrada de procedimento 23,5% viram o seu pedido indeferido.

GRÁFICO 24 - Reconhecimento de habilitações dos migrantes inquiridos



A escassez de percursos formativos adequados ao problema de desemprego das comunidades migrantes é, também, uma problemática identificada, à qual acresce o facto de os encaminhamentos para ações de formação serem feitos de forma consecutiva e sem critério.

GRÁFICO 25 - Perceção dos migrantes inquiridos sobre a necessidade de aquisição de novos conhecimentos e competências



Para 59% dos migrantes auscultados a aquisição de novos conhecimentos e competências é uma necessidade na procura de uma situação profissional melhor ou até com vista à integração no mercado de trabalho.

A maior procura formativa deste público incide nas áreas da informática e multimédia e da contabilidade, com referência à enfermagem.

Instituto de Emprego e Formação Profissional

O IEFP é o serviço público de emprego nacional. Tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

Diligencia formação em diferentes modalidades, nomeadamente cursos de aprendizagem, nos quais se integra o Português Língua de Acolhimento, educação e formação para adultos, especialização tecnológica, formação modelar, Vida Ativa e competências básicas.

As ofertas formativas são diversificadas.

Centros Qualifica

O Centro Qualifica é um serviço que tem por objetivo principal o desenvolvimento de processos de informação e orientação com vista ao encaminhamento dos utentes para as ofertas de educação e formação mais adequadas, contemplando ainda serviços de processos de RVCC Profissional e processos de RVCC Escolar.

O serviço do Centro Qualifica destina-se a adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que pretendam dar continuidade ao seu percurso de qualificação ou que procurem melhorar a sua situação face ao mercado de emprego e/ou a jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e que não estejam inseridos no mercado de trabalho.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Muitos cidadãos migrantes são licenciados mas os seus diplomas não são reconhecidos, não lhes sendo atribuídas as reais habilitações	Os cursos não são reconhecidos, porquanto não existem acordos com os países de origem	CLAIM GIP GAE
	Os migrantes estão mais focados no trabalho do que nas questões da certificação	
	A burocracia inerente ao processo, bem como os custos das traduções e do reconhecimento dos documentos, desmotiva os migrantes	
	Falta de informação sobre o que fazer e onde se dirigir	
	Barreira linguística	
Encaminhamentos desajustados e sem critério para diferentes cursos de formação, sem consequências ao nível da sua inserção profissional	Percursos formativos que não constituem resposta ao problema de desemprego que enfrentam	GIP

Falta de informação da população migrante	Barreira linguística	Cursos Português Língua de Acolhimento
	Analfabetização informática	CLAIM
	A situação de ilegalidade em que muitos se encontram implica o isolamento e a não procura de informação	GIP
		GAE
		Planos formativos

|| CULTURA

A presença de diversas comunidades migrantes no concelho de Viseu implica o aumento da diversidade cultural.

Entidades públicas e privadas, escolas e associações podem contribuir para uma interculturalidade rica e saudável, capaz de mobilizar a compreensão e aceitação da comunidade de acolhimento.

Em Viseu, promovem-se pontualmente iniciativas que contribuem para o conhecimento e respeito por diferentes culturas, nomeadamente a semana da interculturalidade, a comemoração de dias específicos como o Dia Municipal para a Igualdade, ações em contexto escolar subordinadas à temática da interculturalidade e multiculturalidade, entre outras.

Todavia, existe uma omissão na realização de ações que promovam a convivência intercultural. Os migrantes desconhecem os eventos culturais concretizados, que são pouco divulgados e que não refletem a diversidade cultural do concelho.

Por outro lado, é possível observar que a população migrante não é participativa nas atividades culturais, desportivas e religiosas que acontecem na comunidade de acolhimento, muitas vezes pela inexistência de um sentimento de pertença.

O Município de Viseu dispõe de uma linha de financiamento própria, que objetiva apoiar a realização de atividades culturais e à qual as associações de migrantes se podem candidatar.

A invisibilidade cultural acaba por reduzir as comunidades migrantes a estereótipos e isolamento entre si. A solução passa por dar visibilidade à diversidade nos espaços disponíveis e promover iniciativas que contribuem para a coesão entre comunidades.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Desconhecimento de eventos culturais promovidos ou relacionados com as comunidades migrantes	Os cidadãos locais, na sua maioria, desconhecem as comemorações significativas da comunidade migrante	Cáritas Diocesana de Viseu EAPN Projetos interculturais das escolas profissionais e secundárias
As propostas culturais existentes são consideradas pelos migrantes como limitadas e pouco divulgadas	As comunidades migrantes desconhecem as atividades culturais promovidas no concelho A divulgação dos eventos culturais não é traduzida A reduzida participação da comunidade migrante na vida cultural do concelho	
As comunidades migrantes não revelam iniciativa para apresentar propostas de cariz cultural	Fraca articulação com as associações / grupos de migrantes no território Fraco envolvimento cultural por parte das comunidades migrantes	

|| SAÚDE

A equidade deverá ser um dos princípios fundamentais de qualquer sistema de saúde. O acesso não equitativo aos serviços de saúde é um dos fatores que potencia as desigualdades no sistema de saúde, sendo os grupos sociais mais desfavorecidos os que maiores dificuldades enfrentam, como é o caso dos migrantes nacionais de países terceiros.

Para garantir a plena integração dos migrantes é essencial que os meios de saúde existentes sejam disponibilizados de acordo com as suas necessidades e independentemente das condições económicas, sociais e culturais, em igualdade de tratamento dos beneficiários nacionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Qualquer migrante que se encontre em território nacional e precise de cuidados de saúde tem direito a ser assistido em qualquer unidade de saúde pública, sem que esses serviços se possam recusar a assisti-lo com base em quaisquer razões relacionadas com a nacionalidade, recursos económicos ou ilegalidade.

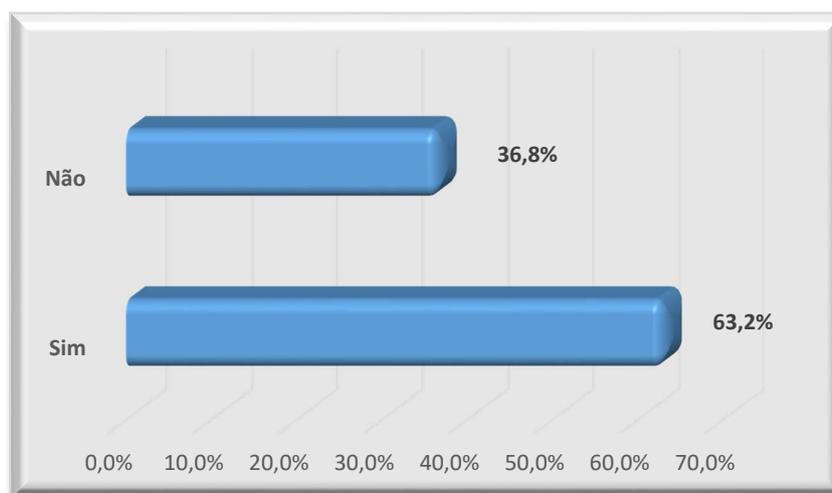
De acordo com o exposto no Manual de Acolhimento no Acesso aos Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros do Ministério da Saúde e no Despacho N.º 25360/2011 - Acesso à Saúde por Parte dos Migrantes, para os cidadãos nacionais de países terceiros com autorização de residência em Portugal possam inscrever-se no Serviço Nacional de Saúde e, por consequência, obtenham o número de utente deverão apresentar nos serviços de saúde da área de residência, o título de autorização de residência no território nacional, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Para a inscrição e respetiva obtenção do número de utente do Serviço Nacional de Saúde, não é requisito que o cidadão estrangeiro apresente comprovativo em como se encontra inscrito na segurança social, através da atribuição do número de identificação de segurança social.

Aos cidadãos nacionais de países terceiros que se encontrem em situação irregular e que acedem ao SNS para obtenção de cuidados de saúde, as unidades prestadoras desses cuidados devem exigir a cobrança dos cuidados prestados de acordo com a Tabela de Preços em vigor, com exceção de situações que podem colocar em perigo a saúde pública, as quais estão isentas de pagamento.

Relativamente à prestação dos serviços de saúde no nosso concelho, não estão disponíveis dados estatísticos relativamente ao atendimento efetuado a cidadãos NPT.

Assim, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado, a avaliação que os migrantes fazem da qualidade do acesso a estas respostas é na generalidade razoável.

GRÁFICO 26 - Facilidade no acesso aos serviços de saúde, por parte dos migrantes inquiridos



Em termos de acesso à saúde, 36,8% dos migrantes inquiridos admitiram dificuldades e identificaram a elevada burocracia e o facto de não terem médico de família atribuído como os principais obstáculos.

A complexidade na obtenção do número de utente e a discriminação racial por parte dos técnicos dos serviços foram, também, elencados como fatores que dificultam a procura de cuidados de saúde pelos cidadãos migrantes.

De facto, 20,8% dos inquiridos não está inscrito em qualquer Unidade de Saúde Familiar/Centro de Saúde e 61,6% não tem médico de família.

GRÁFICO 27 - Inscrição dos migrantes inquiridos nos Centros de Saúde/Unidades de Saúde Familiar

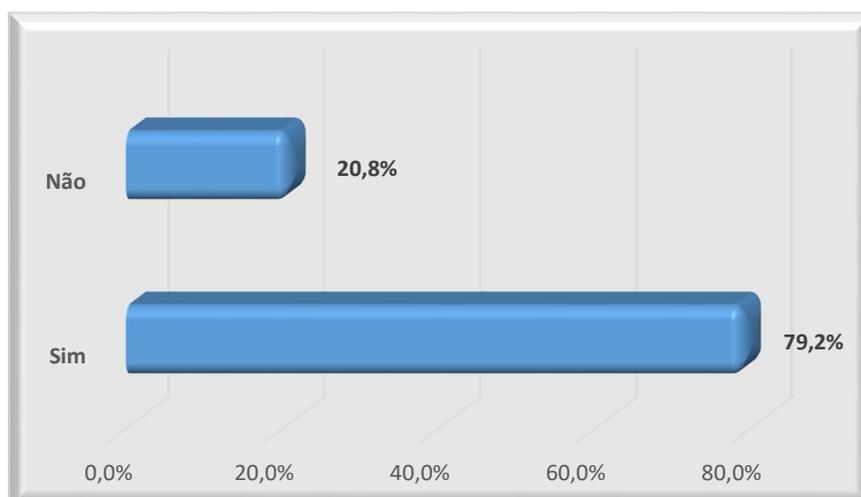
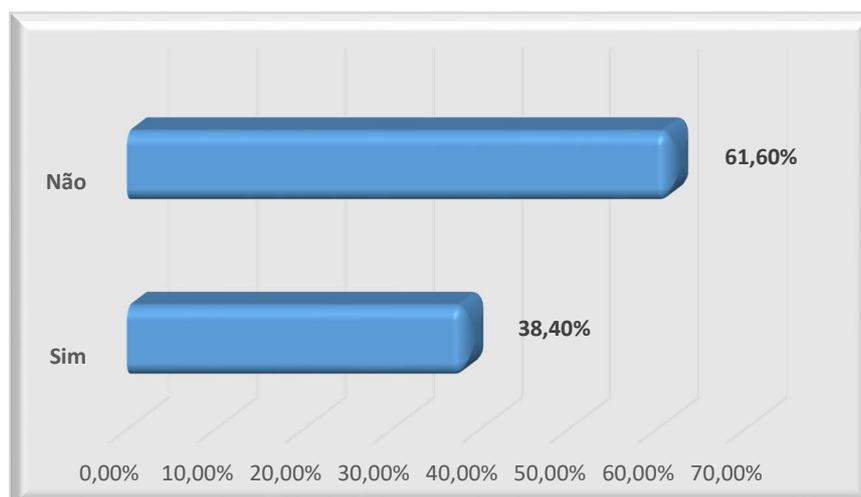


GRÁFICO 28 - Migrantes inquiridos com médico de família atribuído



Estes indicadores podem estar diretamente relacionados com o estatuto de permanência em Portugal.

No que concerne às problemáticas relacionadas com a saúde associadas às comunidades migrantes, as consultas efetuadas às entidades da área revelam que existe alguma persistência de comportamentos de risco, que eventualmente evoluem para doenças crónicas.

Verificam-se, ainda, situações de dependência, muitas vezes associadas a aspetos culturais (e.g. consumo excessivo de álcool).

No que concerne a intervenções especializadas, particularmente as destinadas à prevenção de substâncias lícitas e ilícitas, releva-se o trabalho desenvolvido pelo Centro de Respostas Integradas de Viseu (CRI).

O CRI Viseu é uma estrutura de cariz operativo, referenciada ao território de Viseu, que executa programas de intervenção local no que respeita à prevenção dos comportamentos aditivos e dependências. Presta, igualmente, cuidados integrados e globais a pessoas com comportamentos aditivos e dependências, em regime ambulatorio, seguindo intervenções terapêuticas baseadas em evidência científica, com vista ao tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção destes doentes.

Ao nível da resposta assistencial, o CRI Viseu dispõe de uma equipa de tratamento e reinserção que funciona com uma equipa multidisciplinar constituída por médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos de serviço social, assistentes técnicos e operacionais, e que procura as respostas terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatorio, reconhecendo a complexidade e a relevância da história individual, familiar e social dos utentes.

Ainda como resposta assistencial existe o Click - Gabinete de Prevenção, Acompanhamento e Intervenção Preventiva, cujo objetivo geral é proporcionar um espaço de avaliação, intervenção, encaminhamento e acompanhamento de crianças, jovens e adultos e seus envolventes, na área da prevenção seletiva e indicada.

Os dados seguintes revelam alguma necessidade de intervenção junto da população migrante, na área dos comportamentos aditivos e dependências.

QUADRO 29 - Utentes em acompanhamento no Gabinete CLICK, por nacionalidade

IND. ACOMPANHAMENTO - GABINETE CLICK			
NACIONALIDADE	Alemanha	0	0
	Angola	0	0
	Brasil	2	6
	Cabo Verde	0	0
	Espanha	0	0
	França	0	0
	Portugal	66	37
	Moçambique	0	0
	Moldávia	0	0
	Reino Unido	0	0
	Suíça	0	0
	Ucrânia	0	0
	Total	68	43

Fonte: SIM/SICAD (dados disponibilizados pelo CRI de Viseu)

QUADRO 30 - Utentes em acompanhamento pela Equipa de Tratamento, por nacionalidade

IND. ACOMPANHAMENTO - EQUIPA TRATAMENTO			
NACIONALIDADE	Alemanha	0	1
	Angola	3	2
	Brasil	0	4
	Cabo Verde	1	1
	Espanha	2	2
	França	1	0
	Portugal	387	394
	Moçambique	0	1
	Moldávia	1	1
	Reino Unido	0	1
	Suíça	1	0
	Ucrânia	0	1
	Total	396	408

Fonte: SIM/SICAD (dados disponibilizados pelo CRI de Viseu)

QUADRO 31 - Utentes em acompanhamento pelo CRI Viseu, por nacionalidade

IND. ACOMPANHAMENTO - CRI VISEU			
NACIONALIDADE	Alemanha	0	1
	Angola	3	2
	Brasil	2	10
	Cabo Verde	1	1
	Espanha	2	2
	França	1	0
	Portugal	453	431
	Moçambique	0	1
	Moldávia	1	1
	Reino Unido	0	1
	Suíça	1	0
	Ucrânia	0	1
	Total	464	451

Fonte: SIM/SICAD (dados disponibilizados pelo CRI de Viseu)

Na dimensão da Saúde, Viseu deve dar continuidade ao trabalho de qualificação de respostas, através da capacitação de profissionais, criação de recursos e promoção de projetos.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Desconhecimento dos direitos no acesso à saúde	Os serviços de saúde conhecem, apenas, parcialmente os direitos dos cidadãos migrantes de países terceiros	CLAIM Centros de Saúde
Dificuldade de inscrição como utentes (sem número atribuído)	Morosidade e complexidade do processo	Circular informativa da DGS em várias línguas
Dificuldade no acesso a médico de família	Permanência no território em situação ilegal	
Desconhecimento dos Cuidados de Saúde primários para migrantes	Insuficiente conhecimento dos procedimentos e dos	ACES Dão-Lafões

	direitos dos migrantes quer por parte dos próprios, quer por parte dos serviços de saúde	
Ausência de comportamentos promotores da saúde, com a existência de algumas situações de dependência	Isolamento social	CRI
	Aspetos culturais	ACES Dão-Lafões

|| SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

A Segurança Social tem como principal objetivo a prevenção e a solução de situações de risco social.

O Instituto de Segurança Social I.P. tem por missão garantir a proteção e inclusão social dos cidadãos reconhecendo os seus direitos, assegurando o cumprimento das obrigações e promovendo o exercício da ação social.

Segundo o Observatório das Migrações (2020), o número de pessoas sinalizadas pelo grupo operativo para apoio social do Instituto da Segurança Social, com autorização de residência provisória (ARP), correspondeu, em Viseu, a 13 (3,74%) em 2019 e 7 (2,8%) em 2020.

A situação de desemprego de grande parte da população migrante e a conseqüente dificuldade em renovar o título de residência resulta num obstáculo no acesso aos direitos sociais, uma vez que ficam expostos a situações sem enquadramento possível.

Os migrantes com residência legal beneficiam dos mesmos direitos sociais que os cidadãos nacionais, possuem as mesmas obrigações e podem receber as mesmas prestações sociais.

Apesar da existência de apoios sociais, os migrantes que conseguem aceder às prestações mencionadas e dependem delas para sobreviver experienciam situações de elevada fragilidade económica, uma vez que o valor que recebem é bastante reduzido. Esta situação é agravada frequentemente pelo facto do migrante se encontrar muitas vezes sozinho ou ter uma fraca rede de suporte que lhe permite aceder a apoio de outras estruturas.

Os migrantes auscultados referem desconhecimento da rede de suporte existente, exceto aqueles que estão integrados ou mantêm contacto com associações da sua comunidade.

GRÁFICO 29 - Conhecimento dos locais onde pedir apoio, por parte dos migrantes inquiridos

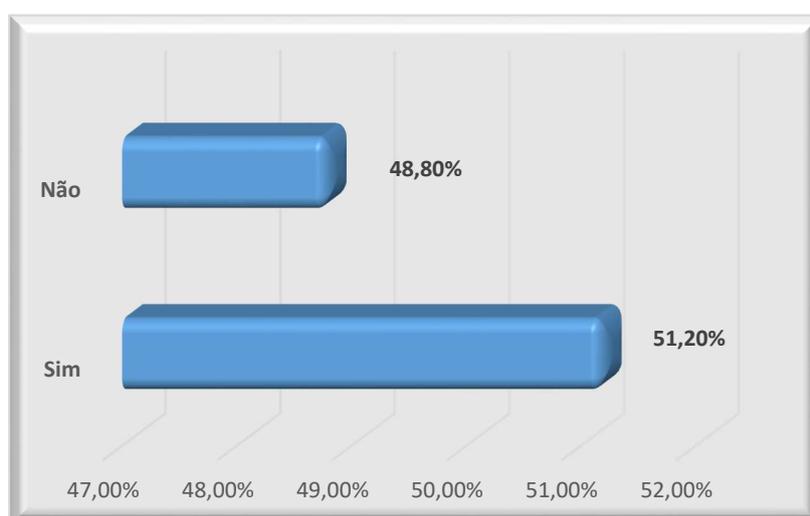
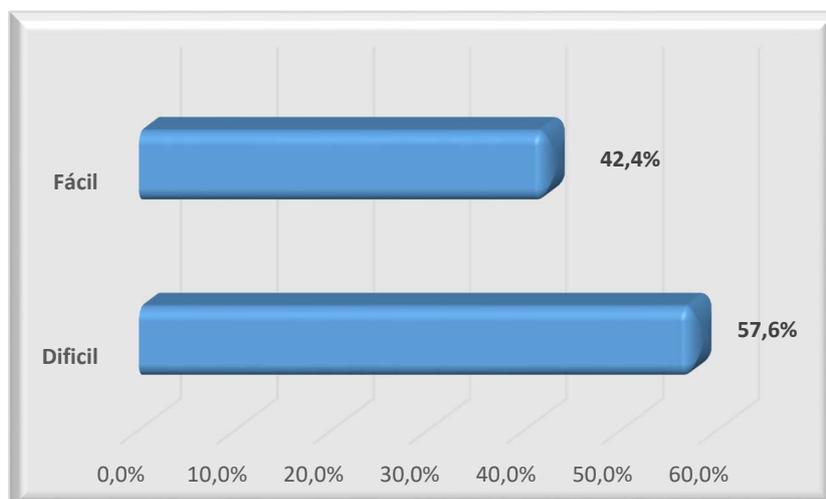


GRÁFICO 30 - Grau de acessibilidade aos serviços de apoio, por parte dos migrantes inquiridos



Os migrantes auscultados referem desconhecimento da rede de suporte existente, exceto aqueles que estão integrados ou mantêm contacto com associações da sua comunidade.

De facto, 48,8% dos inquiridos desconhece os locais onde se devem dirigir para pedir apoio e 57,6% sente dificuldade no acesso a estas estruturas. Para além da falta de informação, os migrantes alegam que a elevada burocracia não facilita o processo, assim como as informações divergentes prestadas pelos técnicos dos serviços.

Em resultado, mais de metade dos migrantes questionados (59,2%) nunca requereu qualquer tipo de apoio social, independentemente das necessidades vivenciadas.

Em complemento ao trabalho desenvolvido pelo ISS I.P., outras entidades procuram dar apoio aos cidadãos mais fragilizados e desprotegidos.

Cáritas Diocesana de Viseu

A Cáritas Diocesana de Viseu é uma instituição oficial da Igreja Católica, destinada à promoção e exercício da ação social na Diocese - no âmbito da Pastoral Social. Foi ereta canonicamente pelo Ordinário da Diocese mediante aprovação dos seus Estatutos e goza de personalidade jurídica no foro eclesiástico e no foro civil. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A sua missão pretende minimizar os problemas, desigualdades e injustiças sociais das pessoas mais vulneráveis, em situação de pobreza e exclusão social. A atuação da Cáritas considera as diversas respostas da instituição e as problemáticas apresentadas pelas pessoas e, conseqüentemente, as suas famílias, permitindo um crescimento sustentado de ambas (indivíduo/instituição), almejando antecipar a necessidade e prever, conseqüentemente, a sua resolução, integrando os recursos internos da instituição, assim como da rede de parceiros.

QUADRO 32 - Apoios realizados pela Cáritas, por nacionalidade e género

Anos	Nacionalidade	Nº NPT apoiados	Género		Tipologia dos apoios								Total de apoios	
			M	F	Bens Alimentares + higiene	Vestuário	Ticket compras	Pagamento despesas (renda, luz, água ...)	Habituação (eletrodomésticos)	Saúde (medicação)	Educação (material escolar: Transporte	Apoio monetário		
2018	Angolana	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Brasileira	2	1	1	2	2	0	1	0	0	1	0	0	6
	Cabo Verdiana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jordana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Moçambicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	São Tomense	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Venezuela	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
	Total	4	2	2	3	4	0	1	0	0	1	0	0	9
2019	Angolana	4	2	2	3	4	1	1	0	0	0	0	0	9
	Brasileira	8	4	4	5	5	0	4	1	1	2	1	0	19
	Cabo Verdiana	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Jordana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Moçambicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	São Tomense	2	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	15	7	8	11	9	0	5	1	1	2	1	0	31
2020	Angolana	8	2	6	5	4	3	1	0	0	0	0	0	13
	Brasileira	16	4	12	17	4	5	0	0	1	0	0	2	29
	Cabo Verdiana	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Jordana	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Moçambicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	São Tomense	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	27	7	20	23	9	8	1	1	1	0	0	2	45
2021	Angolana	2	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Brasileira	2	1	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
	Cabo Verdiana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jordana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Moçambicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	São Tomense	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	4	3	1	4	0	1	0	0	0	0	0	0	5

Fonte: Cáritas Diocesana de Viseu

FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃOSGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

UNIÃO EUROPEIA

MUNICÍPIO DE
VISEUVISEU
INTEGRAL

O quadro 23 mostra o número de apoios realizados pela Cáritas, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, por nacionalidade e por género. Como se verifica na mesma, entre os anos 2018 e 2020, o número de apoios aumentou, com grande manifestação da nacionalidade brasileira, em primeiro lugar, seguida da angolana, as duas nacionalidades com presença significativa no concelho de Viseu.

Embora não se consiga estabelecer uma relação de causa e efeito entre o volume de apoios concedidos no ano de 2020 e a situação pandémica, afere-se que foi o período em que se atribuíram mais apoios (n=27; 54%).

Quanto ao género das pessoas que beneficiaram apoio, o género feminino prevalece nos três primeiros anos (30 pessoas acumuladas do género feminino, em contraponto às 16 do género masculino). Todavia, no ano 2021, esta tendência inverte-se, mostrando-se o género masculino com maior significância (n=3; 75%).

Quanto à tipologia dos mesmos, nos três primeiros anos em análise a atribuição de bens alimentares e produtos de higiene assume-se com maior representatividade e com tendência crescente, seguindo-se do apoio em vestuário, atribuição de um ticket de compras e apoio no pagamento de despesas (como renda e luz, exemplarmente).

Linha de Emergência Social do Município – Linha Viseu Ajuda

A pandemia da COVID-19, a declaração e renovação, ao nível nacional, do “Estado de Emergência” e, a nível municipal, do “Estado de Alerta” levaram o Município de Viseu a adotar um conjunto de medidas de mitigação da crise social e económica.

A Linha Viseu Ajuda (LVA) foi criada pelo Despacho N° 88/P de 23 de março de 2020, do Presidente da Câmara Municipal, António Almeida Henriques, tendo posteriormente integrado o pacote de medidas “VISEU AJUDA +”, aprovado a 2 de abril de 2020. Com a passagem do “Estado de Emergência” para o “Estado de Alerta”, foi dada continuidade à Linha Viseu Ajuda – 2.ª Fase, com um cariz não emergente.

Por efeito, desde março de 2020 à presente data, a LVA orientou a sua intervenção para dois eixos:

1. Receção e encaminhamento de pedidos para resposta aos serviços de compras de medicamentos e compras de supermercado;
2. Encaminhamento para outras respostas; informação útil e aconselhamento.

Os dados espelhados na tabela evidenciam o caracterizam a população migrante apoiada pela LVA, desde o primeiro momento da LVA até ao final do primeiro semestre de 2021, a partir de quando o volume de pedidos de apoio diminuiu significativamente.

Assim e conforme o quadro seguinte, a nacionalidade brasileira assume manifesta representatividade (90.8%) quando comparada com a nacionalidade angolana, segunda nacionalidade mais apoiada (3.6%) e restantes (5.6%).

QUADRO 33 – Nacionais de Países Terceiros requerentes de apoio à LVA, por nacionalidade

Nacionalidades	Frequência
Angolana	9
Brasileira	227
Cabo-verdiana	2
Guineense	1
Moçambicana	2
S. Tomense	3
Suazilândia	1
Venezuelana	1
Luso-brasileira	2
Luso-venezuelana	2
<i>Total</i>	250

Fonte: Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social do Município de Viseu

Quanto ao género das pessoas migrantes que beneficiaram de apoio através da LVA, o género feminino assume maior representatividade (53,01%), panorama congruente com o que se verifica na caracterização de outras respostas.

QUADRO 34 – Nacionais de Países Terceiros requerentes de apoio à LVA, por género

Género	%
Feminino	53.01 %
Masculino	46.99 %
Total	100 %

Fonte: Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social do Município de Viseu

Crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ

Em 2020 o número de NPTs conhecidos acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viseu, não se podendo apurar as nacionalidades abarcadas na categoria «Desconhecida», respeitava a 16 (3.72%), num total de 431, sendo a comunidade brasileira com maior representatividade (13) global e maior número de processos transitados (4) e instaurados (9), depois da nacionalidade desconhecida e portuguesa.

QUADRO 35 - Crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ Viseu

Nacionalidade	Nº de processos			Global
	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	
Alemanha	1	0	0	1
Brasil	4	9	0	13
Congo (RD)	2	0	0	2
Desconhecida	15	56	2	73
Espanha	1	0	0	1
França	0	1	0	1
Moçambique	0	1	0	1
Moldava (RD)	1	0	0	1
Portugal	154	149	34	337
Ucrânia	0	1	0	1
<i>Total</i>	178	217	36	431

Fonte: CPCJ de Viseu

Segundo estes dados, a nacionalidade congoleza ganha expressão neste âmbito, com um total de 2 processos, evidenciando-se como uma comunidade em situação de fragilidade quando comparada com o número de NPT residentes em

Viseu no mesmo ano, segundo os dados do SEF - 9 pessoas com título de residência desta nacionalidade.

Em Viseu é necessária uma maior divulgação da rede existente, facilitando o acesso e, por outro lado, apostar na qualificação da resposta existente no que respeita às especificidades da população migrante.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Elevado número de migrantes com acesso condicionado aos apoios sociais	<p>A legislação existente exige a posse de vários documentos para poderem beneficiar de apoios sociais</p> <p>Insuficiente informação à população migrante</p> <p>Os migrantes representam uma comunidade mais vulnerável na defesa dos seus direitos</p>	<p>Entidades que têm intervenção junto da população migrante</p> <p>Cumprimento da legislação em vigor</p> <p>CLAIM</p> <p>GAE</p> <p>SAAS</p> <p>SEF</p>
Fraca articulação entre respostas, com exposição a situações sem enquadramento possível no âmbito dos direitos sociais	<p>Desconhecimento da rede de suporte e recursos existentes</p> <p>Aumento das situações de desemprego e consequente maior dificuldade em renovar o título de residência</p>	<p>Organizações e projetos sociais</p>
Condicionamento cultural no que respeita à denúncia de situações de violência doméstica	<p>Barreiras culturais</p>	<p>NAVVD</p> <p>Forças de Segurança</p>

|| CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A Constituição da República Portuguesa reconhece que os cidadãos estrangeiros que residem em Portugal deverão ter os mesmos direitos e deveres que os cidadãos nacionais. Contudo, quando se trata de direitos políticos existem limitações à população migrante.

No que diz respeito ao voto, este direito está pendente de um período mínimo de residência, não sendo obrigatório o recenseamento.

No concelho de Viseu, a falta de informação e de vontade de participar civicamente por parte de algumas comunidades migrantes, sobretudo os cidadãos nacionais de países terceiros, refletem a pouca adesão ao processo eleitoral. Acresce o facto de que, segundo os dados do questionário realizado aos migrantes, existe um elevado grau de abstenção por parte dos migrantes recenseados nos atos eleitorais.

GRÁFICO 31 - Migrantes inquiridos que efetuaram recenseamento

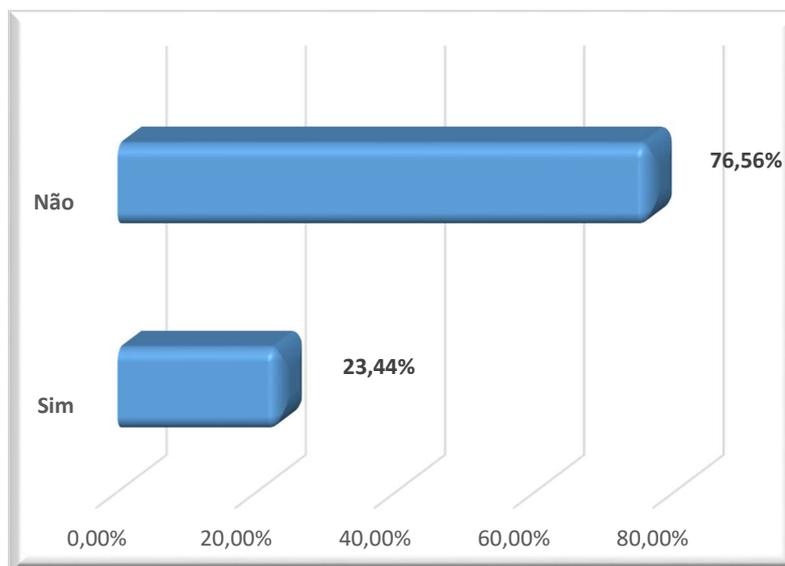
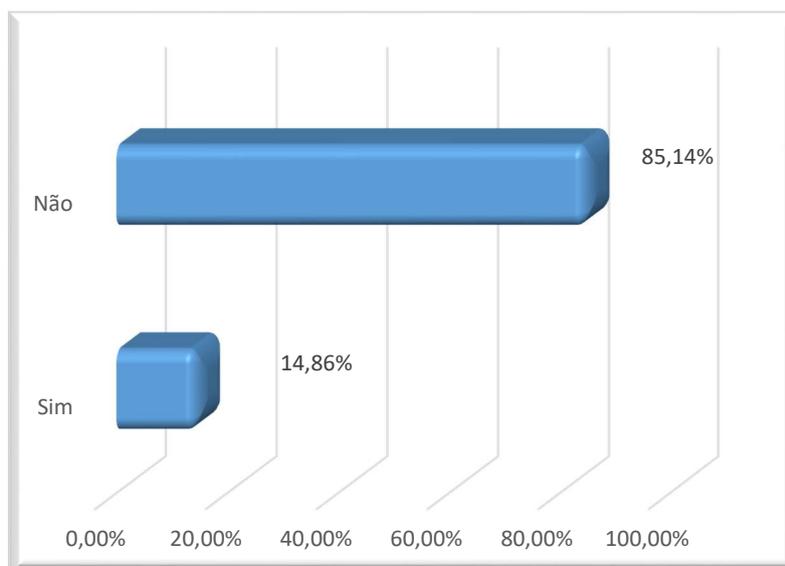


GRÁFICO 32 - Migrantes inquiridos que votaram nas últimas eleições



Dos 68,8% dos migrantes inquiridos que estão reunem condições para se poderem recensear, apenas 21,4% o fez e deste universo, apenas 14,9% praticou o ato de voto nas últimas eleições. Os motivos para a abstenção verificada são diversos, desde a preferência por votar no país de origem, a indisponibilidade e/ou desinteresse.

O fraco tecido associativo migrante em Viseu é, claramente, um aspeto negativo porquanto a representatividade coletiva é essencial para um maior espaço interventivo dos migrantes na esfera pública.

O desafio de melhorar a dimensão da participação passa pela divulgação dos mecanismos existentes e disponibilizados pela autarquia local, incentivando as comunidades de migrantes a participarem.

Urge, também, capacitar e promover as associações de migrantes.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	
Fraco tecido associativo migrante no concelho, sendo que algumas nacionalidades não possuem representatividade coletiva	Pouca iniciativa e mobilização, por parte das comunidades migrantes, para a criação de associações	Orçamento participativo
Os cidadãos migrantes desconhecem, na sua generalidade, direitos e deveres	Barreira linguística Falta de informação	
Muitos dos migrantes residentes não estão recenseados, o que lhes confere reduzido peso eleitoral	Insuficiente informação sobre a importância do recenseamento eleitoral Muitos migrantes preferem participar civicamente, através do voto, nas eleições do seu país de origem Desinteresse e/ou falta de disponibilidade	Juntas de Freguesia do concelho
Reduzido número de eventos e/ou ações realizadas no território, por migrantes, abertos à comunidade	Algumas comunidades migrantes fecham-se em si próprias A sociedade de acolhimento não demonstra curiosidade pelas outras culturas presentes no território	



|| MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os Media têm um papel fundamental na informação e esclarecimento da opinião pública e poderão colaborar no exercício de cidadania das comunidades migrantes, na disseminação da importância da sua presença em território nacional, valorizando a diversidade cultural e a integração de migrantes.

Esta temática não foi abordada pelas comunidades migrantes ou pelos técnicos como uma área que identificam algum problema ou carência. Os dados apresentados dizem respeito ao papel que o Município tem tido neste âmbito, no sentido da integração de uma dimensão da diversidade na forma como tem comunicado com os seus munícipes. Em Viseu não existem órgãos de comunicação étnicos, vocacionados para comunidades estrangeiras.

Em eventos anuais, o Município procura divulgar as diversas manifestações culturais, visando a sensibilização da opinião pública para a diversidade cultural e a necessidade de promover uma cultura de acolhimento e integradora desta riqueza.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Não existem rúbricas e/ou emissões dirigidas a migrantes	Escasso conhecimento do fenómeno migratório no concelho	Jornais locais e regionais Canais de comunicação do município
No concelho não se verificam iniciativas de sensibilização junto de jornalistas dos Media locais sobre a forma de veicular informação sobre migração e diversidade cultural	Fraca mobilização dos atores locais	GCI PRE
O município trabalha a temática da interculturalidade e multiculturalidade através de ações pontuais, com escassez de estratégias de comunicação		GCI PRE

Fraca sensibilização à opinião pública sobre os assuntos da diversidade cultural e da migração

|| RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Portugal desenvolve políticas e boas práticas de integração, produzindo suportes legais que procuram prevenir e eliminar todas as formas de discriminação. O Plano Nacional de Combate ao Racismo e Discriminação 2021-2025 é disso exemplo.

Segundo o relatório estatístico anual de 2020, do Observatório das Migrações sobre Queixas recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), por área geográfica das alegadas práticas discriminatórias entre 2017, 2018 e 2019, mostra que, no distrito de Viseu se verifica um decréscimo do número de queixas (1,7% em 2017, 1,4% em 2018 e 1,1% em 2019).

Quanto à área geográfica das alegadas práticas discriminatórias, verifica-se que o distrito de Viseu representa 0,2 a 0,3%.

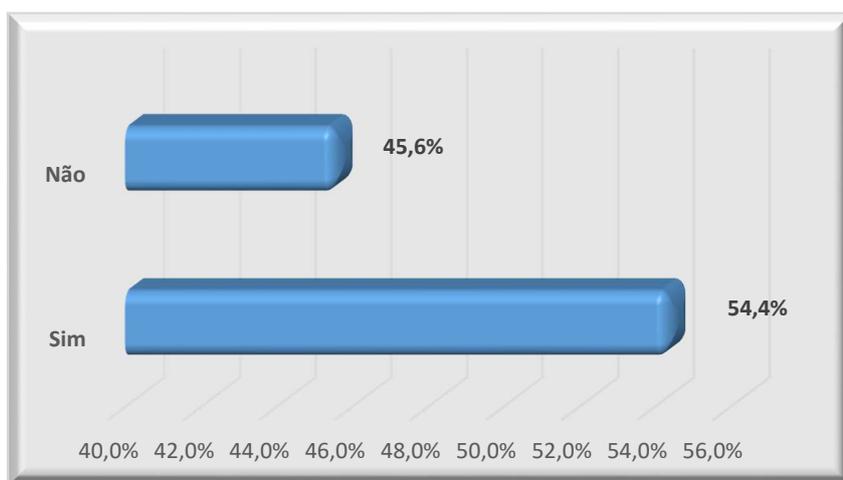
O mesmo documento mostra que considerando a prática discriminatória, a maioria reporta-se a situações de impedimento ou limitação ao acesso e exercício normal de uma atividade económica (23 casos), ressaltando que não foi possível determinar em 16 queixas a prática discriminatória invocada. No que concerne ao contexto, a quase totalidade das alegadas práticas discriminatórias ocorreram na área do Comércio (40 casos). Atendendo à área geográfica, as situações registaram-se em maior número no distrito de Lisboa (16 queixas), seguido do Porto (11 queixas), tendo as restantes ocorrido nos distritos de Beja, Setúbal, Aveiro, Coimbra, Santarém, Castelo Branco, Leiria, Portalegre e Viseu.

Quanto a queixas de discriminação racial ou étnica recebidas pela Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), atendendo à área geográfica, as situações registaram-se em maior número no distrito de Lisboa (4 queixas), seguido de

Beja (3 queixas), tendo as restantes ocorrido nos distritos de Setúbal, Faro, Guarda, Leiria, Porto e Viseu.

O questionário aplicado à população migrante residente em Viseu revela uma elevada percentagem de inquiridos que afirmam ter sido alvo de atitudes discriminatórias ou racistas.

GRÁFICO 33 - Conhecimento dos locais onde pedir apoio, por parte dos migrantes inquiridos



Os sentimentos de discriminação e racismo são manifestados por 54,4% dos inquiridos e o âmbito das situações são diferenciadas, destacando-se as relacionadas com discriminação laboral e/ou em entrevistas de emprego, seguidas por discriminação no acesso a habitação.

Alguns migrantes referem situações de discriminação em serviços públicos e nas escolas, que se baseiam sobretudo na raça, no não domínio da língua portuguesa e por estereótipos ligados à nacionalidade.

A condição de ser estrangeiro permanece mesmo depois de adquirirem nacionalidade portuguesa, o que influencia a forma de interação com a sociedade de acolhimento.

Verifica-se, igualmente, que as diferenças sociais e económicas estão muitas vezes associadas a diferenças sociais e económicas, que estão na base da dificuldade de aceitação.

No concelho de Viseu revela-se fundamental que o Município dinamize campanhas junto da comunidade em geral sobre a valorização da diversidade e combate a todas as formas de discriminação e racismo.

Será igualmente importante trabalhar com grupos específicos situações desta dimensão, nomeadamente as que ocorrem em contexto escolar.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
A maioria das comunidades migrantes assume uma postura de isolamento e de exclusão	Hábitos culturais diferentes Os migrantes agrupam-se segundo a sua nacionalidade e não privilegiam contactos com a comunidade de acolhimento	
Ainda existem nas escolas manifestações de atitudes racistas	Pouca sensibilidade para a multiculturalidade Dificuldade em aceitar ritmos distintos de aprendizagem	Agrupamentos escolares Ensino secundário, profissional e superior
O desconhecimento provoca desconfiança entre as comunidades migrantes e a sociedade de acolhimento	Escassas iniciativas com o objetivo de conhecer as diferentes culturas presentes no concelho Os migrantes desconhecem grande parte dos hábitos e regras estabelecidos na comunidade de acolhimento	
Colocação de cidadãos estrangeiros em postos de trabalho claramente recusados por cidadãos nacionais	Precariedade e condições físicas existentes em algumas funções	

Preconceitos
associados a baixas
qualificações

|| RELACÕES INTERNACIONAIS

Não se verificou manifestação sobre esta temática, tanto da parte das comunidades imigrantes como dos técnicos, como uma área que carece de intervenção. Os dados apresentados respeitam ao papel que o Município de Viseu tem assumido neste âmbito, no sentido do estabelecimento de relações com outros municípios que, de alguma forma, contribuam para processos de intercâmbio de aprendizagens.

Neste âmbito, tem enquadramento as gemações entre cidades, visando nutrir a troca de experiências e informações culturais, desportivas, artísticas, económicas, educacionais, turísticas, de assistência social, redes viárias e de planeamento municipal. A união de amizade e cooperação entre Viseu e outras cidades, estabelecida através de juramentos de gemação e de protocolos de gemação, cooperação e amizade, contribui para uma harmonização social e cultural, promovendo o desenvolvimento local com base na partilha de conhecimentos e de experiências, com respeito pelas diversidades, aprofundando o conhecimento e o interesse recíproco consolidado nos laços históricos e culturais que as unem.

Viseu apresenta gemações com as seguintes cidades:

- S. Filipe, em Cabo Verde;
- Marly-Le-Roi, em França;
- Lublin, na Polónia;
- Arezzo, em Itália;
- Haskovo, na Bulgária;
- Cantagalo, em São Tomé e Príncipe;
- Campinas, no Brasil;
- Rio de Janeiro, no Brasil;
- Matola, em Moçambique;
- Abidjan, na Costa do Marfim.

Analogamente, no plano internacional, a afirmação de Viseu consubstancia-se na participação e na parceria do município com associações de poder local de âmbito regional e internacional, na adesão a organizações ou redes temáticas internacionais e igualmente através da participação, em parceria com outros municípios, em projetos que se revelem propícios à partilha de metas comuns de desenvolvimento cultural e social.

Para o efeito, Viseu é uma das 13 cidades que integra a rede portuguesa de cidades interculturais, parte de uma rede internacional de 141 municípios em todo o mundo em criar cidades mais inclusivas.

São concelhos onde o executivo, e todas as pessoas que trabalham no município, estão empenhadas em promover ativamente a Diversidade local, acolher famílias recém-chegadas e assegurar que todas as pessoas se sintam incluídas.

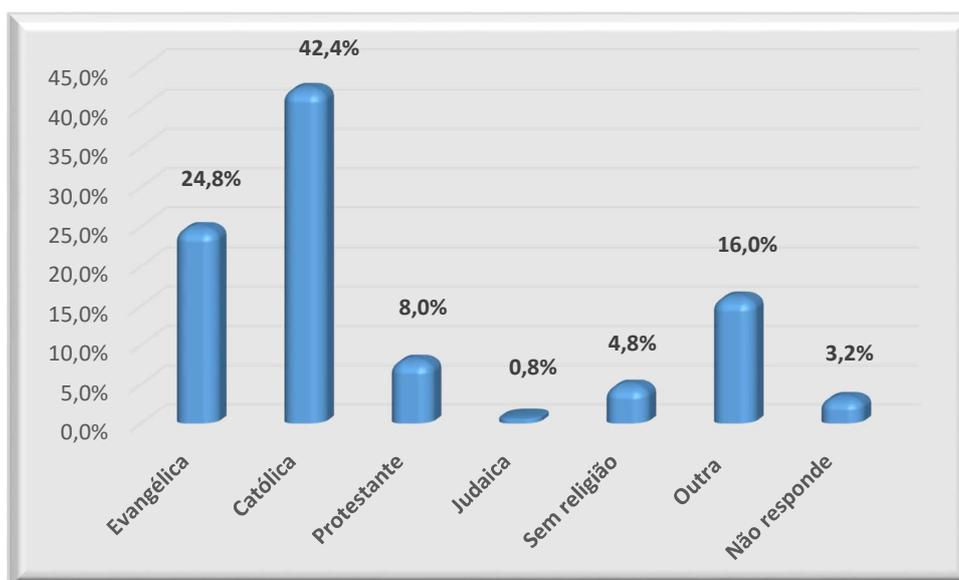
QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Fraco contacto com os países de origem dos migrantes	As entidades locais com responsabilidade na matéria revelam fraca iniciativa no contacto com entidades dos países de origem dos cidadãos migrantes	CMV – quadro das geminações entre cidades
Existem muitas dificuldades em contactar as embaixadas e em receber informação	Baixo nível de preocupação com os seus cidadãos, por parte das embaixadas dos países de origem	GAE

|| RELIGIÃO

Presentemente assistimos a uma pluralidade religiosa e espaços de culto no nosso território concelhio, traduzindo também a diversidade cultural que o caracteriza, sendo que as entidades religiosas assumem um papel importante na integração de migrantes.

GRÁFICO 34 - Religião dos migrantes inquiridos



Como se pode observar no gráfico, a religião mais representativa é a católica, seguida da evangélica, que apresenta um valor de 24,8%. A religião judaica tem pouca expressividade junto da população migrante

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Não existem iniciativas suficientes e estruturada, com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso	<p>Inexistência de eventos promotores da multiculturalidade</p> <p>Limitações relacionadas com locais de culto</p>	<p>Grupos religiosos migrantes</p> <p>Associações de migrantes</p>

|| IGUALDADE DE GÉNERO

Portugal tem observado uma crescente feminização dos fluxos migratórios e o concelho de Viseu tem acompanhado esta tendência, tendo o número de mulheres estrangeiras suplantado a dos homens.

Em 2020, a percentagem de mulheres estrangeiras com estatuto legal de residente é de 53,3% e o sexo masculino regista-se em 47,7%.

A situação laboral das mulheres em geral, conjugada com outros fatores como a discriminação de género e a discriminação racial estão vertidos no Plano Municipal para a Igualdade, recentemente concluído pela Câmara Municipal de Viseu.

A nível da promoção da Igualdade de Género, o Município de Viseu tem promovido diversas ações que, não sendo específicas para as mulheres migrantes, intervêm de forma direta ou indireta neste grupo.

Dentro das políticas municipais para a Igualdade de Género destaca-se a intervenção local integrada, através da implementação de ações promovidas pelas entidades constituintes da Rede Social de Viseu.

Para além disso, o Município elaborou o Plano Municipal para a Igualdade, a implementar entre 2022 e 2024, e submeteu candidatura ao Quadro Comunitário Portugal 2030 para a criação de uma Equipa de Mediadores Municipais Interculturais, que teve aprovação em setembro de 2021 e será implementada em 2022.

Estes projetos compreendem diversas medidas de intervenção junto das mulheres das comunidades migrantes, com incidência em temáticas relacionadas com a Igualdade de Género, entre outras.

QUADRO RESUMO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	CAUSAS	RECURSOS
Existem situações de violência doméstica nas comunidades migrantes	<p>Fatores culturais e educacionais intrínsecos às suas comunidades de origem</p> <p>Desconhecimento da existência de entidades locais que apoiam vítimas de violência doméstica</p>	<p>NAVVD</p> <p>Casa do Povo de Abraveses</p> <p>Forças de Segurança</p>
As mulheres migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) não têm um papel ativo na comunidade.	<p>Fatores culturais e educacionais intrínsecos às suas comunidades de origem</p> <p>Desconhecimento das regras e modo de funcionamento das entidades locais</p> <p>Barreiras linguísticas</p>	<p>GIP</p>

IV – PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE VISEU



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



UNIÃO EUROPEIA



MUNICÍPIO DE
VISEU



VISEU
INTEGRA

| DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A dimensão estratégica do Plano permite a criação de uma visão participada, a definição de uma linha orientadora de atuação e uma monitorização sobre os resultados, validada por todos os envolvidos no Projeto.

Planificar a estratégia implica a definição de objetivos estratégicos, metas e estratégias, de forma a orientar a ação e a afetação de recursos.

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Proporcionar aos cidadãos estrangeiros um acolhimento mais estruturado e facilitador	Níveis de satisfação dos cidadãos migrantes	Sensibilizar entidades públicas, privadas e comunidade em geral para a necessidade de melhorar os serviços de acolhimento e integração
Promover a integração dos cidadãos migrantes de forma harmoniosa e progressiva	Número de iniciativas realizadas (Guia de Recursos e Kit de Acolhimento)	

HABITAÇÃO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Promover o acesso de migrantes ao mercado de arrendamento livre	Número de sessões realizadas a migrantes; Número de sessões realizadas a agências imobiliárias	Facilitar o acesso dos migrantes ao mercado livre de habitação
Melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos migrantes	Variação do número de migrantes a residir em alojamentos não sobrelotados e/ou com melhores condições habitacionais	Criar um grupo de trabalho com o objetivo de apoiar os cidadãos migrantes na procura de habitação condigna

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos migrantes, favorecendo a sua fixação	Variação do número de residentes no concelho de Viseu	Garantir o trabalho em rede entre entidades empregadoras e outras entidades com responsabilidade nesta área; Qualificar um serviço de apoio ao migrante sobre empreendedorismo; Disponibilizar, às empresas, materiais informativos de gestão da diversidade; Promover informação junto das comunidades migrantes; Capacitar NPT

EDUCAÇÃO E LÍNGUA

OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Proporcionar aos filhos dos cidadãos migrantes um percurso escolar de sucesso;	Variação da taxa de abandono escolar e de transição de alunos estrangeiros; Número de migrantes envolvidos em sessões de educação parental	Implementar e melhorar estratégias de integração de alunos estrangeiros;
Aumentar/ consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa;	Número de ações de Aprendizagem da Língua Portuguesa (ALP)	Sensibilizar para a utilização de oportunidades existentes na promoção da aprendizagem da língua portuguesa
Contribuir para uma valorização da cultura materna dos alunos	Número de workshops realizados	Dar a conhecer à comunidade de acolhimento línguas não universais

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Potenciar as competências e capacidades da população migrante	<p>Porcentagem de NPT inseridos na vida ativa após encaminhamentos;</p> <p>Número de NPT inseridos em formação;</p> <p>Número de sessões sobre certificação de competências.</p>	Apostar na integração de NPT desempregados
Capacitar os técnicos de serviços locais na área da migração	Número de técnicos integrados em sessões de sensibilização	

CULTURA		
OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Fomentar espaços de partilha e de promoção da diversidade do concelho	<p>Número de atividades programadas;</p> <p>Número de pessoas abrangidas</p> <p>Número de entidades ligadas aos migrantes envolvidos nas atividades</p>	Realizar eventos potencializadores de encontros e convívio entre as comunidades migrantes e a sociedade de acolhimento

SAÚDE		
OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos migrantes	<p>Número de sessões sobre legislação realizadas;</p> <p>Número de e diversidade de técnicos envolvidos;</p>	<p>Disponibilizar informação destinada a pessoal técnico e médico;</p> <p>Informar/ esclarecer a comunidade migrante sobre o acesso aos serviços de saúde</p>

	Variação do número de consultas a cidadãos estrangeiros	
Promover a saúde no seio das comunidades migrantes	Número de envolvidos	Promover comportamentos saudáveis nas comunidades migrantes, através de uma abordagem de proximidade

SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO/GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Facilitar o acesso dos migrantes à rede de respostas sociais	Existência de um instrumento de divulgação da rede de recursos	Promover maior nível de informação sobre os recursos existentes
Promover iniciativas de empoderamento sobre a temática do endividamento	Número de NPT envolvidos	Capacitar os migrantes na área da defesa do consumidor
Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos migrantes	Variação do número de emigrantes beneficiários das medidas existentes	Divulgar junto da comunidade migrante as medidas existentes; Promover estratégias facilitadoras da legalização
Apoiar a população migrante na aquisição de competências no âmbito do voluntariado local	Número de sessões de informação	Capacitar os migrantes na área do voluntariado
Reforçar o sentimento de pertença e segurança dos migrantes em articulação com as forças de segurança	Número de NPT envolvidos; Número de agentes de segurança envolvidos	Aproximar os agentes de segurança e as comunidades migrantes, criando um ambiente de confiança e respeito mútuos

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO/GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania	Existência de um espaço no site do município para e sobre migrantes;	Sensibilizar a comunidade migrante para a importância da sua participação cívica;

	Número de migrantes envolvidos em ações de cidadania	Sensibilizar a comunidade de acolhimento de forma a permitir a participação de cidadãos migrantes
- Promover o acesso dos migrantes aos direitos de cidadania	- Número de sessões de esclarecimento sobre recenseamento e atos eleitorais	

MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO/GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Promover o conhecimento e a aceitação da multiculturalidade	Número de NPT envolvidos; 1 Seminário realizado	Sensibilizar a comunidade de acolhimento para a importância da interculturalidade e multiculturalidade

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO/GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Promover relações positivas entre atores sociais e NPT, através do combate a estereótipos e preconceitos	Número de ações de informação na área do preconceito e estereótipos	Promover encontros potenciadores da desconstrução do preconceito
Combater os estereótipos socioculturais da sociedade de acolhimento face às comunidades migrantes	1 Seminário realizado	Influenciar a comunidade em geral no sentido de descortinar e eliminar mitos sobre a migração
Prevenir situações de racismo e discriminação	Número de iniciativas realizadas na prevenção de situações discriminatórias com os migrantes	Dar a conhecer, à sociedade de acolhimento, características das culturas mais representativas do concelho; Promover ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação junto da população jovem

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Reforçar as relações bilaterais entre o Município de Viseu e Municípios de cidades geminadas	Número de encontros realizados	Revitalizar a cooperação e comunicação entre municípios geminados
Promover a integração de jovens no sistema educativo	Número de bolsas atribuídas	Promover o acesso de jovens migrantes ao sistema de ensino

RELIGIÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Promover o convívio entre diferentes religiões	Número de participantes em ações inter-religiosas organizadas	Promover encontros entre crentes de diferentes religiões

IGUALDADE DE GÉNERO

OBJETIVO ESTRATÉGICO/ GERAL	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Fomentar a igualdade de género nas comunidades migrantes	Existência de um plano para a Igualdade; - Número de materiais informativos concebidos	Envolver os migrantes no desenvolvimento de estratégias de combate à violência doméstica
Promover ações de combate à violência doméstica	Número de ações desenvolvidas no combate à violência doméstica; Número de NPT envolvidos	Empoderar os NPT no sentido de mudança de comportamentos

| DIMENSÃO OPERACIONAL

A dimensão operacional é a execução do Plano, articulada com a dimensão estratégica, envolvendo cada ação isoladamente e objetivando atingir metas específicas para cada medida.

A dimensão operacional do Projeto Viseu INtegra é apresentada por áreas de intervenção, considerada prioritária.

As medidas encontram-se seriadas por nível 1 e 2, tratando-se de atribuições e competências próprias de cada entidade ou ações que decorrem diretamente de financiamento do quadro comunitário Portugal 2030.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO						
Proporcionar aos cidadãos estrangeiros um acolhimento mais estruturado e facilitador	Assegurar a continuação da intervenção do CLAIM	1. Divulgação do CLAIM Viseu junto da comunidade migrante	1	Utilizar e disseminar materiais de divulgação e informação	Número de materiais para divulgação utilizados	DDCS - CMV CLAIM
	Alargar a intervenção a mais migrantes NPT - CLAIM autárquico	2. Apresentação de proposta de criação de uma estrutura de apoio Municipal - CLAIM Autárquico	1	Apresentar uma proposta ao executivo Municipal para a criação de CLAIM Autárquico	Número de propostas apresentadas e validadas	DDCS - CMV
	Envolver as entidades locais em estratégias ampliadas e facilitadoras da integração de cidadãos imigrantes NPT	3. Dinamizar o grupo de trabalho multidisciplinar Migrantes e Minorias Étnicas, composto por parceiros do CLAS Viseu e outras entidades com intervenção estratégica junto de migrantes	1	Realizar 3 sessões com o grupo multidisciplinar Migrantes e Minorias Étnicas para debater estratégias sobre processos de regularização de migrantes	Número de sessões realizadas	DDCS - CMV CLAS Viseu Grupo Migrantes e Minorias Étnicas

		4. Realização de workshop de sensibilização sobre características da população migrante aos serviços públicos	2	3 Entidades participam em 1 workshop sobre especificidades da população migrante	Número de workshop realizados; Número de entidades envolvidas	DDCS - CMV CLAS Viseu CLAIM Associação Casa do Brasil Cáritas Diocesana de Viseu
		5. Desenvolver um Guia de Recursos para técnicos na área das migrações, com informações sobre as respostas existentes, facilitador do encaminhamento para os serviços competentes	2	Envolver 4 entidades públicas e 2 privada na conceção do Guia de Recursos Conceber 1 Guia de Recursos	Nº de presenças das entidades envolvidas nas reuniões de trabalho realizadas Nº de Guia de Recursos disponíveis nos serviços públicos e privados	DDCS - CMV ISS I.P. SEF IEFP Escolas PSP Cáritas Diocesana de Viseu Obras Sociais Associação Adamastor Juntas de Freguesia EAPN
Promover a integração dos cidadãos migrantes de forma harmoniosa e progressiva	Facilitar a prestação de serviços aos cidadãos imigrantes NPT	6. Conceção, impressão e distribuição do Kit Municipal de Acolhimento ao Migrantes	2	Envolver 3 entidades públicas e 3 privada na conceção do Kit de Acolhimento Distribuir 1 Kit de Acolhimento por 100 migrantes	Nº de presenças das entidades envolvidas nas reuniões de trabalho realizadas Nº de Kit de acolhimento distribuídos	DDCS - CMV ISS I.P. SEF IEFP Escolas PSP Cáritas Diocesana de Viseu Obras Sociais

						Associação Adamastor Juntas de Freguesia EAPN Associação Casa do Brasil
HABITAÇÃO						
Promover o acesso de migrantes ao mercado de arrendamento livre	Desconstruir preconceitos dos agentes imobiliários face ao arrendamento por parte de imigrantes	7. Sensibilização das agências imobiliárias para as condições de acesso dos migrantes ao mercado de arrendamento	1	Realizar 2 sessões com 2 agências imobiliárias	N.º de sessões realizadas; N.º de agências imobiliárias mobilizadas	Associação Casa do Brasil Cáritas Diocesana de Viseu EAPN CLAS Viseu
Melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos migrantes	Facilitar à população migrante a procura de habitação condigna e/ou habitação social	8. Sensibilização da população migrante sobre legislação na vertente da renda apoiada / habitação social	1	Realizar 1 ação envolvendo 30 migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes envolvidos	DDCS - CMV Habisolvis
		9. Informar os cidadãos migrantes sobre os direitos e deveres em situação de arrendatários	1	Conceber 1 suporte informativo e distribuir por 100 migrantes	N.º de suportes informativos criados e distribuídos	DDCS - CMV Habisolvis

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO						
Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos migrantes, favorecendo a sua fixação	Reforçar o incentivo ao empreendedorismo migrante	10. Sessões de informação sobre empreendedorismo migrante e melhoria de competências	1	Realizar 1 ação abrangendo 20 migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes envolvidos	IEFP GIP
	Promover competências para a contratação de migrantes, junto de entidades empregadoras	11. Sensibilização do tecido empresarial concelhio com vista à integração de migrantes NPT, podendo para o efeito recorrer a medidas de apoio ao emprego/contratação	1	Realizar 2 sessões de sensibilização junto de 2 entidades empregadoras	N.º de ações realizadas; N.º de entidades empregadoras participantes	IEFP GIP
	Promover informação sobre direitos e deveres laborais, dirigida a cidadãos migrantes	12. Sessões de esclarecimento aos migrantes sobre leis laborais e direitos, com identificação de recursos	1	Realizar 1 ação dirigida a um total de 15 migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes envolvidos	IEFP SEF ISS I.P.
	Combater o desemprego no seio das comunidades migrantes através da sua capacitação	13. Sessões de esclarecimento aos cidadãos migrantes sobre procura ativa de emprego, promovendo a sua capacitação nas	1	Realizar 2 sessões para 30 destinatários migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes envolvidos	IEFP GIP

		candidaturas ao emprego				
		14. Promoção de ações de formação sobre Higiene e Segurança no Trabalho	2	Integrar 10 migrantes numa ação de formação sobre Higiene e Segurança no Trabalho, com duração de 150 horas	N.º de formandos migrantes; Volume de horas de formação	ACM DDCS - CMV IEFP
EDUCAÇÃO E LÍNGUA						
Proporcionar aos filhos dos cidadãos migrantes um percurso escolar de sucesso	Melhorar as estratégias que promovem o acolhimento e a integração de alunos estrangeiros	15. Criação de uma exposição de trabalhos artísticos realizados pelos alunos do ensino secundário, que abordem a questão da interculturalidade	1	Realizar 1 exposição com trabalhos desenvolvidos por alunos de 2 escolas secundárias	N.º de escolas secundárias envolvidas; N.º de alunos participantes	DDCS - CMV Escolas Secundárias EAPN Cáritas Diocesana de Viseu Obras Sociais
		16. Criar um concurso subordinado ao tema da interculturalidade dirigido às escolas do ensino básico e pré-escolar	1	Abranger 4 escolas do pré-escolar e ensino básico, com atribuição de prémios aos alunos mais criativos	N. de escolas básicas e pré-escolares envolvidas; N.º de prémios atribuídos	DDCS - CMV Agrupamento de escolas EAPN Cáritas Diocesana de Viseu Obras Sociais
		17. Promover visitas pedagógicas e	1	Proporcionar 1 visita à Rede	N. de migrantes convidados;	DDCS - CMV

		culturais aos cidadãos migrantes, a equipamentos de gestão municipal		Museológica de Viseu a 20 cidadãos migrantes	N.º de museus visitados	
		18. Promoção de sessões de Educação Parental para migrantes	1	Realizar 1 sessão de informação abrangendo 15 migrantes	N. de migrantes participantes	DDCS - CMV CLAS Viseu
Aumentar / consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa de NPT	Consolidar a oferta de aprendizagem da língua PT em Viseu	19. Encaminhamento de migrantes para cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA)	2	Integrar 15 migrantes NPT em cursos PLA	N.º de encaminhamento realizados; N.º de migrantes NPT integrados em cursos PLA	IEFP GIP Centros Qualifica
Contribuir para uma valorização da cultura materna dos alunos	Valorizar as línguas maternas dos alunos	20. Realização de workshop de línguas estrangeiras para a comunidade em geral	1	Realizar 1 workshop de línguas estrangeiras (ucraniano, alemão, chinês)	N.º de participantes envolvidos; N.º de materiais didáticos divulgados, resultantes da ação	DDCS - CMV Escolas de línguas Coletividades de migrantes
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO						
Potenciar as competências e capacidades da população migrante	Dotar a população migrante de mecanismos de valorização das suas competências	21. Sessões de informação coletiva de encaminhamento para formação profissional	1	Realizar 2 ações de informação abrangendo um total de 30 migrantes	N.º de migrantes envolvidos na sessão; N.º de encaminhamentos para formação	IEFP GIP Centros Qualifica

		22. Realização de sessões informativas sobre processos de certificação de competências	1	Realizar 1 ação de informação abrangendo um total de 15 migrantes	N.º de migrantes envolvidos na sessão	IEFP SEF Escolas de Ensino Superior Centros Qualifica
	Promover a qualificação de mão-de-obra migrante, visando a sua integração profissional	23. Encaminhamento de migrantes desempregados para ações de formação no âmbito da Medida Vida Ativa	1	Integrar 20 NPT em cursos Medida Vida Ativa	N.º de encaminhamento realizados; N.º de migrantes NPT integrados em cursos PLA	IEFP GIP
		24. Promover a integração de migrantes em cursos de alfabetização informática	2	Integrar 15 NPT em cursos de formação informática	N.º de migrantes NPT integrados em cursos de informática	DDCS - CMV IEFP ACM
Capacitar técnicos de serviços locais, na área da migração	Sensibilizar técnicos de serviços para a diversidade / multiculturalidade	25. Realizar ações de sensibilização dirigida a técnicos sobre legislação, atendimento, particularidades da população migrante	1	Realizar 1 ação de sensibilização dirigida a 10 técnicos de serviços locais	N.º de técnicos abrangidos	DDCS - CMV CLAS Viseu
CULTURA						
Fomentar espaços de partilha e de promoção da	Favorecer a aproximação cultural entre as comunidades	26. Realizar ações que promovam o conhecimento das diferentes culturas	1	Realizar 3 ações de sensibilização, envolvendo 60	N.º de ações realizadas; N.º de escolas envolvidas;	DDCS - CMV Agrupamentos de escolas

diversidade do Concelho	migrantes e a comunidade local	nas escolas, dirigidas a pais, alunos e professores		participantes de 3 escolas	N.º de participantes	Cáritas Diocesana de Viseu CLAS Viseu
		27. Promover ações culturais, gastronómicas e feiras temáticas	2	Realizar 1 encontro cultural, com 50 participantes migrantes e da comunidade de acolhimento	N.º de encontros culturais realizados; N.º de participantes envolvidos	DDCS - CMV Cáritas Diocesana de Viseu Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes CLAS Viseu
		28. Convite à participação de artistas migrantes do concelho para atuações em ações decorrentes da implementação do Projeto Viseu INtegra	2	Envolver 1 artista numa ação sobre interculturalidade/multiculturalidade	N.º de artistas migrantes envolvidos	DDCS - CMV Cáritas Diocesana de Viseu Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes
		29. Promover a semana da Interculturalidade	2	Realizar 1 evento cultural que assinale o a semana da interculturalidade, com envolvimento da comunidade migrante e comunidade de acolhimento	N.º de eventos realizados; N.º de participantes	DDCS - CMV Cáritas Diocesana de Viseu EAPN Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes CLAS Viseu

		30. Envolvimento de jovens NPT em atividades sociais, culturais, desportivas e artísticas	1	Envolver 30 jovens NPT em 3 atividades	N.º de jovens NPT participantes; N.º de ações realizadas	DDCS - CMV Conselho Municipal da Juventude Associação Adamastor Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes Escolas
		31. Criação de vídeos / sketches que alertem para as consequências racistas e discriminatórias, em particular as que são dirigidas a crianças e jovens	2			DDCS - CMV Conselho Municipal da Juventude CPCJ Associação Adamastor Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes Escolas
SAÚDE						
Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes	Consolidar a intervenção comunitária na área da promoção da saúde e prevenção	32. Sensibilização aos profissionais dos serviços de saúde sobre as necessidades dos migrantes na saúde e	1	Promover 2 ações de sensibilização envolvendo 20 profissionais de saúde	N.º de ações realizadas; N.º de profissionais de saúde envolvidos	SEF ISS I.P. CLAIM ACES Dão-Lafões

		condições de acesso ao SNS				
		33. Partilha de conhecimentos e boas práticas entre instituições, designadamente a partilha entre profissionais de saúde e os profissionais que trabalham com a população migrante, sobre aspetos culturais com impacto na saúde	1	Realizar 1 fórum de debate, com a participação de 5 profissionais de saúde e 5 profissionais na intervenção com migrantes	N.º de fóruns realizados; N.º de profissionais envolvidos; N.º de profissionais na área dos migrantes envolvidos;	CLAIM Aces Dão-Lafões Cáritas Diocesana de Viseu Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique Mediadores Interculturais
		34. Referenciação de cidadãos NPT nas áreas das dependências	1	Efetuar 3 diligências de encaminhamento de migrantes com comportamentos aditivos e dependentes	N. de diligências efetuadas; N.º de contactos realizados com o CRI Viseu	DDCS - CMV CRI CLAIM ACES Dão-Lafões Cáritas Diocesana de Viseu Mediadores Interculturais
Promover a saúde no seio das comunidades migrantes	Informar os cidadãos imigrantes sobre os seus direitos no sistema de saúde português e	35. Sensibilização da população migrante para os cuidados de saúde e acesso aos serviços	1	Realizar 1 sessão de sensibilização abrangendo 15 migrantes	N.º de migrantes participantes; N.º de sessões realizadas	CLAIM ACES Dão-Lafões Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes

	sensibilizar para a prática dos cuidados de saúde primários					Mediadores Interculturais
		36. Implementação de ações de informação sobre as respostas existentes na área da saúde	1	Realizar 1 sessão de informação abrangendo 15 migrantes	N.º de migrantes participantes; N.º de sessões realizadas	CLAIM ACES Dão-Lafões Associação Casa do Brasil Coletividades de migrantes Mediadores Interculturais
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL						
Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos migrantes	Informar os cidadãos imigrantes acerca dos apoios sociais existentes	37. Divulgação das condições de acesso às prestações sociais	1	Conceber 3 tipos de suportes informativos, em diferentes línguas, e distribuir por 100 migrantes	N.º de suportes informativos concebidos e distribuídos	Município de Viseu ISS I.P. Coletividade de migrantes Associação Casa do Brasil
Facilitar o acesso dos imigrantes à rede de respostas sociais	Disseminar um instrumento de divulgação acerca da rede de respostas sociais disponíveis	38. Divulgação aos migrantes sobre as repostas sociais existentes	1	Distribuir a Carta Social por 100 migrantes	Existência do instrumento de divulgação da rede de respostas sociais (Carta Social); N.º de documentos distribuídos	Município de Viseu CLAS Viseu
Promover iniciativas de empoderamento	Dotar os migrantes e técnicos de conhecimentos legais e de	39. Informação e sensibilização sobre as questões relativas ao endividamento e	1	Realizar 1 ação de informação, abrangendo 10	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes participantes;	Município de Viseu CLAS Viseu

na área do endividamento	mecanismos de proteção, visando o combate ao endividamento	mecanismos de proteção existentes dirigidas à população migrante e técnicos que os acompanham		migrantes e 5 técnicos	N.º de técnicos envolvidos	
Ampliar o sentimento de pertença e segurança dos migrantes	Reforçar atitudes positivas na população migrante, incentivando à sua pertença na sociedade de acolhimento e defendendo a segurança de todos	40. Promoção da aproximação dos agentes de segurança à comunidade migrante, criando um ambiente de confiança e respeito mútuos	1	Realizar 1 ação de sensibilização, com a participação de 3 agentes de segurança e 10 migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes participantes; N.º de agentes de segurança envolvidos	Município de Viseu Forças de Segurança – PSP, GNR e Polícia Municipal Coletividades de migrantes Associação Casa do Brasil
Apoiar a população migrante na aquisição de competências no âmbito do voluntariado local	Capacitar e informar os cidadãos migrantes sobre o BLV e a pertinência de ações de voluntariado	41. Ações de sensibilização e comunicação que permitam estimular a participação da comunidade migrante em iniciativas de voluntariado local	1	Realizar 1 ação de sensibilização, envolvendo 20 migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes participantes	BLV CLAS Viseu Instituições com projetos de voluntariado
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA						
Aumentar o nível de participação da comunidade	Aumentar o número de cidadãos	42. Sessões de informação sobre	1	Realizar 4 ações de informação promovidas pelas	Variação do n.º de cidadãos imigrantes recenseados	Município de Viseu Juntas de Freguesia

imigrante em atos cívicos e de cidadania	imigrantes recenseados	recenseamento eleitoral do migrante		Juntas de Freguesia		
		43. Informação aos migrantes sobre espaços de participação cívica existentes no concelho e sua mobilização - Iniciativa Pensar Viseu	1	Realizar 1 ação de informação envolvendo 20 migrantes	N.º de ações realizadas; N.º de migrantes participantes	Município de Viseu Juntas de Freguesia CLAS Viseu
Promover acesso dos imigrantes aos direitos de cidadania	Recolher opiniões/ testemunhos dos cidadãos imigrantes	44. Divulgação do correio eletrónico do site do Município das entidades parceiras. Com vista a incentivar e acolher propostas de migrantes	1	Receber 50 propostas de cidadãos imigrantes	Nº de emails recebidos	Município de Viseu Coletividades de migrantes Associação Casa do Brasil
		45. Criação da área sobre Migração no site do Município	1	Criar 1 área nos canais de comunicação do município, dedicada aos cidadãos migrantes	N.º de espaços/áreas criadas no site do município	Município de Viseu

MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA						
Promover o conhecimento e a aceitação da multiculturalidade	Criação de espaços de interação cultural e manifestações da diversidade em Viseu	46. Organização de um seminário / conferência no âmbito do estudo das migrações, com envolvimento de jornalistas locais	2	Realizar 1 seminário / conferência, com convite à presença de 3 jornalistas locais	N.º de seminários / conferências realizados; N.º de jornalistas participantes;	Município de Viseu
		47. Criação de um programa de entrevistas aos cidadãos NPT sobre os países de origem, a ser difundido nos canais municipais de comunicação	2	Realização de 1 vídeo com testemunhos de migrantes NPT	N.º de vídeos realizados; N.º de cidadãos incluídos em vídeo	Município de Viseu
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO						
Promover relações positivas entre atores sociais e NPT através do combate a estereótipos e preconceitos	Promover espaços de reflexão e formação com comunidades imigrantes e atores sociais	48. Formação em interculturalidade dirigida a atores sociais, incluindo dirigentes associativos	2	Promover 1 ação de formação sobre interculturalidade, abrangendo 20 participantes	Nº de ações de formação; Nº de formandos; Diversidade de atores sociais envolvidos	Município de Viseu ACM

Combater os estereótipos socioculturais da sociedade de acolhimento face às comunidades imigrantes	Debater a valorização da diversidade cultural de Viseu	49. Realização de um seminário/tertúlia aberto à comunidade em geral, sobre racismo e discriminação, com oradores especializados nas referidas áreas	2	Realizar 1 seminário/tertúlia sobre a temática do racismo e discriminação	N.º de seminários/tertúlias realizados; N.º de oradores convidados	Município de Viseu
Prevenir situações de racismo e discriminação	Sensibilizar os jovens da comunidade de acolhimento para a aceitação de todas as diferentes culturas	50. Organizar um fórum de debate para discussão de propostas de combate ao racismo e discriminação e partilha de boas práticas enquanto medidas preventivas, nas escolas profissionais	1	Realizar 1 fórum envolvendo 3 escolas profissionais	N.º de fóruns realizados; N.º de escolas profissionais envolvidas	Município de Viseu Escolas Profissionais - EP Torredeita, EP Mariana Seixas e EP Profitecla
		51. Promover ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação, junto dos jovens estudantes do ensino superior	1	Realizar 1 ação de sensibilização envolvendo 2 escolas de ensino superior	N.º de sessões de sensibilização realizados; N.º de escolas de ensino superior envolvidas	Município de Viseu IPV ESSV ESEV ESAV UCP Viseu Instituto Piaget

RELAÇÕES INTERNACIONAIS						
Reforçar as relações bilaterais entre o município de Viseu e municípios de cidades geminadas	Utilizar a rede de cidades geminadas no sentido de revitalizar a cooperação e comunicação entre município geminados	52. Encontro cultural com uma cidade no âmbito do quadro das geminações do município de Viseu	1	Organizar 1 encontro com 1 município pertencente ao quadro de geminações do Município de Viseu	N.º de encontros organizados; N.º de municípios envolvidos	Município de Viseu
Promover a integração de jovens no sistema educativo	Facilitar a integração de jovens NPT no sistema de ensino	53. Sensibilização para a importância da atribuição de bolsas de estudo a jovens NPT	1	Realizar 1 ação de sensibilização sobre as condições de atribuição de bolsas de estudo	N.º de ações de sensibilização realizadas	Município de Viseu Escolas Coletividades de migrantes Associação Casa do Brasil
RELIGIÃO						
Promover o diálogo e convívio entre diferentes religiões	Criar espaços de diálogo inter-religioso	54. Sensibilização da população em geral sobre a importância do diálogo inter-religioso e intercultural	1	Realizar 1 ação de sensibilização sobre diálogo intercultural e inter-religioso	N.º de ações de sensibilização realizadas	Câmara Municipal de Viseu Cáritas Diocesana de Viseu Organizações / grupos religiosos
		55. Divulgação dos materiais informativos produzidos pelo	1	Distribuir materiais informativos a, pelo menos, 2	N.º de organizações religiosas envolvidas	Câmara Municipal de Viseu Cáritas Diocesana de Viseu

		ACM ou outros, junto de organizações religiosas do concelho		organizações religiosas		Organizações / grupos religiosos
IGUALDADE DE GÉNERO						
Fomentar a Igualdade de Género nas comunidades migrantes	Capacitar os migrantes no sentido de mudança de comportamentos perante o género	56. Elaborar ou adaptar suportes informativos, nos idiomas com maior representatividade de migrantes, sobre Igualdade de Género	1	Distribuir 100 suportes de informação, elaborados ou adaptados	N.º de suportes informativos distribuídos	Município de Viseu ACM CLAS Viseu
Promover ações de combate à violência doméstica	Envolver os migrantes no desenvolvimento de estratégias de combate à violência doméstica	57. Promover ações de sensibilização sobre violência doméstica, com envolvimento da comunidade migrante	1	Realizar 1 ação de sensibilização sobre violência doméstica	N.º de sessões realizadas	Município de Viseu NAVVD Forças de Segurança CLAS Viseu

| MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O modelo de monitorização e avaliação do Projeto Viseu INtegra sustenta-se numa rede de parceria - Plataforma de Acompanhamento.

Este núcleo interpreta e analisa a informação, através da reflexão crítica, que conduz a novas decisões e/ou aprendizagens.

Assim, aquando da implementação das diferentes medidas, a plataforma deve ser informada sobre os trabalhos para que possa, se necessário, reorientar as estratégias.

A avaliação pressupõe uma reflexão sobre o que foi feito, essencial num processo de aprendizagem dinâmico e na tomada de decisões sobre a direção geral do Projeto.

Assim:

Dimensões	Instrumentos	Responsáveis	Momentos de AV
Análise do Plano e condições de implementação	Atas das reuniões	PA, ao nível da validação	Nov. 2021
Processo e dinâmicas de implementação	Questionários	Coordenadora do Projeto Viseu INtegra	Março 2022
Resultados do Projeto	Registos e documentos inerentes ao Projeto	Entidades envolvidas no Projeto e responsáveis pelas medidas implementadas	Julho 2022
Conclusões e recomendações para futuras intervenções	Relatório Intermédio		Dez. 2022

| ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO

O modelo de governação subjacente ao Projeto Viseu INtegra tem como órgão de suporte a plataforma de Acompanhamento, que se assume como um grupo de reflexão, com competência de monitorização/avaliação e procedendo a pequenos ajustes quando necessário.

A Rede Social de Viseu assume-se como um alicerce na definição de políticas locais integradas, na medida em que permite uma resposta integrada a grupos de risco.

O CLAS Viseu, que integra um grupo de trabalho sobre minorias étnicas e migrantes, será pois um órgão fundamental no acompanhamento do PMIM Viseu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Observatório das Migrações. Obtido de [7110ed6d-c02c-498d-bd01-bd19d8418717 \(acm.gov.pt\)](#).

Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020. (2021). Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Ed.). ISSN: 2183-2935 Obtido de [Rifa2020.pdf \(sef.pt\)](#)

Relatório+Estatístico+Anual+2020+Indicadores+de+Integração+de+Imigrantes, Observatório das Migrações: [472e60e5-bfff-40ee-b104-5e364f4d6a63 \(acm.gov.pt\)](#)

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial; Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2021). Relatório anual 2020 – igualdade e não discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. [522f2ed5-9ca6-468e-b05d-f71e8711eb12 \(cicdr.pt\)](#)

EMPREGADORES E EMPREENDEDORES IMIGRANTES: TIPOLOGIA DE ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS CATARINA REIS DE OLIVEIRA [a19ea64b-eb1e-40fc-ba41-1da674f3899d \(acm.gov.pt\)](#)

DIVERSIDADES, ESPAÇO E MIGRAÇÕES NA CIDADE EMPREENDEDORA MARIA MANUELA MENDES (COORD.) NUNO OLIVEIRA (COORD.) JOSÉ MAPRIL (COORD.) ANDREIA MAGALHÃES ANA TOMÁS HÉLÈNE VEIGA GOME [860cfe05-eaf9-428b-aeba-e33fa5e2284a \(acm.gov.pt\)](#)

INCLUSÃO E DESEMPENHO ACADÉMICO DE CRIANÇAS E JOVENS IMIGRANTES: O PAPEL DAS DINÂMICAS DE ACULTURAÇÃO [937fc2bd-88e2-43c8-b872-3b257213bc41 \(acm.gov.pt\)](#)

INTEGR(ARTE) IMIGRAÇÃO, ARTES, EDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIAS LOCAIS DE INTEGRAÇÃO TERESA MATOS PEREIRA (COORD. [6827300a-7137-424f-a38b-63fda3e909f8 \(acm.gov.pt\)](#)

Situação do Mercado de Emprego Cidadãos Estrangeiros – Relatório Anual – 2018. (2019). EDIÇÃO Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. COORDENAÇÃO E TEXTO Ana Cristina Taveira Caetano João Alface Maria Margarida Pité. Lisboa. Obtido de [59d01b5a-5ca1-4029-8198-0b8ea8e4070f \(iefp\)](#)